U.PORTO

MESTRADO INTEGRADO

ARQUITETURA

TEMPOS, TERRA E MAR

A Memória como Matéria de Projeto na Reabilitação de uma Casa de Veraneio na Praia da Tocha

Carolina Fernandes Silva

M

2026

TEMPOS, TERRA E MAR

A Memória como Matéria de Projeto na Reabilitação de uma Casa de Veraneio na Praia da Tocha

Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto . 2026
Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura
Orientada pela Prof.ª Doutora Maria Clara de Carvalho Pimenta do Vale
Coorientada pela Prof.ª Ana Laura da Rosa Semião Melo Vasconcelos

NOTA PRÉVIA:

A presente dissertação foi escrita segundo o novo acordo ortográfico.

Para uma melhor leitura deste trabalho, aconselha-se a visualização do documento em formato de dupla página.

Todas as citações presentes ao longo da narrativa textual, originalmente em língua estrangeira, foram livremente traduzidas para português pela autora, a fim de se estabelecer uma continuidade de leitura.

As legendas e os créditos de imagens encontram-se apresentadas lateralmente, nas páginas dos respetivos elementos gráficos.

As imagens apresentadas foram, em alguns casos, submetidas a processos de recorte e poderão apresentar alterações cromáticas face às suas versões originais.

AGRADECIMENTOS

A todos os que, de alguma forma, fizeram parte deste percurso.

Em especial:

Aos meus pais e à minha irmã, pelo amor incondicional e por serem, todos os dias, o meu maior apoio.

Aos meus avós, pelos melhores abraços e pelo sorriso com que sempre me recebem.

Aos meus amigos da faculdade que fizeram do Porto casa e criaram as melhores memórias destes últimos anos.

Às minhas amigas da Figueira, que, apesar da distância, sempre estiveram presentes.

À minha orientadora, Prof.ª Maria Clara Vale e à minha coorientadora, Prof.ª Ana Laura Vasconcelos, por todo o conhecimento partilhado, pela disponibilidade e pelo acompanhamento incansável ao longo deste percurso.

Ao Manuel Traveira, à Regina Roque e à Alice Roque, por me entregarem a sua casa e confiarem este projeto.

A todos, o meu mais sincero agradecimento.

RESUMO

Entre a Terra e o Mar, a memória constrói (um)a (nova) casa. Na Praia da Tocha, a casa de veraneio inscreve-se num território marcado pelo pinhal, pelo areal e pelo mar, na qual diferentes gerações deixaram na arquitetura as suas formas de habitar.

A presente dissertação desenvolve um projeto de reabilitação de uma casa de veraneio construída na década de 1960 e habitada pela família ao longo de várias gerações. Parte da questão de como intervir sobre uma casa cuja identidade resulta da relação entre arquitetura, lugar e memória, procurando compreender de que forma estas dimensões podem fundamentar as decisões de projeto.

Através de uma leitura integrada de três tempos — a formação do lugar, a vivência da casa e o seu contexto atual — articulam-se a pesquisa histórica, o levantamento e a análise da casa, a identificação das suas transformações e a interpretação das memórias familiares. Esta leitura permite reconhecer usos, espaços, relações e valores que estruturam a identidade da casa, distinguindo os elementos a preservar daqueles que são passíveis de transformação.

O lugar e as memórias tornam-se, assim, instrumentos de interpretação que se traduzem em diagnóstico e critérios de intervenção, orientando as decisões de conservação, transformação e introdução de novos elementos.

O título **“Tempos, Terra e Mar”** sintetiza este entendimento: o Tempo corresponde às diferentes camadas do território, da casa e do projeto; a Terra, ao suporte físico marcado pelo areal e pelo pinhal; e o Mar, às práticas, linguagens construtivas e identidade da Praia da Tocha. “Terra e Mar” evoca ainda o imaginário da comunidade, aludindo ao prato tradicional da região, símbolo afetivo da família e expressão da ligação entre território e memória.

ABSTRACT

Between Land and Sea, memory builds (a) (new) house. In Praia da Tocha, the holiday house is inscribed in a territory marked by the pine forest, the sandy beach and the sea, in which different generations have left their ways of inhabiting in the architecture.

This dissertation develops a rehabilitation project for a holiday house built in the 1960s and inhabited by the family over several generations. It starts from the question of how to intervene on a house whose identity results from the relationship between architecture, place and memory, seeking to understand how these dimensions can inform project decisions.

Through an integrated reading of three times — the formation of the place, the experience of the house and its current context — historical research, the survey and analysis of the house, the identification of its transformations and the interpretation of family memories are articulated. This reading makes it possible to recognize the uses, spaces, relationships and values that structure the identity of the house, distinguishing the elements to be preserved from those that are open to transformation.

The place and memories thus become instruments of interpretation that are translated into a diagnosis and intervention criteria, guiding decisions regarding conservation, transformation and the introduction of new elements.

The title **"Times, Land and Sea"** synthesizes this understanding: Time corresponds to the different layers of the territory, the house and the project; Land, to the physical support marked by the sandy beach and the pine forest; and Sea, to the practices, constructive languages and identity of Praia da Tocha. "Land and Sea" also evokes the imaginary of the community, alluding to the region's traditional dish, an affective symbol of the family and an expression of the connection between territory and memory.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS V

RESUMO VI

ABSTRACT VII

INTRODUÇÃO 2

1. TEMPO I: até final da década de 1960 4
Do Lugar à Casa

1.1. CONTEXTO DO LUGAR 6

- A Arte-Xávega 8
- Os Palheiros 10

1.2. CASAS DE VERANEIO 14

1.3. A CONSTRUÇÃO DA CASA DA PRAIA DA TOCHA 18

2. TEMPO II: do início da década de 1970 a 2025 24
A Memória da Família

2.1. A VIVÊNCIA DO LUGAR 28

2.2. A VIVÊNCIA DA CASA 32

- O Exterior 34
- A Varanda 36
- O Piso Superior 38
- O Piso Térreo 42

3. TEMPO III: presente e futuro 46
A Nova Vida da Casa

3.1. A ENCOMENDA 48

3.2. CONDICIONANTES E POTENCIALIDADES 50

3.3. ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA CASA 56

3.4. CRITÉRIOS DE INTERVENÇÃO 62

3.5. PROJETO DE REABILITAÇÃO 66

- O Exterior 68
- O Piso Térreo 70
- O Piso Superior e Sótão 74

CONSIDERAÇÕES FINAIS 80

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 83

CRÉDITOS DAS IMAGENS 86

INTRODUÇÃO

A relação entre o tempo, a transformação do lugar, a memória da família e a leitura arquitetónica do existente é explorada ao longo desta dissertação, procurando compreender de que forma estas dimensões podem informar a proposta de reabilitação de uma casa de veraneio da década de 1960, na Praia da Tocha, no litoral centro.

O objeto de estudo surge de uma encomenda por parte de um dos netos do proprietário da casa, um espaço com significado afetivo, cuja ausência do avô reforça a dimensão simbólica da casa enquanto suporte de memória. Manuel Traveira, neto de Manuel Gomes Roque, mantém uma forte ligação a esta casa desde a infância e pretende reabilitá-la. Para além da encomenda, a escolha desta casa parte do interesse pela sua localização e pelo contexto específico da Praia da Tocha, da forma como marcou a construção e a vivência da casa, bem como pela memória afetiva que lhe está associada. A conjugação destas dimensões tornou este caso particularmente relevante para compreender como intervir sobre uma casa que foi sendo transformada ao longo do tempo pelas necessidades e formas de habitar da família, acumulando diferentes camadas e marcas da sua história.

A dissertação organiza-se a partir de uma leitura em três tempos cronológicos. O tempo revela-se como elemento transformador do lugar e da memória, individual e coletiva, e afirma-se como instrumento de leitura e interpretação do existente e do projeto, articulando passado, presente e futuro. Esta estrutura permite acompanhar as diferentes fases da casa e do seu contexto, compreendendo as transformações que ocorreram ao longo do tempo e as marcas que permanecem nos espaços. Os três tempos constituem uma estrutura de leitura através da qual o passado informa a compreensão do presente e orienta as decisões de projeto para o futuro.

O **Tempo I** corresponde ao período até ao final da década de 1960 e acompanha o percurso do ***Lugar à Casa***. Parte da leitura do contexto territorial, social e cultural da Praia da Tocha, marcada pela relação com o mar, pela Arte-Xávega e pela evolução dos modos de habitar, desde os palheiros até às casas de veraneio, evolução que dá origem à construção da casa da Praia da Tocha. Esta casa implanta-se na fronteira entre a terra e o mar, numa fase de consolidação da ocupação balnear permanente. A sua posição, diretamente relacionada com a Avenida Dr. Silva Pereira e com o areal, reforça esta condição de limiar, onde o espaço doméstico se articula com a dimensão pública e sazonal do lugar. Ao longo dos anos, a casa foi sendo adaptada às necessidades de diferentes gerações, acumulando marcas do tempo que hoje coexistem numa mesma

estrutura construída. Este capítulo procura explicar a formação territorial, tipológica e construtiva da casa.

O **Tempo II** corresponde ao período desde o início da década de 1970 até 2025 e centra-se na *Memória da Família*. Através dos testemunhos de três gerações, analisa-se a vivência do lugar e da casa, procurando compreender de que forma cada espaço foi vivido ao longo do tempo. Observa-se como as dinâmicas familiares moldaram a utilização da casa, transformaram os seus espaços e estabeleceram diferentes relações com a Praia da Tocha. Este capítulo pretende identificar os modos de apropriação e as memórias associadas aos espaços da casa aos olhos dos seus habitantes e perceber de que forma se transformou no espaço que é hoje. O conjunto destas memórias é, assim, um instrumento ativo e fulcral de interpretação que permite revelar o valor espacial da casa e utilizá-lo como matéria de projeto.

O **Tempo III** corresponde ao presente e ao futuro e idealiza a *Nova Vida da Casa*. Partindo da encomenda, este capítulo desenvolve-se com base na análise das condicionantes e das potencialidades do lugar, assim como do estado de conservação da casa. A análise do contexto do lugar, desenvolvida ao longo da dissertação, juntamente com a interpretação da casa a partir da sua vivência, constitui a base dos critérios de intervenção, informando as decisões de projeto. Procura-se, assim, estabelecer um equilíbrio entre a preservação da identidade existente e a adaptação a novas exigências. Este capítulo pretende traduzir a leitura histórica e memorial em diagnóstico, critérios e proposta.

Do ponto de vista metodológico, a dissertação articula investigação histórica e iconográfica, apoiada na análise de arquivos, registos planimétricos, fotografias e literatura local, que permitem conhecer o contexto do lugar. As várias visitas à casa, complementadas por um levantamento métrico e pela recolha de testemunhos permitem desenvolver um diagnóstico e uma leitura espacial da casa. Este processo é ainda apoiado por uma análise documental de registos da Câmara Municipal de Cantanhede, bem como por conversas com arquitetos responsáveis pelos licenciamentos da Praia da Tocha.

Uma leitura integrada dos tempos permite compreender de que forma a evolução do lugar foi importante para o surgimento da casa e como as memórias podem ser matéria de projeto. O ato de projetar procura conciliar os elementos que permanecem com os elementos que são transformados e os novos que são necessários, reconhecendo no existente um ponto de partida para a *Nova Vida da Casa.*

1. TEMPO I: até final da década de 1960

DO LUGAR À CASA

Este primeiro capítulo centra-se na compreensão do território da Praia da Tocha até ao final da década de 1960, seguindo um percurso **Do Lugar à Casa**. Desenvolve-se a partir da relação entre as condições territoriais, culturais e construtivas do lugar, de forma a entender a importância da implantação da casa, a sua relação com a envolvente e todo o processo que conduziu à sua construção. Procura-se interpretar os princípios resultantes da evolução da Praia da Tocha que se refletem na casa e na sua relação com a envolvente e que são essenciais para a intervenção.

Deste modo, o **Tempo I** estrutura-se em três dimensões: o contexto do lugar, através da Arte-Xávega e dos palheiros; a sua transformação em lugar de veraneio; e, por fim, a construção da casa da Praia da Tocha como resultado da evolução do lugar. Esta análise procura demonstrar que a casa resulta de um processo contínuo de adaptação, estabelecendo as bases para a sua leitura e, posteriormente, para a sua reinterpretação no projeto de reabilitação.

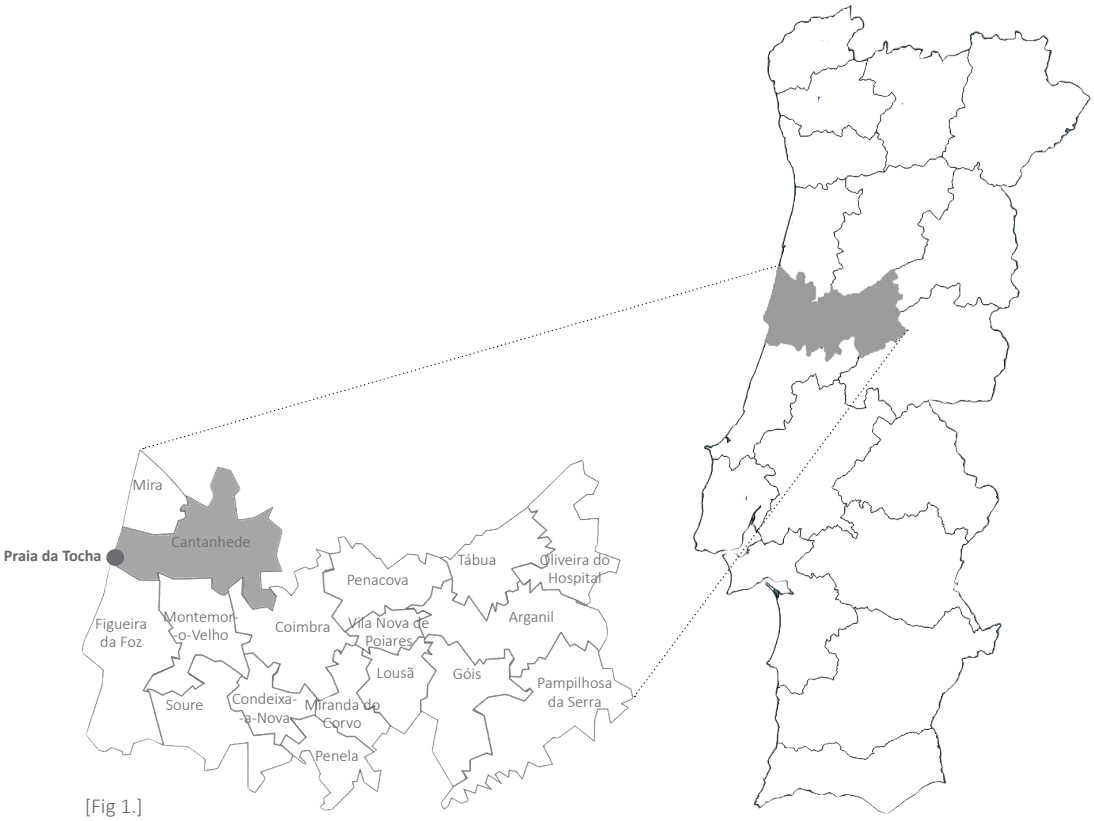
1.1. CONTEXTO DO LUGAR

A Praia da Tocha insere-se numa extensa faixa litoral contínua, marcada por longos areais que se prolongam entre a Praia de Mira, a norte, e a Praia de Quiaios, a sul. Integrada no concelho de Cantanhede, no distrito de Coimbra, esta porção do litoral centro caracteriza-se por uma paisagem de grande horizontalidade e aparente simplicidade, onde a relação entre mar, duna e pinhal constrói um território amplo e profundamente marcado pela ação dos elementos naturais. A nascente é limitada por *"uma grande extensão de dunas cobertas de pinheiros e de outras espécies vegetais, que ao aproximarem-se do mar se vão escondendo dos ventos marinhos para dar lugar a uma vegetação rasteira"* (ANDRADE, 2001, p. 11).

Este território apresenta-se como um sistema em constante transformação, em que diferentes camadas temporais e funcionais se sobrepõem. De um espaço natural instável, moldado pelas forças do mar e do vento, evolui para uma paisagem progressivamente construída pela atividade piscatória e, mais tarde, pelas práticas balneares e turísticas. Esta evolução traduz uma transformação profunda no modo como o lugar é apropriado ao longo do tempo. Contudo, a Praia da Tocha conserva uma continuidade identitária que permite reconhecer, ainda hoje, os traços fundamentais da sua formação. Neste sentido, pode afirmar-se que *"o lugar permanece no tempo. Podemos quase dizer que é intemporal, pois apesar de ir absorvendo as diferentes vivências que testemunha e que vão determinando o seu carácter, apesar de estar sujeito a inúmeras transformações, é sempre o mesmo lugar, com a mesma identidade"* (ROSSI, 1998 [1984], p. 63), ou seja, a Praia da Tocha permanece no tempo não por ser imutável, mas porque mantém certas relações e a sua identidade, apesar das constantes transformações.

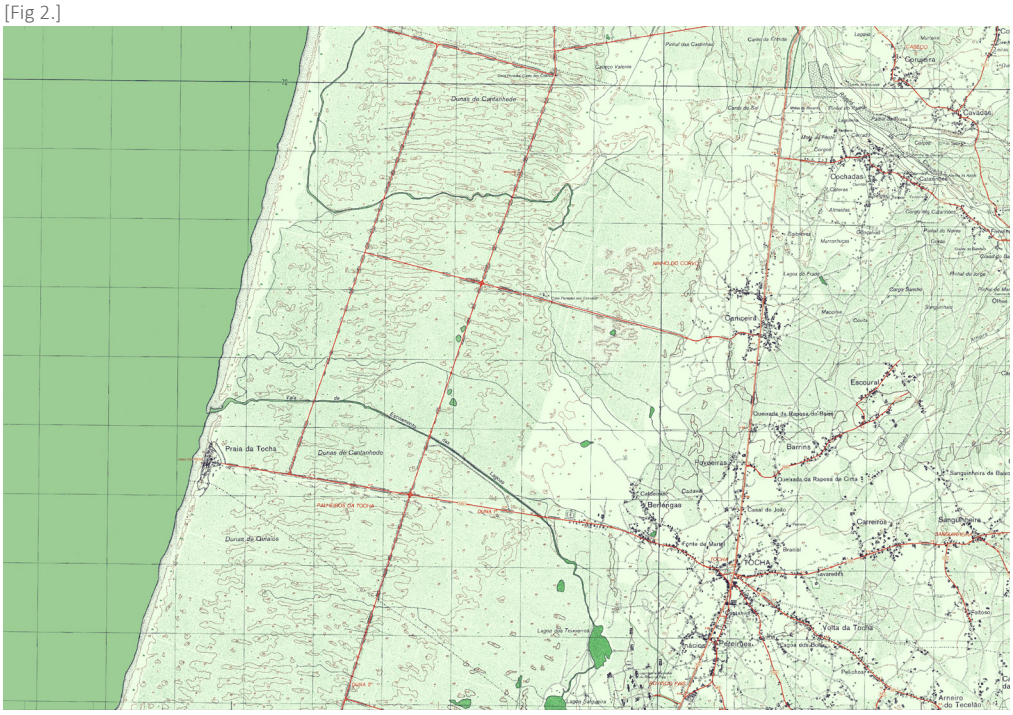
Compreender este lugar implica, por isso, não só observá-lo no presente, mas também reconhecer os processos que o constituíram, o que foi e o que é, e as memórias que acumula. É, por isso, relevante recuar a um tempo em que este território era um espaço despovoado e inóspito, definido essencialmente pela presença do mar e da areia. A instabilidade representava uma característica dominante, com sucessivos avanços e recuos da linha de costa. O tempo geológico e climático impunha-se como força estruturante, num território onde *"Tudo é mudança. Sucede, no entanto, que não se muda pelo simples prazer de mudar. É o tempo a impor-se, todo o mundo é composto de mudança, tomando sempre novas qualidades"* (CAÇÃO, 2006, p. 188).

É neste contexto de instabilidade e adaptação que se desenvolvem as primeiras formas de ocupação humana, profundamente dependentes das condições do território e das atividades que nele se praticavam.



[Fig 1.]

[Fig 2.]



[Fig 1.] Mapa de localização da Praia da Tocha

[Fig 2.] Carta Militar da Tocha, Cantanhede (Serviços cartográficos do exército, 1970)

A ARTE-XÁVEGA

A **Arte-Xávega** teve um papel importante na construção da Praia da Tocha, contribuindo para a ocupação e consolidação deste território costeiro e para a definição de práticas económicas e sociais que marcaram a identidade do lugar.

A Arte-Xávega é uma técnica de pesca coletiva de arrasto desenvolvida no litoral norte e centro de Portugal, cuja expansão se intensificou ao longo do século XVIII (BRITO, 2009/1960). Esta pesca foi modelada essencialmente pelas condições naturais deste litoral: um território arenoso, de contorno quase retilíneo, exposto aos ventos de noroeste e com um mar pouco profundo (ANDRADE, 2001, p. 21).

No início do século XIX, com o crescimento desta arte e uma maior necessidade de pescadores, este litoral começou a atrair populações do interior e de outras zonas costeiras, conduzindo a uma maior densificação deste lugar.[2] A Arte-Xávega teve, assim, influência na fixação humana, pela sua dimensão económica e pela sua capacidade de estruturar relações sociais entre os pescadores e a restante comunidade. Toda a população participava nesta atividade, através da formação de sociedades ou no esforço de alar as redes, principalmente durante o período áureo da pesca.[3]

Após a Segunda Guerra Mundial, devido à expansão da pesca de arrasto com métodos mais modernos e à escassez de peixe, a Arte-Xávega entra em declínio. Este processo conduz a um significativo movimento migratório, com muitos pescadores a partirem para centros mais rentáveis,[4] marcando assim o fim das grandes companhas (ANDRADE, 2001, p. 31). Os que permaneceram foram obrigados a reinventar a prática, ajustando-a às novas condições e à escassez de mão-de-obra, revelando a capacidade desta atividade de acompanhar o tempo.

Ao longo dos anos, a Arte-Xávega deixa de ser exclusivamente produtiva e passa a assumir uma dimensão simbólica e turística. O momento da chegada das embarcações, o lançamento e a recolha das redes, e a partilha do pescado tornam-se acontecimentos observados e vividos por quem visita o lugar, transformando-se num *"espetáculo"*[5] que reforça a sua singularidade.

A presença da atividade piscatória contribuiu para a consolidação de uma forma particular de ocupação do território, associada às necessidades dos pescadores e às condições específicas deste litoral. É neste contexto que surgem os **palheiros**, com um papel importante na construção da identidade e da paisagem da Praia da Tocha. A sua presença permite, assim, compreender uma primeira forma de relação entre a comunidade, o território costeiro e a construção.

1. "São quatro companhas e cada companha tem noventa e seis partes, entre homens que vão ao mar, homens da terra e mulherio para os cestos. Junta-se mais gente que acode à venda, regatões e almocreves" (BRANDÃO, 2009/1923, p. 37)

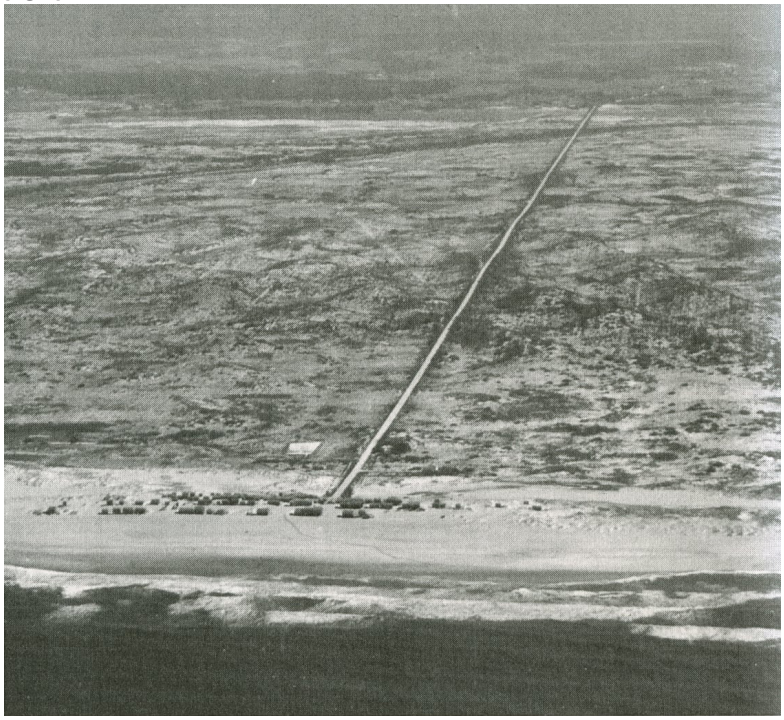
2. "O povoado não é muito antigo. Na opinião de alguns autores, a sua formação data do início do século XIX; outros recuam um pouco mais. Teriam sido pescadores vindos do Norte (Ovar, Ílhavo e Murtosa), na procura de novos centros pesqueiros, ..." (ANDRADE, 2001, p. 17)

3. "As mulheres ajudavam os homens, quer remando nos barcos, quer alando as redes na praia. Um dos períodos áureos foi o de 19I2 a 1920; como a pesca era abundante e a população ainda escassa" (BRITO, 2009/1960)

4. Sobretudo as zonas da Figueira da Foz, Aveiro, Peniche e Matosinhos

5. "Uma ida ao mar é uma expedição que suscita hoje, tal como antigamente, o espectáculo" (ANDRADE, 2001, p. 32)

[Fig 3.]



[Fig 4.]



[Fig 5.]



[Fig 6.]



[Fig 3.] Fotografia aérea da Praia da Tocha da década de 1950 (Biblioteca Central da Marinha, 1951)

[Fig 4.] As redes utilizadas na Arte-Xávega, chamadas de *"Arte"* (ANDRADE, 2001, p. 25)

[Fig 5.] Companha do início do século XX (BRANDÃO, 2009/1923, p. 11)

[Fig 6.] A saída do barco e das redes do mar com o auxílio dos bois [década de 1930] (BRANDÃO, 2009/1923, p. 10)

[Fig 7.] Conjunto de habitantes e visitantes da Praia da Tocha reunidos para assistir à chegada do barco [década de 1960] (ANDRADE, 2001, p. 31)

[Fig 7.]



OS PALHEIROS

Como resposta à necessidade de proximidade com o mar, surgem as primeiras construções, os **palheiros**, inicialmente associados à atividade piscatória e a uma ocupação sazonal, e que constituem a base para novas formas de habitar. São, por isso, fundamentais para compreender o surgimento da casa e a sua inserção no lugar. Estas construções de apoio à pesca surgem como um gesto de apropriação gradual do litoral, ainda bastante distintas da noção de casa enquanto espaço permanente e autónomo.

Os palheiros eram estruturas híbridas, simultaneamente ligadas ao trabalho e à vida doméstica, nas quais a distinção entre interior e exterior era ténue e onde o espaço habitado se prolongava diretamente no areal. A sua implantação respondia de forma precisa às exigências do território e da atividade piscatória. Distribuíam-se pelo areal mantendo sempre uma relação visual e funcional com o mar, *"alcandorados sobre as dunas, fronteiras ao oceano, pequenos palheiros, pareciam gigantescos aranhões, de longas patas fincadas sobre as areias, como que acabassem de sair das águas salgadas do mar"* (PATO, 1970, citado em ANDRADE, 2001, p. 18). As primeiras construções serviam como arrumos para as redes e utensílios da pesca, espaços de salga do peixe e, simultaneamente, como abrigo temporário durante o período da pesca, apesar das suas condições pouco aptas para habitação (ANDRADE, 2001, p. 17).

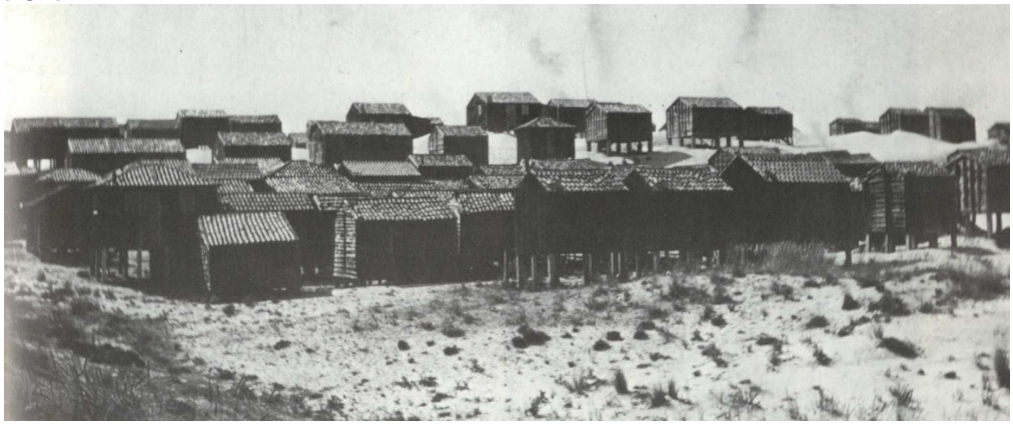
Do ponto de vista construtivo, os palheiros evidenciam uma adaptação direta às condições do lugar. A topografia arenosa e a escassez de materiais conduziam ao uso de recursos locais,[6] como a madeira de pinho e o colmo[7] que dá origem à sua designação. *"A construção de madeira, além de ser imposta pela presença do pinhal, está certa para as condições naturais da região - funciona de maneira correcta em relação ao chão arenoso e à humidade que o ar do mar traz consigo"* (AFONSO, MARTINS, & MENESES, 2004/1962, p.65). Estas estruturas assentes em estacas permitiam a passagem da areia e da água sob a construção, evitando soterramentos e inundações causadas pelos ventos fortes e pelas marés vivas. Apresentavam geralmente uma configuração simples, de planta retangular, com uma única divisão multifuncional que concentrava as atividades de cozinhar, descansar e dormir.

O areal funcionava como extensão da habitação: *"A vida passa-se em frente da casa. No chão arenoso as crianças brincam à mistura com os cães, enquanto as mulheres remendam os trapos e os homens esperam"* (AFONSO, MARTINS, & MENESES, 2004, p. 31). A proximidade entre casa, mar e trabalho era absoluta, e a noção de limite entre público e privado era difusa, refletindo um modo de vida coletivo e diretamente dependente do território.

6. "Desenvolveu-se apenas ou principalmente no litoral arenoso, por causa da falta de pedra e pela existência de matas próximas, persistindo apenas até à abertura das estradas modernas." (BRITO, 2009/1960)

7. "Caule de nós salientes e folhas invaginantes, como nas plantas gramíneas, juncáceas, etc.; palha com que se cobre algumas cabanas." (Infopédia, s. d.)

[Fig 8.]



[Fig 9.]



[Fig 10.]



[Fig 11.]



[Fig 8.] Palheiros no areal na década de 1940 (CM Cantanhede, s. d.)

[Fig 9.] Alinhamento onde surge a casa em estudo [década de 1930] (CM Cantanhede, s. d.)

[Fig 10.] Palheiro tradicional (CM Cantanhede, s. d.)

[Fig 11.] Palheiros sobre estacas junto ao mar (CM Cantanhede, s. d.)

A mutação urbanística do século XX conduz também à substituição progressiva dos palheiros. A proibição de reparações e da apanha de colmo leva à adoção de coberturas em telha portuguesa, contribuindo para o desaparecimento das soluções tradicionais. Ainda assim, esta transição ocorre de forma gradual e *"ao contrário de outras praias do litoral central, os Palheiros da Tocha conseguiram manter até mais tarde parte das suas características primitivas, conservando o seu aspecto palafítico (...)"* (ANDRADE, 2001, p. 18).

Na década de 1960, com o crescimento da população e a progressiva fixação no litoral, estas construções começam a evoluir. Para um maior aproveitamento do espaço, o lugar entre as estacas é fechado, para servir de arrumação, e o piso de cima, elevado sobre o solo, passa a servir de habitação. O colmo começa a ser substituído por telhas de forma a melhorar o conforto e a durabilidade. Este processo marca uma transição importante, em que a arquitetura começa a incorporar condições de maior estabilidade sem perder totalmente a lógica adaptativa que a originou. É também nesta altura que se define o novo traçado, com os primeiros arruamentos, que obrigam alguns palheiros a deslocarem-se (ANDRADE, 2001, p. 40).

A organização do território e da vida quotidiana sempre foi muito marcada pela sazonalidade, em que a ocupação ia variando ao longo do ano. Durante o período de safra, que se prolongava entre a primavera e o outono, densificava-se a população, contrastando com o esvaziamento do litoral durante os meses de inverno. Com o tempo, esta sazonalidade deixa de estar exclusivamente associada à produção e passa a ser associada ao lazer, e os palheiros tornam-se abrigo, não só para os pescadores e para as suas famílias, mas também para os veraneantes.

A análise dos palheiros permite identificar formas de ocupação e construção que permanecem presentes na paisagem da Praia da Tocha durante o processo de transformação do lugar. Algumas destas características encontram correspondência na casa em estudo, como a elevação sobre o terreno, a presença de um espaço intermédio e a relação próxima entre interior, exterior e paisagem. A casa surge, contudo, num momento em que a cultura piscatória convive com uma nova cultura balnear associada ao veraneio. A sua construção em alvenaria, a organização do programa e a relação estabelecida com a paisagem devem, por isso, ser analisadas a partir deste contexto de transformação, onde práticas locais e novas referências arquitetónicas se cruzam.

A progressiva adaptação dos palheiros e a crescente valorização do litoral enquanto espaço de lazer acompanham, assim, o surgimento de uma nova forma de habitar o território — a **casa de veraneio**.

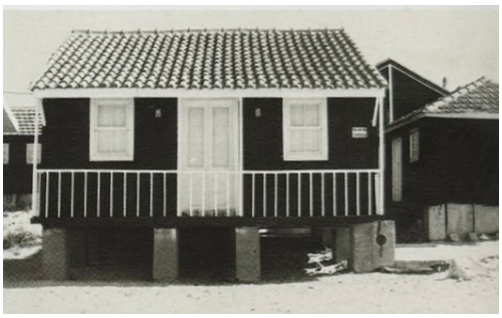
[Fig 12.]



[Fig 13.]









[Fig 12.] Palheiros no alto das dunas na década de 1960 (CM Cantanhede, s. d.)

[Fig 13.] Conjunto de fotografias de palheiros ainda existentes que sofreram alterações na década de 1960, como a introdução de elementos em cimento, o encerramento do piso inferior e a substituição da cobertura por telha (ANDRADE, 2001, p. 38)

1.2. CASAS DE VERANEIO

As **casas de veraneio** surgem como uma nova tipologia habitacional no litoral português, marcando a progressiva passagem de uma ocupação inicialmente produtiva e económica para uma ocupação associada ao lazer, à saúde e ao turismo. *"A casa de veraneio ou de fim-de-semana, destinada a pequenas estadias, diferencia-se da vivenda de sentido urbano por não se tratar de uma residência de permanência, por isso com um programa de maior simplicidade ao mesmo tempo que se procura, como objectivo primeiro, a integração na Natureza, valorizando sentido de sítio, genius locci"* (TOSTÕES, 1997, p. 66).

As primeiras marcas desta prática estão associadas a preocupações terapêuticas, em particular à recomendação médica dos banhos de mar, valorizando o litoral enquanto destino das elites urbanas, que procuram nesses lugares um refúgio face ao ritmo acelerado das cidades. Em Portugal, este fenómeno manifesta-se através da consolidação de estâncias balneares como a Figueira da Foz,[8] Cascais, Estoril, Espinho ou Nazaré, que, desde finais do século XIX, se afirmam como destinos privilegiados. Nesta primeira fase, o veraneio existe enquanto prática social antes de se materializar numa tipologia arquitetónica autónoma.

É a partir da década de 1940 que a casa de veraneio atinge um momento de particular relevância disciplinar, com a criação de núcleos planeados especificamente para este fim, como Moledo do Minho, Ofir, São Pedro de Moel ou o Bairro dos Arquitetos no Rodízio (TOSTÕES, 1997). Estes núcleos representam a formalização destas casas enquanto objeto arquitetónico consciente. Implantados em contextos naturais privilegiados, frequentemente entre o mar e o pinhal, caracterizam-se por uma ocupação de baixa densidade, pela predominância da casa unifamiliar e por uma clara intenção de integração paisagística.

Neste contexto, surgem obras que assumem um papel importante na implementação desta tipologia. Como é o caso da Casa Ruben A., de João Andresen no Pinhal do Carreço (1948), que apresenta uma *"assinalável modernidade programática e espacial, mas sobretudo reveladora de um profundo sentido do valor do sítio"*, adaptando-se à topografia do terreno (TOSTÕES, 1997, p. 67). A Casa Sande e Castro, de Ruy Jervis d'Athouguia, em Cascais (1954–56), que se impõe num terreno *"coberto de pinheiros, o lugar anunciava a vizinhança do mar, (...) acaba por promover uma enorme intensidade de relações com a sua própria paisagem"* (CORREIA, 2015). A norte, a Casa Dr. Ribeiro da Silva em Ofir, de Fernando Távora (1957), surge como *"uma proposta inédita de reconciliação da tradição com a modernidade"*, baseada *"na relação da construção com a paisagem"* e na utilização de *"materiais simples para fazer arquitectura moderna"* (TOSTÕES, 1997, p. 67).

8. O caso da Figueira da Foz é um dos exemplos mais precoces e consistentes de estância balnear em Portugal. O desenvolvimento do Bairro Novo, na segunda metade do século XIX, traduz a consolidação de um tecido urbano orientado para o turismo, onde se articulam equipamentos de lazer, como hotéis e casino, com moradias destinadas a estadias sazonais, para receber a crescente vaga de veraneantes que se fazia chegar à Figueira.

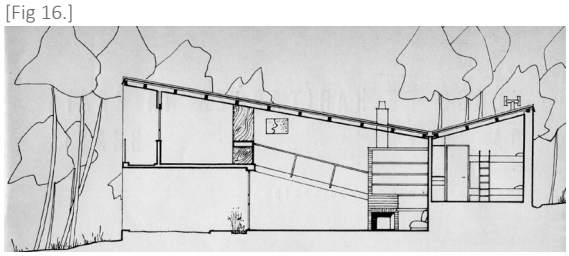
[Fig 14.]



[Fig 15.]



[Fig 16.]



[Fig 17.]



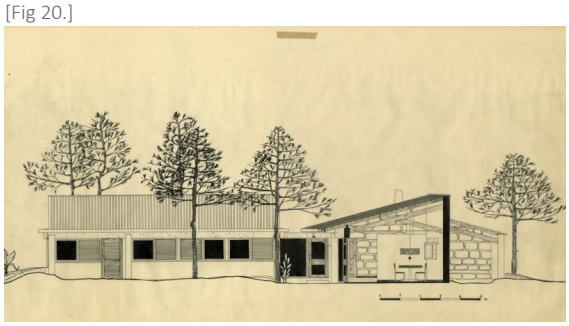
[Fig 18.]



[Fig 19.]



[Fig 20.]



[Fig 14.] Praia de banhos da Figueira da Foz no início do século XX (CM Figueira da Foz, s. d.)

[Fig 15.] Casa Ruben A., de João Andresen no Pinhal do Carreço, 1948 - fotografia do exterior (Fundación Docomomo Ibérico, s.d)

[Fig 16.] Casa Ruben A., de João Andresen no Pinhal do Carreço, 1948 - corte (Fundación Docomomo Ibérico, s. d)

[Fig 17.] Casa Sande e Castro, de Ruy Jervis d'Athouguia, em Cascais, 1954–56 - fotografia do interior para o exterior (CORREIA, 2015)

[Fig 18.] Casa Sande e Castro, de Ruy Jervis d'Athouguia, em Cascais, 1954–56 - planta de cobertura (CORREIA, 2015)

[Fig 19.] Casa Dr. Ribeiro da Silva, de Fernando Távora em Ofir, 1957- fotografia do exterior (OfHouses, s. d.)

[Fig 20.] Casa Dr. Ribeiro da Silva, de Fernando Távora em Ofir, 1957 - corte/alçado (Word Press, s. d.)

Estas obras assumem particular relevância por formalizarem uma nova ideia de habitação secundária associada ao lazer e ao veraneio, contribuindo para afirmar a casa de férias como um tema de reflexão na arquitetura portuguesa. É neste contexto disciplinar que se desenvolve uma cultura arquitetónica associada à casa de veraneio, marcada pela valorização do lugar, pela informalidade programática, pela flexibilidade dos espaços e pela criação de relações entre o interior e o exterior.

A casa da Praia da Tocha apresenta características que permitem enquadrá-la, de forma mais ampla, na cultura da casa de veraneio deste período. A relação com o pinhal e o mar, a valorização dos espaços exteriores, a utilização de materiais simples e a proximidade a processos construtivos de caráter vernacular revelam preocupações partilhadas por esta tipologia. Este enquadramento deve, contudo, considerar o contexto social, económico e construtivo específico em que a casa surge, não sendo possível entendê-la como consequência direta destas obras.

É neste enquadramento nacional, em meados do século XX, que as casas de veraneio começam também a surgir na Praia da Tocha. Inicialmente *"os velhos palheiros dos pescadores, transformados em habitações de férias, vão sendo progressivamente ajustados (com maiores ou menores modificações) à sua nova função"* (ANDRADE, 2001, p. 38). Paralelamente, surgem as primeiras construções em alvenaria que, ao contrário dos palheiros, são concebidas já para esta nova função, introduzindo materiais mais duradouros, uma maior compartimentação e melhores condições de conforto, mantendo uma forte relação com o exterior, através de varandas, pátios e espaços intermédios, e uma implantação condicionada pelas características do território dunar. A coexistência destes diferentes tipos de construção revela a transformação gradual do lugar, onde a antiga estrutura piscatória passa a integrar uma nova cultura de lazer e de veraneio.

Ainda neste período, inicia-se a reconfiguração do lugar através de um novo traçado do povoado, em que são definidos os primeiros arruamentos e novas vias de acesso do interior ao litoral, facilitando a chegada de mais visitantes. É também iniciada a florestação das dunas, a introdução de novos materiais de construção e o desenvolvimento de infraestruturas (ANDRADE, 2001, p. 30). No final da década de 1970, *"começam a ser retirados os palheiros do areal para a zona norte da marginal. A maioria foi substituída por casas forradas a madeira, procurando manter-se a traça tradicional"* (ANDRADE, 2001, p. 45).

A Praia da Tocha ganha, assim, uma crescente valorização turística, tornando-se um lugar privilegiado para a construção de habitações de veraneio associadas ao lazer e ao afastamento da vida urbana.

[Fig 21.]



[Fig 22.]



[Fig 23.]



[Fig 24.]



[Fig 21.] Palheiros como habitação de férias na década de 1960 (ANDRADE, 2001, p. 37)

[Fig 22.] Largo da Fonte - antigo mercado, década de 1970 (CM Cantanhede, s. d.)

[Fig 23.] Primeiras casas de alvenaria junto aos palheiros, década de 1970 (CM Cantanhede, s. d.)

[Fig 24.] Início da florestação das dunas e dos primeiros arruamentos na década de 1940 (CM Cantanhede, s. d.)

1.3. A CONSTRUÇÃO DA CASA DA PRAIA DA TOCHA

A **construção da casa** em estudo materializa um momento de transição na Praia da Tocha, onde a lógica de ocupação sazonal, associada aos palheiros e à atividade piscatória, começa a dar lugar a construções mais permanentes, ligadas ao lazer.

A escolha do lugar por Manuel Roque[9] e Alice Roque foi motivada pela identidade e pela memória que guardavam da Praia da Tocha. Residentes em Cantanhede[10], mantinham já a tradição de ocupar o litoral durante os meses de verão, inicialmente na Praia dos Pescadores, em Mira e, posteriormente, na Praia da Tocha. A decisão de construir uma casa neste local corresponde, portanto, à vontade de terem uma habitação secundária de veraneio junto ao mar para poderem reunir a família e os amigos.

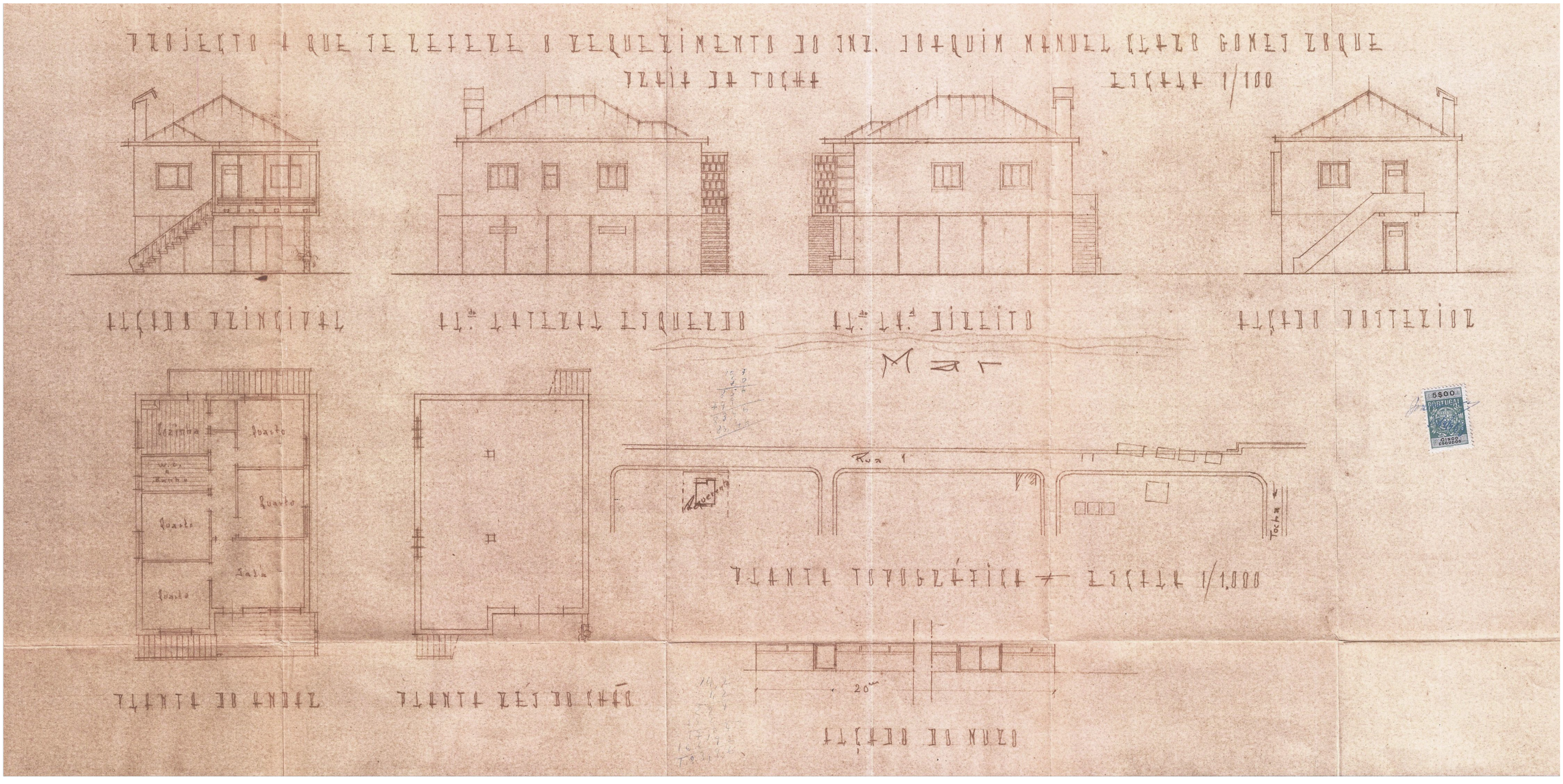
O terreno foi adquirido no início da década de 1960 por Manuel Roque, em conjunto com o seu cunhado Manuel, padrinho do seu filho mais velho, Joaquim, já com a intenção da construção da casa. O terreno localizava-se junto ao mar, numa zona ainda pouco consolidada e caracterizada por dunas. Era um lote arenoso, com frente a poente, voltado ao mar e limitado a nascente por um recente arruamento. A ausência de restrições teve também influência na escolha do lugar, como refere Alice: *"era tudo à vontade"* (2026), sendo a construção diretamente sobre as dunas uma prática já presente na ocupação do lugar através dos palheiros. Esta localização respeita a linha de construção já existente e ocupa um lugar privilegiado, no alto da duna, com relação direta com o mar.

Sendo a segunda construção deste tipo na Praia da Tocha, a casa integra um momento de transição entre as estruturas leves associadas aos palheiros e a construção de habitações de maior durabilidade, num território ainda marcado pela presença das dunas. A sua função e localização aproximam-na das casas de veraneio que, neste período, iam surgindo um pouco por todo o litoral português.

Em setembro de 1963, Manuel Roque deu entrada na Câmara Municipal de Cantanhede com um requerimento de licença de obras particulares para a construção de uma habitação no terreno adquirido [Fig. 25], colocando o processo em nome do seu filho mais velho, Joaquim Roque, com 8 anos de idade (CM Cantanhede, 1963, processo nº 693/63). Ao analisar o processo camarário e os desenhos do projeto, é possível perceber a sua implantação e disposição programática, uma habitação elevada em relação ao solo, com um piso térreo sem função definida. O projeto submetido previa uma área de implantação de 186,96 m² e um prazo de execução de um ano. No entanto, em 1964 (CM Cantanhede, 1964, processo nº 629/64) e 1965 (CM Cantanhede, 1965, processo nº 629/65) foram submetidos dois pedidos de prorrogação do período de obras, cada um com duração de 360 dias.

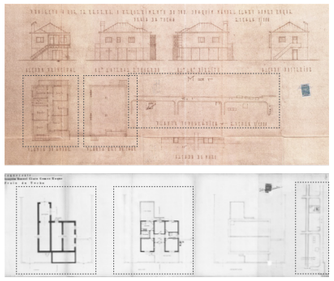
9. Manuel Gomes Roque era o proprietário da casa em estudo. Casado com Alice Roque e pai de cinco filhos, uma menina e quatro meninos. Alice tinha 27 anos quando casou com Manuel que tinha 42 anos e já era viúvo. Antes desta nova vida, Manuel trabalhava como motorista na Câmara de Cantanhede. Era um homem muito trabalhador, com um grande património que conquistou com o seu trabalho.

10. Quando casaram, mudaram-se para o concelho de Cantanhede, para uma casa no centro da vila, onde o piso térreo era destinado à escola de condução gerida por Manuel. Esta casa no primeiro piso tinha três quartos, uma cozinha, uma sala e uma casa de banho e no sótão tinha dois quartos e uma casa de banho.

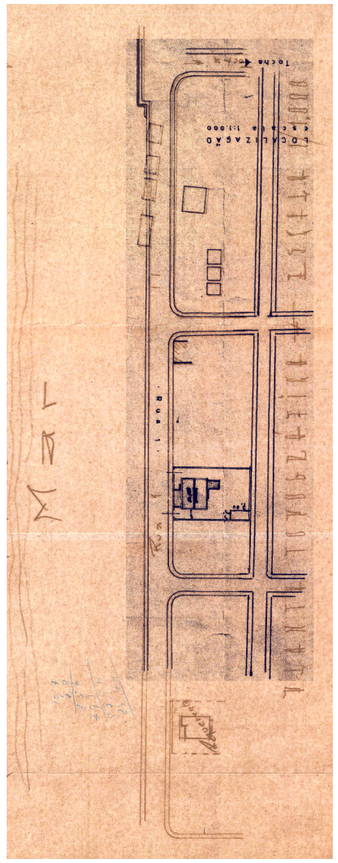


0 1 2 5 m

[Fig 25.] Primeiro projeto submetido na Câmara Municipal de Cantanhede em 1963 (CM Cantanhede, 1963, processo nº 693/63)

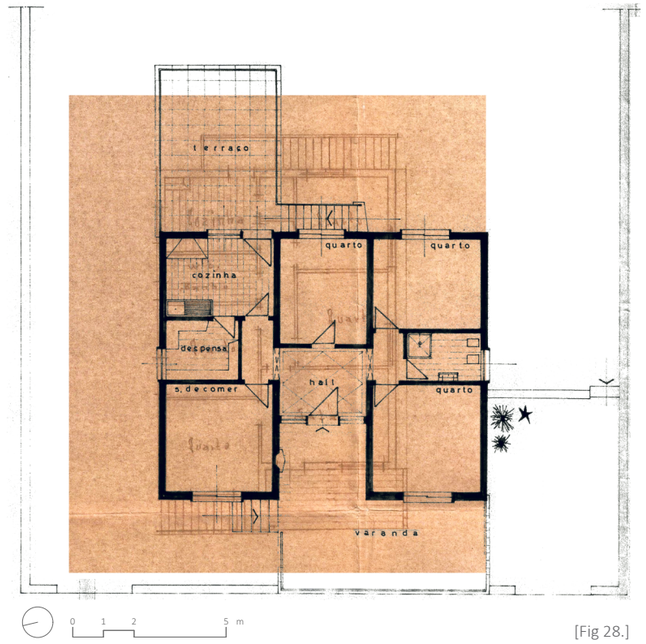


[Fig 26.]



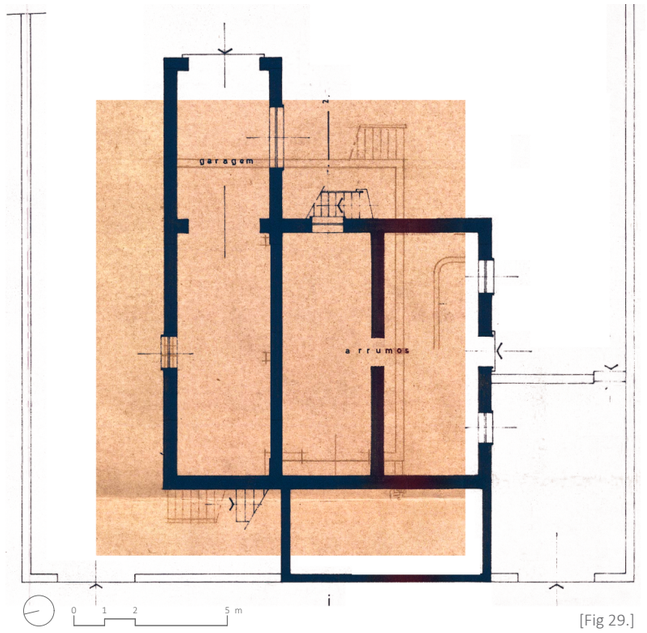
0 10 20 50 m

[Fig 27.]



0 1 2 5 m

[Fig 28.]



0 1 2 5 m

[Fig 29.]

Este projeto inicial de 1963 não chegou a ser construído [Fig. 25]. Em agosto de 1966, foi apresentado um pedido de alteração do processo nº693/63 com uma nova proposta de projeto desenhada por António Marques dos Santos (CM Cantanhede, 1966, processo nº 600/66). Apesar de não se conhecer o motivo exato desta alteração, uma análise comparativa dos projetos permite formular hipóteses sobre as razões.

Na sobreposição das plantas de implantação dos dois projetos [Fig. 27], observa-se que a localização da casa no lote mudou de sítio no segundo projeto. Embora não exista nenhuma informação sobre este acontecimento, poderá indicar um erro no primeiro desenho submetido, ou uma efetiva troca de terreno para construção, hipótese que não é comprovada por nenhum processo da Câmara Municipal.

Ao analisar a sobreposição das plantas do piso superior de ambos os projetos [Fig. 28], é possível supor que esta alteração tenha surgido da intenção de aumentar a área interior, passando a casa a ter uma área de 203,72 m², acrescida de 50,50 m² de terraços, através da ampliação da varanda a poente e da introdução de um terraço a nascente. Foi também acrescentada uma garagem, com uma área de 24,50 m², concebida como volume independente no logradouro, a quatro metros do eixo da rua, como descrito no novo processo (CM Cantanhede, 1966, processo nº 600/66). A implantação passou a privilegiar a fachada mais longa voltada a poente, reforçando a relação com o mar. Ocorreu ainda uma reorganização do piso superior, com a redução do número de quartos, de quatro para três, mas com áreas mais generosas, e a substituição de uma distribuição em corredor por um sistema em torno de um espaço central.

Também na comparação das plantas do piso térreo [Fig. 29], é notório o aumento de área: este piso passa a incluir a área dos espaços exteriores, desenhados no piso superior como a varanda e o terraço. Observa-se também uma modificação na estrutura da casa, que deixa de apresentar uma estrutura pontual e passa a adotar paredes contínuas e com maior espessura. No segundo projeto, surge também o desenho de janelas, inexistentes na proposta inicial, o que transmite a intenção de criar habitação neste piso; no entanto, ambos são submetidos como espaço de arrumos, à semelhança da utilização tradicional do espaço sob os palheiros.

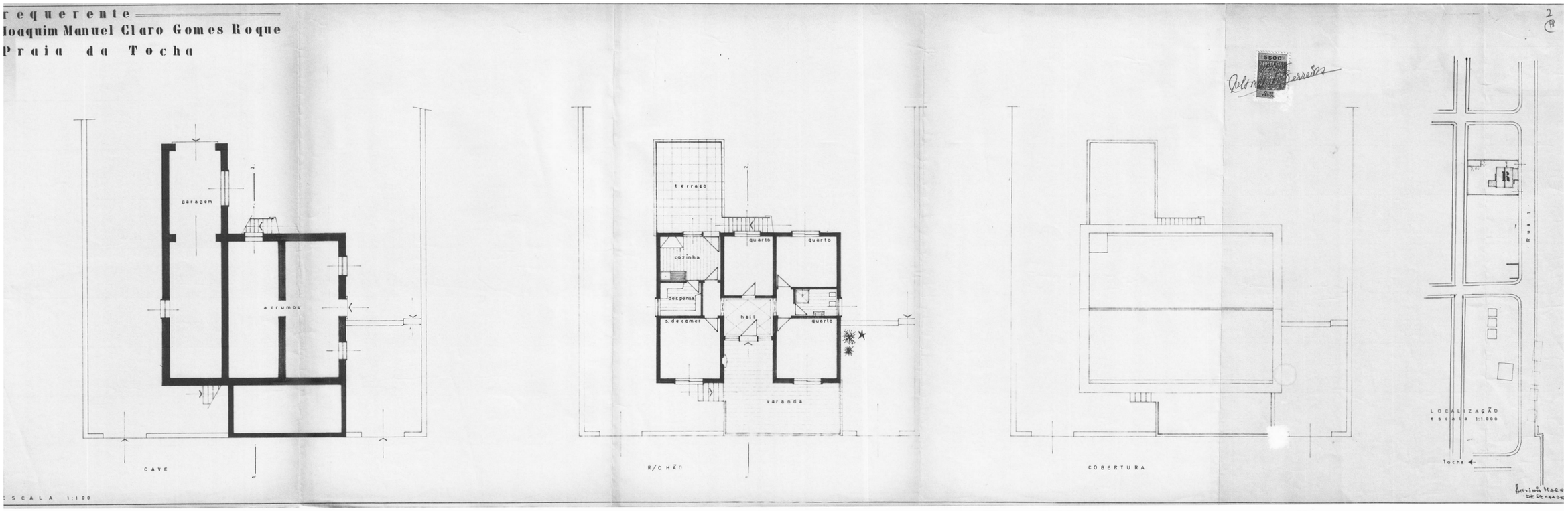
Os alçados do segundo projeto [Fig. 30] revelam um maior cuidado na adaptação ao lugar e à topografia irregular das dunas, apresentando uma altura diferente entre o lado poente e o nascente. A elevação do piso superior em relação ao solo estabelece uma proximidade formal com os palheiros, que recorriam à elevação sobre estacas para vencer as condições das dunas.

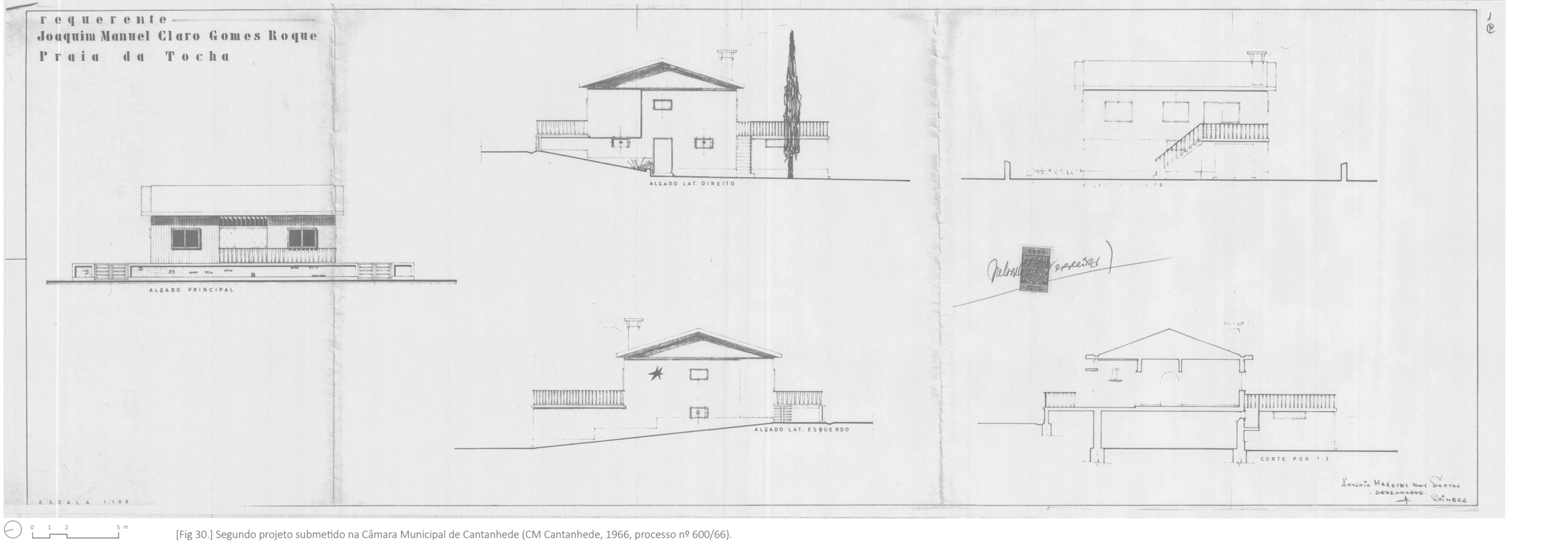
[Fig 26.] Esquema que identifica os recortes utilizados nos esquemas seguintes - Fig. 27, Fig. 28 e Fig. 29

[Fig 27.] Esquema de sobreposição das plantas de implantação do primeiro projeto submetido (planta castanha no plano de fundo - correspondente à Fig. 25) e do segundo projeto (planta a preto- correspondente à Fig. 30) submetido na Câmara Municipal, de forma a analisar as diferenças de implantação

[Fig 28.] Esquema de sobreposição das plantas do piso superior do primeiro projeto submetido (planta castanha no plano de fundo - correspondente à Fig. 25) e do segundo projeto submetido (planta a preto - correspondente à Fig. 30) na Câmara Municipal, de forma a analisar as diferenças programáticas e dimensionais entre os dois projetos

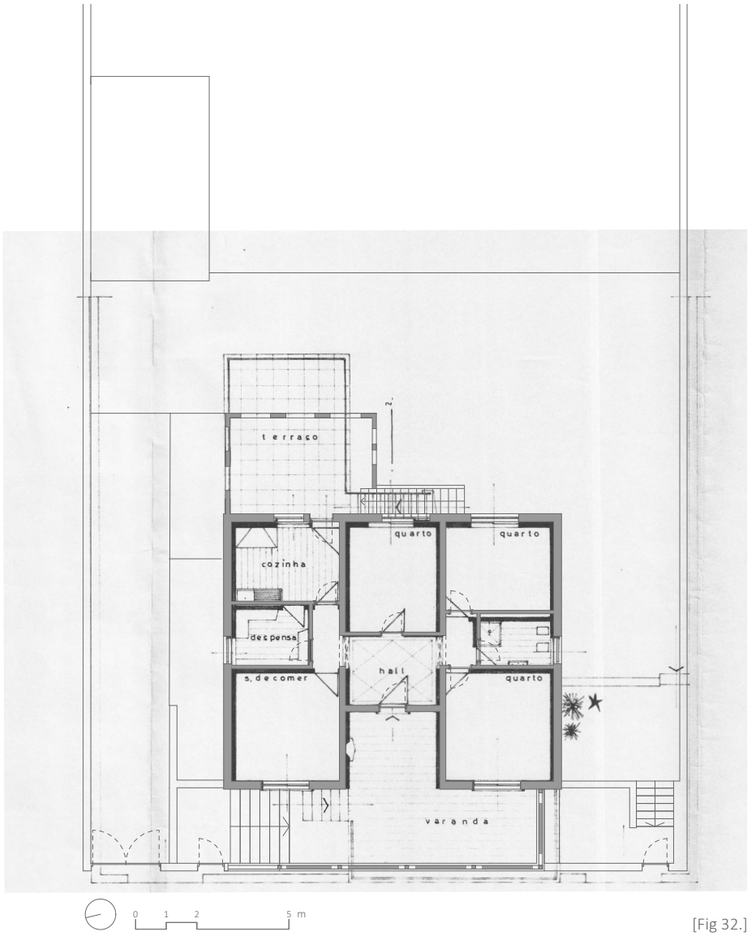
[Fig 29.] Esquema de sobreposição das plantas do piso térreo do primeiro projeto submetido (planta castanha no plano de fundo- correspondente à Fig. 25) e do segundo projeto submetido (planta a preto - correspondente à Fig. 30) na Câmara Municipal, de forma a analisar as diferenças programáticas e dimensionais entre os dois projetos



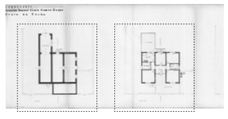


0 1 2 5 m

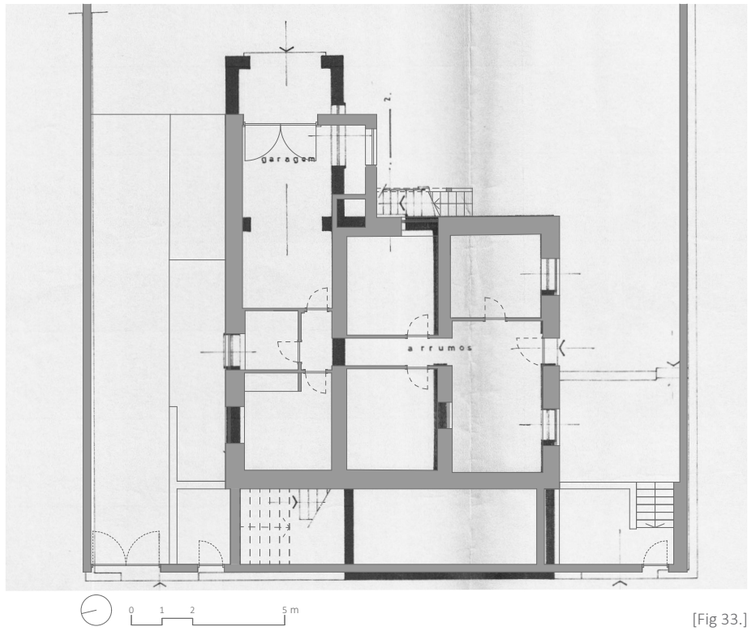
[Fig 30.] Segundo projeto submetido na Câmara Municipal de Cantanhede (CM Cantanhede, 1966, processo nº 600/66).



[Fig 32.]



[Fig 31.]



[Fig 33.]

[Fig 31.] Esquema que identifica os recortes utilizados nos esquemas seguintes - Fig. 32, Fig. 33

[Fig 32.] Esquema de sobreposição das plantas do piso superior do segundo projeto submetido na CM (planta a preto no plano de fundo - correspondente à Fig. 30) e da planta do que foi construído (planta a cinza)

[Fig 33.] Esquema de sobreposição das plantas do piso térreo do segundo projeto submetido na CM (planta a preto no plano de fundo - correspondente à Fig. 30) e da planta do que foi construído (planta a cinza)

A construção da casa iniciou-se em 1966, com a empresa *Construções Irmãos Moleiro*, de acordo com a filha dos proprietários, Regina Roque. Nesta altura, ainda não havia eletricidade, saneamento nem água canalizada e estavam a ser iniciados os primeiros arruamentos e acessos à Praia da Tocha. A Avenida Dr. Silva Pereira surge em 1967, como eixo marcante de divisão entre a praia e as habitações.

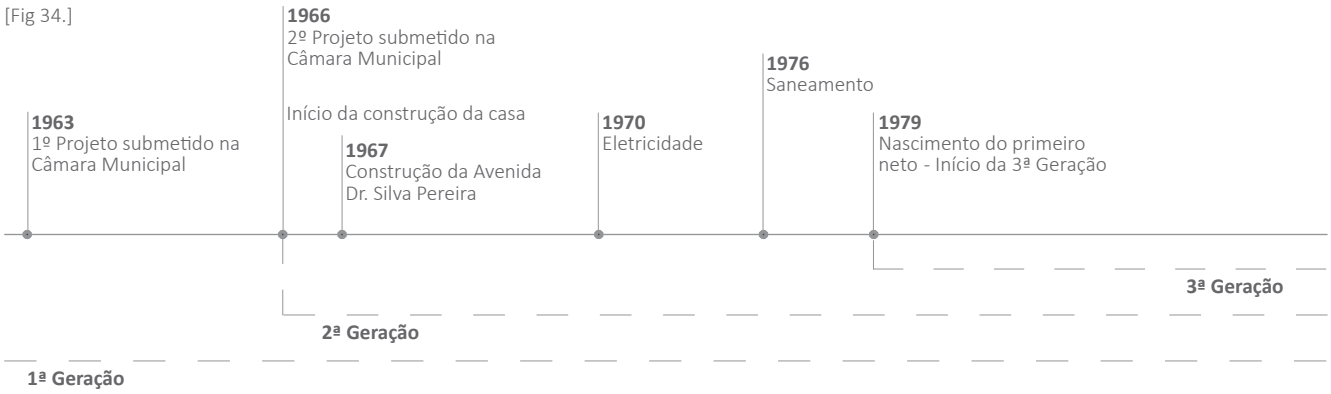
A implantação da casa integra-se na primeira linha edificada, paralela ao areal e com ligação direta ao mar. O lote é delimitado por dois eixos distintos: a poente, a Avenida Dr. Silva Pereira, marcada pela intensidade de uso e pela presença constante de veraneantes e, a nascente, a Rua das Dunas, com um carácter mais reservado. Esta dualidade é reforçada pelo desnível do terreno, que organiza a casa em dois níveis diferenciados. O piso superior, elevado cerca de um metro e meio em relação à Avenida, beneficia de uma posição privilegiada, com maior abertura à paisagem e à dinâmica da frente urbana através da varanda contínua. Em contraste, o piso térreo desenvolve-se à cota do logradouro, articulando-se diretamente com a Rua posterior, mais introvertida e privada.

O piso superior [Fig. 32] foi idealizado como o principal espaço habitacional, destinado a acolher a família. A poente, uma antecâmara exterior, elevada em relação ao solo e protegida por uma vedação em madeira, antecede um espaço central de distribuição que organiza o acesso aos três quartos, à sala e à cozinha, separadas por uma pequena despensa. A cozinha, localizada a nascente, estabelece uma ligação direta com um terraço acessível por umas escadas exteriores em betão, diretamente do logradouro, por onde se entrava inicialmente. A varanda a poente foi construída só depois da construção da Avenida, com uma dimensão maior do que a prevista no projeto [Fig. 32]. Assim, a entrada principal passa a fazer-se a poente, ligando diretamente a varanda à antecâmara e alterando a organização espacial da casa. A abertura da Avenida permitiu também a criação de acesso à garagem, implantada no logradouro. Esta alteração evidencia a forma como a evolução do território condiciona diretamente a organização e o uso da casa, redefinindo os seus acessos e a sua relação com o espaço público.

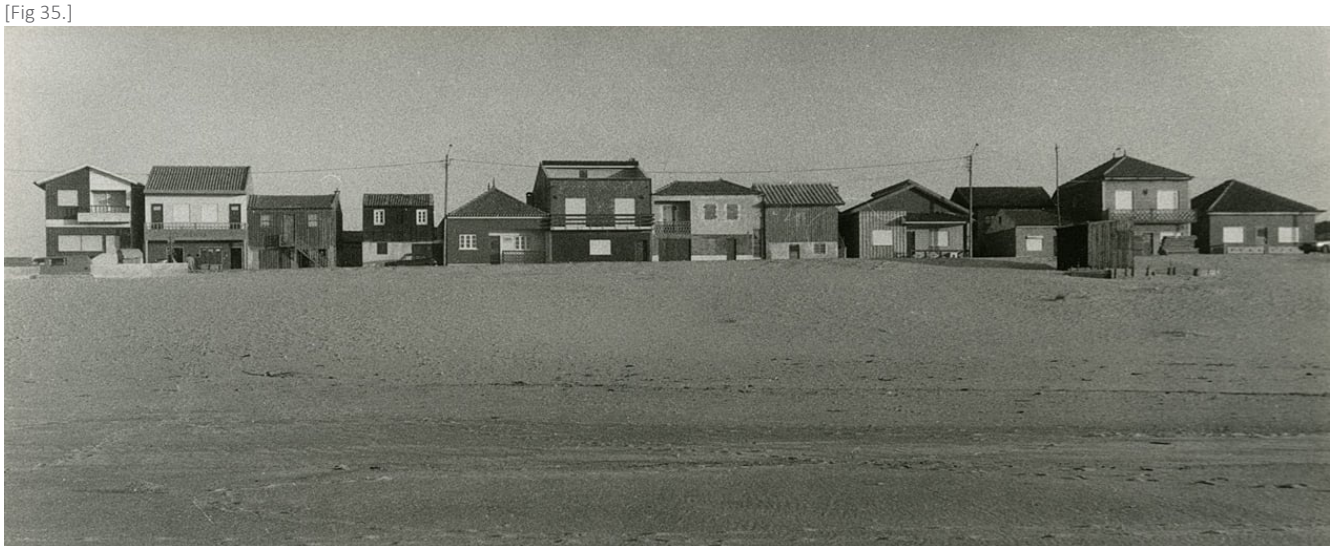
O piso térreo foi construído com uma estrutura robusta em alvenaria de pedra, com paredes de meio metro de espessura e fundações dimensionadas para suportar uma eventual ampliação em altura. Embora projetado e submetido como espaço de arrumos, este piso foi desde início pensado como área habitável, com a possibilidade de introdução de quartos destinados ao arrendamento, revelando uma flexibilidade de uso característica deste tipo de habitação, que apenas se concretizaria mais tarde. Na figura 33, podem observar-se as diferenças entre o projeto submetido e o que realmente foi construído, já com as novas divisórias destinadas à criação da habitação no piso térreo.

A casa reúne um conjunto de características que sustentam a experiência a que se destina: uma vivência sazonal, marcada por uma forte ligação ao mar, mediada por espaços intermédios, como a varanda. É a partir dessa vivência e dessa relação que o capítulo seguinte se constrói, através das memórias diretas de quem a habitou.

[Fig 34.]



[Fig 35.]



[Fig 36.]



[Fig 34.] Linha cronológica dos projetos submetidos e da construção da casa, articulada com a cronologia das três gerações que a habitaram

[Fig 35.] Fotografia da primeira linha edificada da década de 1970 (FONSECA, s. d.)

[Fig 36.] Avenida Dr. Silva Pereira no início da década de 1970 (FONSECA, s. d.)

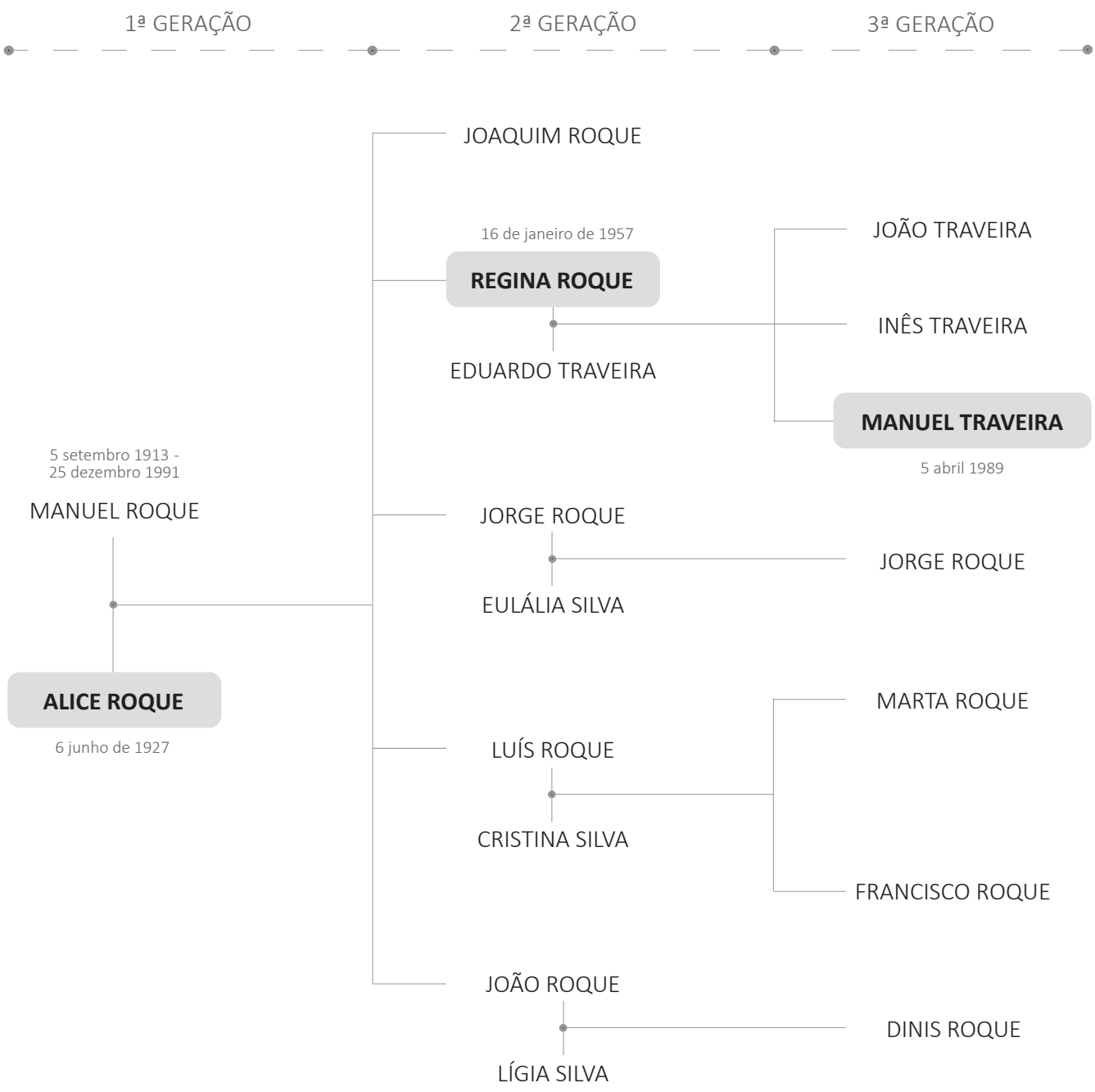
2. TEMPO II: do início da década de 1970 a 2025

A MEMÓRIA DA FAMÍLIA

Este segundo capítulo incide sobre o período compreendido entre a construção da casa e o presente, reconstruído através da **Memória da Família**. Por não resultar de uma experiência direta, esta leitura apoia-se nos testemunhos de três gerações ligadas à ocupação da casa. Neles reconhece-se um entendimento do lugar construído através do uso sazonal e da experiência quotidiana.

O conhecimento de um lugar depende, em grande parte, da forma como o corpo se relaciona com o espaço e se integra na sua narrativa ao longo do tempo, através de memórias que reúnem um conjunto de vivências, imagens e fragmentos de momentos. Mais do que simples registos do passado, implicam processos de seleção, transformação e interpretação, onde os lugares existem num exercício contínuo de *"memória e esquecimento, de um trabalho de composição e recomposição que traduz a tensão exercida sobre a interpretação de passado pela expectativa do futuro"* (AUGÉ, 2001, p. 48).

Deste modo, o **Tempo II** baseia-se na vivência do lugar e na vivência da casa. Compreender de que modo estas experiências informam a leitura da casa torna-se fundamental, sobretudo quando se projeta sobre o existente. O conjunto destas memórias constitui, assim, um instrumento de interpretação que permite reconhecer usos, espaços e valores relevantes para o projeto e convertê-los em critérios operativos de intervenção.


1ª GERAÇÃO
2ª GERAÇÃO
3ª GERAÇÃO
JOAQUIM ROQUE
16 de janeiro de 1957
REGINA ROQUE
EDUARDO TRAVEIRA
JOÃO TRAVEIRA
INÊS TRAVEIRA
MANUEL TRAVEIRA
5 abril 1989
5 setembro 1913 -
25 dezembro 1991
MANUEL ROQUE
ALICE ROQUE
6 junho de 1927
JORGE ROQUE
EULÁLIA SILVA
JORGE ROQUE
LUÍS ROQUE
CRISTINA SILVA
MARTA ROQUE
FRANCISCO ROQUE
JOÃO ROQUE
LÍGIA SILVA
DINIS ROQUE

A leitura espacial da casa e do lugar, desenvolvida neste capítulo, constrói-se a partir de conversas e entrevistas realizadas com um elemento de cada uma das três gerações que aqui viveram. Cada testemunho reflete uma relação distinta com a casa, revelando diferentes formas de a habitar e experienciar ao longo do tempo. A seleção dos entrevistados considerou a sua relação com a casa e o seu envolvimento na sua preservação.

Na primeira geração, foi entrevistada **Alice Roque**, atualmente com 99 anos de idade, esposa do primeiro proprietário. A entrevista realizou-se a 7 de janeiro de 2026, com a presença da sua filha Regina, que acompanhou o testemunho e auxiliou na recuperação de algumas memórias. Alice foi escolhida por ser a pessoa desta geração com uma relação mais próxima e prolongada com a casa. A conversa, de carácter informal, foi gravada e transcrita, sendo orientada a partir de questões relativas à construção da casa, à sua utilização e à relação com o lugar.

A segunda geração é representada por **Regina Roque**, que manteve uma relação contínua com a casa ao longo da sua vida, preservando-a como lugar de encontro familiar e transmitindo essa experiência à geração seguinte. A sua escolha prende-se com o facto de ser a única filha com a vontade de preservar a casa e de a manter no seio familiar. Ao longo da investigação foram realizadas várias conversas informais, das quais uma, realizada a 22 de novembro de 2025, foi gravada e transcrita a partir de questões previamente definidas.

A terceira geração é representada pelo neto do proprietário, **Manuel Traveira**, cuja relação com este lugar remonta à infância e foi sendo assegurada pela mãe. A sua relação com a casa é marcada por uma forte dimensão afetiva, associada às memórias familiares. A sua escolha relaciona-se com o seu interesse na reabilitação da casa, tendo sido ele a formular a encomenda que está na origem deste trabalho. Ao longo da investigação foram realizadas várias conversas sobre a casa e o projeto, incluindo uma entrevista, realizada a 20 de fevereiro de 2026, gravada e transcrita.

Os testemunhos foram analisados em articulação com fotografias, plantas, vestígios das transformações físicas e observação direta da casa. Este cruzamento permite relacionar acontecimentos recordados com as marcas que permanecem na casa, distinguindo acontecimentos identificáveis, memórias individuais e interpretações posteriores. As diferenças entre testemunhos integram também esta leitura, revelando diferentes perceções e significados associados aos mesmos espaços. A sobreposição entre memória, espaço e transformação sustenta, assim, a definição dos critérios que informam o ***projeto de reabilitação***.

2.1. A VIVÊNCIA DO LUGAR

A compreensão do **lugar** anteriormente descrito constrói-se também a partir da forma como este foi vivido e apropriado ao longo do tempo. As memórias das três gerações revelam diferentes relações com a Praia da Tocha, permitindo compreender o território através do corpo, da rotina e da repetição sazonal. *"A memória constrói-se com muitas memórias. Há memória individual e memória colectiva, (...) memória auditiva e memória visual, memória sensorial e memória intelectual, memória afectiva e memória cognitiva, (...)"* (SANTOS & SOARES, 2019-2020, p. 7) e é precisamente pela sobreposição destas vivências que se torna possível interpretar a relação entre a casa, o território e os modos de habitar que aí se desenvolveram.

As recordações associadas a este lugar evidenciam como a vivência do litoral estrutura práticas quotidianas, relações sociais e formas de apropriação do espaço e revelam dimensões da experiência espacial que permanecem inscritas na vivência das pessoas que frequentaram a casa. Contudo, todas as recordações *"são moldadas pelo esquecimento como os contornos da costa o são pelo mar"* (AUGÉ, 2001 p. 19), assumindo-se como interpretações afetivas e fragmentadas da experiência individual.

A primeira geração associa a Praia da Tocha ao lugar de descanso da agitação da vida urbana. Alice recorda que, ainda antes da construção da casa, a deslocação para o litoral durante os meses de verão já fazia parte da rotina familiar, inicialmente na Praia de Mira e posteriormente na Praia da Tocha. Alice descreve uma forte proximidade com a praia através dos banhos, caminhadas e convívios com as amigas junto ao mar, a fazer malha e croché, nas barracas de praia. Enquanto Manuel mantinha uma relação mais contemplativa com o lugar, permanecendo frequentemente em espaços de convívio com os amigos, a jogar às cartas fora do areal, após o trabalho no interior do concelho. A memória assume, deste modo, uma condição plural e fragmentada, construída através de experiências e interpretações distintas de um mesmo espaço, uma vez que *"há tantas memórias quantos grupos existem"* (NORA, 1993, p. 9).

Na segunda geração, as memórias de Regina enquanto criança introduzem uma nova perspetiva sobre a vivência da casa e da relação com o território envolvente. Para Regina, a praia constituía o centro da experiência quotidiana durante os meses de verão, estruturando os percursos, as brincadeiras e os momentos de convívio. As deslocações constantes entre a casa e o areal, descalça e em fato de banho, evidenciam a proximidade física entre habitação e praia, estabelecendo uma continuidade entre espaço doméstico e território balnear.

[Fig 37.]



[Fig 38.]



[Fig 37.] Areal na década de 1960, com relação visual direta à casa em estudo, situada na extremidade direita do conjunto edificado da fotografia (CM Cantanhede, 1969)

[Fig 38.] Alice na sua barraca de pano na praia com as proprietárias das casas vizinhas, em 1967

O contacto visual direto entre a casa e o mar reforçava esta forte relação entre o interior e o exterior. Regina recorda que, quando ela e os irmãos iam sozinhos para a praia, Alice utilizava um sinal visual para os chamar para Casa à hora de almoço, colocando uma toalha pendurada na pala da antecâmara. A partir do areal, as crianças reconheciam esse gesto e regressavam a casa. A reduzida altura das dunas permitia, nesta altura, uma relação visual direta entre a varanda, a Avenida e a praia.

Na terceira geração, as memórias de Manuel Traveira evidenciam a forte ligação ao exterior e ao território costeiro. As dunas, os palheiros, a Avenida e o areal prolongavam o espaço interior da casa, integrando as brincadeiras e o quotidiano das crianças. A memória associa-se à dimensão sensorial do lugar, através do vento junto às dunas, da textura da areia e da observação constante do mar. Grande parte das memórias de Manuel está ligada à convivência com o primo Jorginho e às brincadeiras na envolvente da casa. Nos finais de tarde, passavam longos períodos nas dunas em frente à casa, descendo as encostas de areia com a prancha de bodyboard ou brincando com papagaios. A varanda funcionava como ponto de observação e contacto com as crianças. Manuel recorda que a avó Alice conseguia identificá-los à distância através dos papagaios e chamava-os da varanda para regressarem a casa.

Deste modo, a vivência do lugar constrói-se através da memória coletiva da casa e da família, formada pela sobreposição das experiências e das memórias de cada geração naquele território. Dessa sobreposição resultam três dimensões fundamentais para a leitura da casa: a relação visual com o mar, a continuidade entre interior e exterior e a sazonalidade dos usos.

A continuidade entre interior e exterior é a característica mais marcante e mais presente em todos os testemunhos, visível na facilidade com que, mesmo as crianças, se deslocavam sozinhas entre a casa e a praia, um lugar cuja fluidez importa preservar na intervenção. A sazonalidade reforça, por sua vez, o valor da casa: era o tempo de espera pelo verão que tornava esta vivência especial. O cliente pretende manter essa característica do uso, sem impedir que a proposta possibilite também uma utilização permanente e, no futuro, diferentes formas de apropriação. Já a relação visual com o mar, ponto fulcral desta ligação ao lugar, foi-se perdendo ao longo dos anos devido ao deslocamento das areias e ao crescimento das dunas em frente à casa, pelo que cabe à proposta de intervenção recuperar essa relação visual.

[Fig 39.]



[Fig 40.]



[Fig 41.]



[Fig 39.] Contacto direto com a casa a partir do areal, em 1973 (casa na extremidade direita da fotografia)

[Fig 40.] Filhos de Regina Roque (terceira geração), em 1984

[Fig 41.] Irmãos de Regina Roque (segunda geração) nos barcos da Arte-Xávega, em 1975

2.2. A VIVÊNCIA DA CASA

A leitura espacial da casa constrói-se agora espaço a espaço, através das memórias relatadas pelos testemunhos. A vivência de cada espaço revela a sua dimensão arquitetónica, tornando-se critério para o projeto de reabilitação.

Essa vivência é relembrada a partir da ocupação da casa durante os meses de verão. "*A memória é a consciência do tempo no tempo"* (SANTOS & SOARES, 2019-2020, p. 5), e é através da repetição anual destas estadias que a casa se consolida como referência da vida familiar. Alice recorda que permanecia na Praia da Tocha "*desde o São João até às aulas começarem novamente"* (2026), período correspondente ao da safra, o que revela uma utilização prolongada da habitação ao longo de várias décadas.

Ao longo desse tempo, a habitação foi acolhendo diferentes gerações, acompanhando alterações nos modos de ocupação dos seus espaços. Inicialmente habitada por Alice, Manuel e os filhos, passa depois a receber netos, sobrinhos, amigos e visitantes, absorvendo dinâmicas familiares cada vez mais diversas ao longo do verão. O aumento do número de ocupantes exigia uma reorganização constante da casa, e por isso uma flexibilidade de uso que se torna, ela própria, uma característica estruturante da habitação.

Cada geração experiencia este tempo de forma distinta. Para Alice, a casa permanece ligada à organização da vida familiar durante o verão, uma vivência marcada pela preparação das refeições, pela gestão da ocupação e pela união da família. Regina recorda: *"as minhas melhores memórias são naquela casa*" (2026), sobretudo pela proximidade constante entre a habitação e a praia, marcada pela liberdade, pela autonomia e pelos percursos repetidos entre o interior, a avenida e o areal. Já Manuel associa esta experiência à existência de *"duas vidas distintas"* (2026), ligando a casa a uma temporalidade própria, construída pelas brincadeiras e pelas relações familiares.

Estas memórias revelam as formas de apropriação e de adaptabilidade dos espaços. A varanda, os terraços, o quintal e a própria sala assumiam usos variáveis consoante o número de pessoas presentes, a hora do dia ou as condições climatéricas, sem que isso implicasse alterações significativas à estrutura da casa: os mesmos espaços acolhiam, indistintamente, refeições, brincadeiras, descanso e convívio. Como refere Pallasmaa, *"A arquitetura relaciona, transmite e projeta significados"* (PALLASMAA, 2012, p. 35) e é precisamente através dessas relações entre espaços, percursos quotidianos e território envolvente que a leitura espacial da casa se constrói.

[Fig 42.]



[Fig 42.] Conjunto de fotografias que documenta algumas das pessoas e dos grandes convívios que construíram parte das memórias associadas à casa ao longo de várias décadas (1979-2025)

O EXTERIOR

O espaço **exterior** assumia uma função importante no quotidiano da casa, absorvendo grande parte das dinâmicas domésticas e prolongando o convívio interior para o exterior. A casa acolhia grandes reuniões familiares, batizados, bodas de casamento e aniversários, que se estendiam pelo pátio e pelos terraços, aproximando a vida doméstica da paisagem e da comunidade envolvente. A ausência de uma definição funcional rígida permitia que estes espaços assumissem usos variáveis, apropriados de formas distintas ao longo do dia e adaptados às necessidades da ocupação.

A nascente, o amplo espaço em areia associa-se sobretudo às memórias de infância de Regina e Manuel, funcionando como uma "praia privada" dentro do limite do terreno, onde as crianças brincavam com os irmãos, primos e vizinhos quando as condições meteorológicas impediam a ida ao mar. Esta área acolheu também acampamentos de escuteiros, que ocuparam o quintal com tendas de pano branco, transformando temporariamente o espaço num lugar de permanência coletiva. Essa utilização intensiva levou à construção de uma casa de banho no terraço exterior do piso superior. A instalação continua a ser necessária, dado o número de utilizadores da casa, embora as suas condições e o acesso pelo exterior exijam intervenção.

O terraço do piso superior surge nas memórias de Manuel associado ao descanso depois do almoço. A avó Alice improvisava ali pequenas tendas com almofadas e mantas, recriando no exterior o conforto do interior, numa memória marcadamente sensorial, feita do calor acumulado na pedra e da brisa de verão. Ao fim do dia, a sesta deslocava-se para a varanda a poente, onde ainda batia o sol e se reunia o resto da família, uma rotina que aponta para a criação de um espaço de descanso exterior capaz de reunir toda a família.

Até a fachada tem memória própria. Manuel e o primo recolhiam, com pás e baldes, os fragmentos de vidro que a erosão do vento soltava da argamassa, peneirando-os depois numa espécie de competição para ver quem tinha apanhado mais. É esta memória, ligada à identidade da casa, que leva Manuel a querer preservar a imagem da fachada, ainda que esta tenha de sofrer uma remodelação devido ao desgaste.

O exterior da casa funcionou sempre como extensão direta do interior, o espaço onde a família passava a maior parte do tempo, tão vivido e tão apropriado quanto qualquer divisão da casa. É esta condição, somada à falta de conforto e de estrutura do pátio atual, que justifica a intervenção e a reorganização do exterior, de forma a conferir-lhe melhores condições de uso e conforto.

[Fig 43.]



[Fig 44.]



[Fig 45.]



[Fig 46.]



[Fig 47.]



[Fig 48.]



[Fig 43.] Pequenos-almoços no terraço a nascente (ainda não existia casa de banho nem churrasco), 1980

[Fig 44.] Glória, Alice e Regina - almoço no terraço, 2022

[Fig 45.] Aniversário da Inês, convívio familiar, extensão do interior para o exterior, 2020

[Fig 46.] Segunda geração a brincar no exterior da casa, observa-se a zona exterior e as duas garagens, 1977

[Fig 47.] João Traveira com a avó Alice, 2009

[Fig 48.] João Traveira e João Roque, pertencentes à terceira e à segunda geração, respetivamente, com idades próximas, a brincar na "praia privada", 1981

A VARANDA

A **varanda** é um dos espaços mais marcantes da casa, concentrando muitas das memórias associadas à convivência familiar e à relação com o território envolvente. A sua posição elevada sobre a Avenida e a proximidade visual ao mar transformava este espaço num ponto intermédio entre o interior doméstico e a dimensão coletiva da praia. Grande parte da vida quotidiana desenrolava-se aqui, sendo recordada por Manuel como o verdadeiro centro de convívio. Era neste espaço que a família se reunia, sentada no pequeno degrau que separa a antecâmara da varanda, trazendo cadeiras e bancos da sala e prolongando, após as refeições, as atividades do interior para o exterior, como uma extensão da própria sala. *"A nossa sala durante o dia era a varanda (...) passávamos ali as tardes todas a jogar às cartas, a ler ou simplesmente a descansar"* (MANUEL, 2026). Quando não estavam na praia, passavam ali grande parte do tempo até ao último raio de sol, levando colchões, mantas, almofadas, guarda-sóis e um para-vento que encaixava num orifício existente na própria varanda, concebido para esse efeito, protegendo o espaço dos ventos dominantes de norte.

A varanda permitia ainda uma relação visual contínua com a praia, as dunas e a Avenida, numa altura em que as dunas eram ainda baixas. Essa visibilidade foi-se perdendo ao longo do tempo devido às características do território já referidas. Funcionava também como um observatório, onde os adultos, enquanto conviviam, conseguiam observar as crianças a brincar nas dunas, a jogar futebol na estrada ou a andar de skate e de bicicleta. Manuel e os irmãos utilizavam também este ponto para analisar o mar com binóculos para decidir se as condições permitiam fazer bodyboard. Essa mesma relação fazia da varanda um ponto de comunicação entre a casa e o lugar, e onde Alice conseguia chamar os filhos e os netos para dentro.

A varanda assumia, simultaneamente, uma dimensão doméstica e coletiva, funcionando como espaço de convívio familiar e como ponto de contacto com a comunidade local. Era frequente que pessoas a passar na Avenida parassem para conversar, sendo muitas vezes convidadas a entrar e a partilhar um lanche preparado rapidamente por Alice.

Este espaço articulava diferentes escalas de uso, assumindo um papel central na vivência da casa e na relação com o lugar. Enquanto principal acesso ao piso superior, estabelecia também uma continuidade entre o interior e o exterior, reforçando o seu valor enquanto elemento a preservar na proposta de reabilitação.

[Fig 49.]



[Fig 50.]



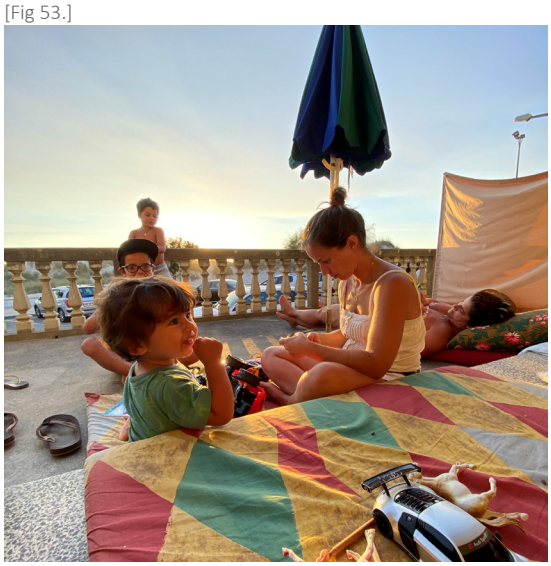
[Fig 51.]



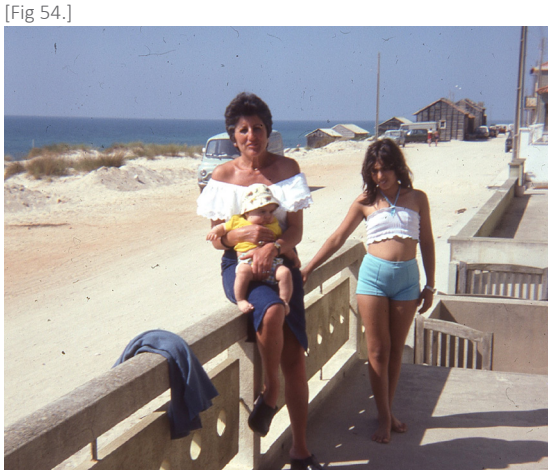
[Fig 52.]



[Fig 53.]



[Fig 54.]



[Fig 49.] Manuel Traveira com os binóculos

[Fig 50.] Regina a apanhar sol num final de tarde, 1974

[Fig 51.] Segunda geração a conviver na antecâmara, 1976

[Fig 52.] Relação entre a Avenida e a varanda, de onde observavam quem passava, 1990

[Fig 53.] Colchões, mantas, para-vento e guarda-sol de forma a montar um espaço de estar na varanda enquanto esperavam pelo jantar, 2018

[Fig 54.] Relação com a Avenida, em 1979

O PISO SUPERIOR

A casa desenvolve-se em dois níveis independentes, ambos associados a uma lógica de ocupação sazonal: o piso superior, utilizado pela família durante os meses de verão, e o piso térreo, destinado ao arrendamento. Esta divisão programática permitia compatibilizar a permanência prolongada da família com o aproveitamento económico da habitação durante a época balnear, refletindo uma forma de adaptação às dinâmicas do veraneio na Praia da Tocha.

A vivência do **piso superior** organiza-se a partir de espaços com funções bem definidas, ainda que vividos de forma flexível ao longo do tempo. A entrada faz-se pela antecâmara, espaço intermédio que funciona como filtro entre a varanda e o interior, moderando a passagem entre a intensidade coletiva do exterior e a vida doméstica da casa. Dali, um espaço central faz a distribuição para os diferentes espaços interiores da habitação.

A sala, articulada com a zona de refeições, assume-se como o principal espaço interior de encontro e convívio. Era ali que a família se reunia à volta da mesa, tanto nos momentos quotidianos como em ocasiões especiais. Os momentos de refeições enchiam o espaço e prolongavam-se até ao final do dia. Manuel associa também este espaço às missas celebradas pelo seu tio-avô Joaquim, que é padre. Esses momentos reuniam a família no interior da casa e introduziam uma pausa na agitação do dia a dia. Com o passar dos anos e com o crescimento da estrutura familiar, a sala foi sendo adaptada para responder ao aumento da ocupação durante o verão. A sua disposição ia sendo alterada, quando havia mais pessoas no espaço, a mesa integrava-se na zona de estar, e os sofás dispunham-se ao seu redor. Mais tarde, houve a necessidade de aumentar este espaço através da demolição da pequena despensa que separava originalmente a sala da cozinha, ampliando a área destinada às refeições e ao convívio familiar.

Esta despensa funcionava simultaneamente como espaço de arrumação e como quarto, inicialmente utilizado pela empregada Rosa e, ocasionalmente, pelo Joaquim, irmão de Alice. A transformação deste compartimento evidencia a capacidade adaptativa da casa perante a intensificação da ocupação sazonal ao longo do tempo.

Esta memória da sala e da mesa, sucessivamente ampliadas para acompanhar o crescimento da família, revela um valor arquitetónico concreto, a elasticidade de ocupação deste espaço, capaz de se adaptar a níveis de ocupação mantendo sempre a sua função de centro familiar. São esta elasticidade e a amplitude do espaço que a intervenção deve garantir, assegurando que a sala continua a funcionar como um lugar flexível e amplo, capaz de crescer e diminuir consoante a ocupação.

[Fig 55.]



[Fig 56.]



[Fig 57.]



[Fig 58.]



[Fig 59.]



[Fig 55.] Avô Manuel Roque com os seus netos, 1990

[Fig 56.] Aniversário de Manuel Roque em 1975

[Fig 57.] Aniversário de Manuel Roque, 1990

[Fig 58.] Aniversário de Inês Traveira (terceira geração), 1984

[Fig 59.] Aniversário de Inês Traveira (terceira geração), 2025

Associada a este espaço, surgia a cozinha, fortemente ligada às memórias dos cozinhados de Alice e à preparação das refeições da família. Era ali que passava grande parte do tempo, preparando pratos com peixe fresco e legumes produzidos localmente. Os filhos recordam refeições como as caldeiradas, o peixe assado no forno ou os biscoitos "lagartos" de manteiga preparados em conjunto com a mãe, transformando a cozinha num espaço de utilização coletiva. Apesar da diferença de gerações, para os netos, a cozinha também remete para a comida feita pela avó, como os bolos caseiros feitos rapidamente quando chegava um convidado inesperado. A ligação direta ao terraço a nascente estendia parte desta produção doméstica para o exterior devido à churrasqueira. A intervenção pretende preservar esta ligação e facilitar a preparação de refeições no exterior.

Os quartos acedidos pelo espaço de entrada eram ocupados, de forma relativamente definida ao longo do tempo. O quarto em frente à entrada pertencia a Alice e a Manuel; o quarto adjacente destinava-se inicialmente à filha Regina, e ocasionalmente à tia Glória durante os períodos em que permanecia na Praia da Tocha; e o quarto virado para o mar era partilhado pelos filhos rapazes, funcionando como espaço coletivo de brincadeira e convívio noturno. Com o passar dos anos, este mesmo quarto passou a acolher os netos. Manuel recorda episódios em que a avó se juntava às crianças no quarto, procurando impor algum silêncio quando estas prolongavam as brincadeiras pela noite dentro.

Apesar desta organização relativamente estável, a ocupação da casa alterava-se consoante as visitas inesperadas de familiares e amigos, que implicavam a improvisação de camas, colchões e zonas temporárias de dormir, reorganizando frequentemente a utilização dos quartos e dos espaços comuns. Manuel descreve esta vivência como uma espécie de *"camarata improvisada"* (2026), onde, apesar das dimensões reduzidas da casa, existia sempre espaço para acolher mais alguém.

Esta capacidade de reorganização do espaço é uma característica a ter em conta no projeto. A necessidade de acolher muitas pessoas implica a criação de espaços versáteis, capazes de assumir diferentes funções. Por isso, o piso superior, por receber mais pessoas, requer especial atenção à adaptabilidade e flexibilidade dos espaços, de forma a acompanhar o crescimento das gerações desta família.

[Fig 60.]



[Fig 61.]



[Fig 60.] Preparação de comida no grelhador no terraço a nascente

[Fig 61.] Alice a preparar um dos seus cozinhados, 2020

O PISO TÉRREO

O **piso térreo** sempre foi independente do piso superior, tanto na sua utilização como nas próprias condições espaciais. Apesar de ter sido inicialmente projetado como espaço de arrumos, Manuel Roque tinha desde cedo a intenção de o tornar habitável e utilizá-lo para arrendamento, intenção que se torna notória na construção de um armário em cimento, revelando a vontade de criar quartos e de adaptar este piso a uma utilização doméstica. A utilização das mesmas portas do piso superior reforça também a ideia de que esta transformação terá acontecido pouco tempo após a construção da casa.

Regina recorda que este piso foi sempre ocupado por hóspedes: inicialmente por amigos próximos da família, que ali viveram permanentemente durante vários anos, e mais tarde por visitantes sazonais, sempre conhecidos de Alice e Manuel. Ao contrário do piso superior, este espaço não fazia parte da vivência do dia a dia da família, sendo utilizado sobretudo pelos hóspedes e acedido apenas em situações específicas. A família utilizava principalmente a zona de arrumos a nascente, onde tinha sido instalado o sistema de abastecimento de água, numa altura em que a Praia da Tocha ainda não possuía infraestruturas básicas. Regina recorda que *"todos os dias todos tÍnhamos de ir dar à bomba para termos água em casa"* (2025).

Este piso era marcado por condições espaciais mais limitadas e por uma relação mais introvertida com o exterior. Parcialmente enterrado em relação à frente poente, este nível mantinha uma ligação mais indireta à luz natural e à paisagem envolvente, traduzindo-se numa experiência mais contida da casa. As memórias associadas a este espaço não estão relacionadas com a permanência quotidiana da família, mas com as transformações realizadas para responder às necessidades de quem ali habitava e às condições da habitação.

O momento de maior transformação deste piso ocorre quando Alice, já com 88 anos, decide arrancar os tacos de madeira do piso térreo para os substituir por mosaico. Regina recorda o choque de encontrar a mãe com um pé de cabra na mão a arrancar o pavimento de um dos quartos. Após este acontecimento, decidiram fazer uma remodelação que inicialmente se limitava à substituição do pavimento, mas rapidamente se transformou numa intervenção mais abrangente. Manuel Traveira ficou responsável por todo o processo, uma vez que se encontrava no início do seu percurso profissional e em fase de estágio em arquitetura.

A remodelação desenvolve-se num contexto particularmente intenso, marcado pela urgência do prazo, devido à chegada de hóspedes e pela pressão constante da obra. Em poucas semanas, a intervenção transformou-se numa renovação quase

[Fig 62.]



[Fig 63.]



[Fig 62.] Manuel Roque com dois dos seus netos, na entrada para o piso térreo, 1986

[Fig 63.] Fotografia tirada após a remodelação feita por Manuel Traveira no piso térreo, em 2015

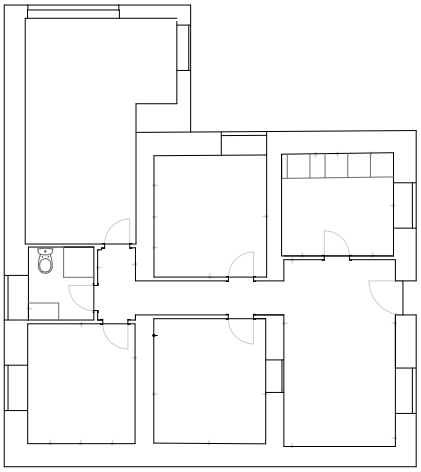
integral do piso: para além da substituição do pavimento, procedeu-se à renovação das infraestruturas de eletricidade, canalização e gás, à reformulação da cozinha e da instalação sanitária, bem como à pintura geral do espaço. A intervenção era frequentemente acompanhada por tensões familiares, sobretudo com Alice, que via a obra como uma destruição da casa original.

Realizada com um orçamento reduzido e recorrendo à mesma rede de trabalhadores da construção inicial da casa, a intervenção procurou equilibrar economia de meios com uma melhoria das condições de habitabilidade. Mantiveram-se elementos como portas, janelas e parte do mobiliário, concentrando o investimento na substituição dos materiais mais degradados e na reorganização funcional do espaço. A opção por tons claros e materiais mais luminosos permitiu contrariar o carácter escuro e pesado que anteriormente marcava o piso, na tentativa de introduzir uma maior sensação de amplitude e conforto. A amplitude e o conforto continuam, contudo, a constituir aspetos a melhorar na intervenção.

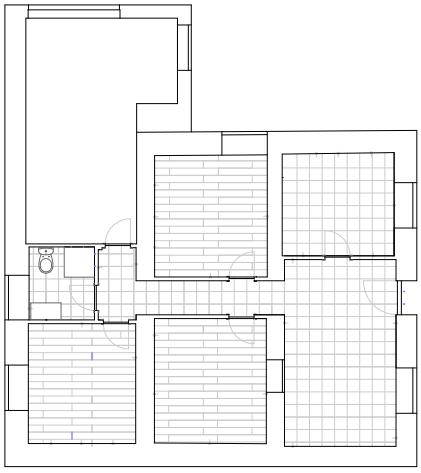
Apesar do desgaste e das dificuldades associadas à obra, Manuel recorda este episódio com particular orgulho. Para além de constituir o seu primeiro contacto direto com o processo construtivo, esta intervenção representa uma continuidade simbólica da casa construída pelo avô, estabelecendo uma ponte entre gerações num processo em que preservar significa, sobretudo, dar continuidade.

O valor arquitetónico deste piso está na sua autonomia programática, na possibilidade de funcionar de forma independente do piso superior. É esta autonomia que o projeto de reabilitação pretende manter e reforçar, conservando o uso do piso térreo como espaço de arrendamento a visitantes com interesse no valor cultural da Praia da Tocha e associando-lhe espaços exteriores privativos.

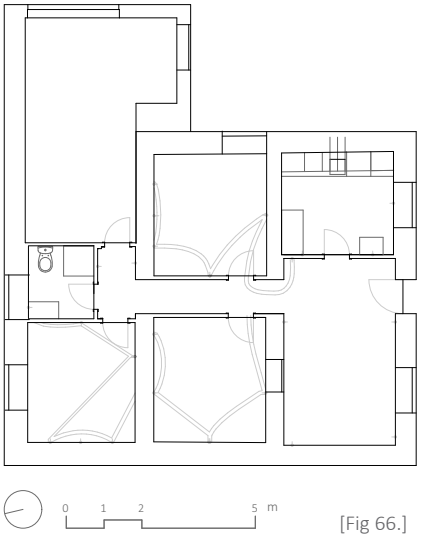
Neste capítulo, a memória permitiu construir critérios concretos para o Projeto de Reabilitação, ajudando a distinguir o que deve permanecer daquilo que deve ser transformado. Entre as relações espaciais a manter e a reforçar destaca-se a ligação da casa à envolvente, recuperando a relação visual com o mar e aprofundando a continuidade entre interior e exterior que sempre caracterizou a habitação. As exigências contemporâneas impõem também algumas alterações à casa, como a melhoria do isolamento térmico e das infraestruturas, o aumento de aberturas para entrada de luz natural e a introdução de sombreamento. Também a escassez de instalações sanitárias exige uma adaptação programática, capaz de responder às necessidades atuais sem comprometer a lógica espacial herdada da casa.



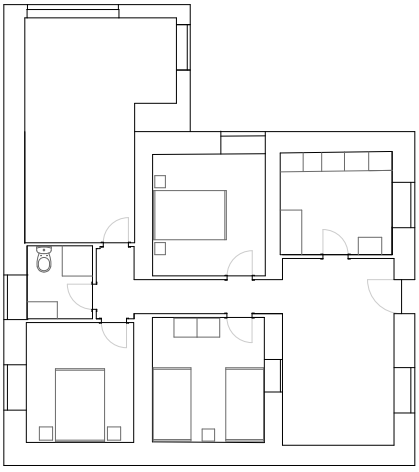
[Fig 64.]



[Fig 65.]



[Fig 66.]



[Fig 67.]

[Fig 64.] Planta de levantamento da autoria de Manuel Traveira (TRAVEIRA, 2015)

[Fig 65.] Planta de estudo do pavimento da autoria de Manuel Traveira (TRAVEIRA, 2015)

[Fig 66.] Planta de estudo da instalação elétrica da autoria de Manuel Traveira (TRAVEIRA, 2015)

[Fig 67.] Planta de estudo da disposição de mobiliário da autoria de Manuel Traveira (TRAVEIRA, 2015)

3. TEMPO III: presente e futuro

A NOVA VIDA DA CASA

O terceiro capítulo foca-se no presente e no futuro, orientando-se para **A Nova Vida da Casa**. A proposta de reabilitação assume-se como uma decisão informada pelos capítulos anteriores, nos quais se procurou interpretar o lugar e a casa a partir da sua formação e das memórias desenvolvidas ao longo do tempo. Importa agora utilizar essas bases de conhecimento como critérios da ação projetual.

A casa é entendida como um organismo em permanente adaptação, cuja reabilitação exige um equilíbrio entre a preservação da sua identidade e resposta às exigências da encomenda.

Desta forma, o **Tempo III** tem como ponto de partida a encomenda, enquanto enquadramento das intenções e expectativas associadas à intervenção; seguindo-se a análise das condicionantes e potencialidades que delimitam a ação projetual. Prossegue-se a análise do estado de conservação da casa com o apoio de um levantamento métrico e fotográfico, ajudando a identificar que elementos se devem manter e quais se devem transformar. Por fim, apresenta-se o projeto de reabilitação, onde se materializam as decisões tomadas, a partir dos critérios de intervenção, procurando uma intervenção consciente e fundamentada.

3.1. A ENCOMENDA

Atualmente, a casa pertence a Alice e aos seus cinco filhos. Perante a possibilidade de venda, Regina Roque manifesta a intenção de preservar a propriedade, reconhecendo nela um valor ligado à memória familiar e ao seu papel como lugar de encontro entre gerações. Em conjunto com o seu filho, Manuel Traveira, surge a intenção de adquirir a totalidade da propriedade e garantir a sua permanência na família, através de uma intervenção que prolongue a sua utilização e dê continuidade a esse papel de reunião familiar.

A **encomenda** é formulada por Manuel Traveira, neto do proprietário, arquiteto de profissão e responsável por uma intervenção anterior realizada no piso térreo da casa durante o início do seu percurso profissional. A sua relação com a casa ultrapassa, por isso, a condição de cliente: Manuel é simultaneamente familiar, portador de memórias, arquiteto e interveniente na transformação anterior da casa. Esta sobreposição de posições influencia a formulação da encomenda, uma vez que as necessidades apresentadas resultam tanto da sua vivência do espaço e da relação com a família como da profissão de arquiteto, cruzando diferentes formas de conhecimento na definição da intervenção. As opções projetuais foram, por isso, sucessivamente discutidas e ajustadas às suas necessidades. Como refere Eduardo Souto Moura, *"a casa ou a arquitectura, além da arte, envolvem pessoas. O cliente pode alterar"* (EXPRESSO, 2010).

A principal intenção da encomenda é garantir a continuidade da casa como espaço de uso familiar, capaz de acolher diferentes gerações e um número variável de ocupantes. Pretende-se manter o seu carácter predominantemente sazonal, associado aos períodos de férias de verão, permitindo também uma utilização mais permanente ao longo do ano. A experiência acumulada revela a necessidade de acolher familiares e visitantes em diferentes momentos, incluindo ocupações alargadas e chegadas inesperadas, o que exige um programa que conjugue espaços de permanência coletiva com diferentes graus de privacidade e flexibilidade.

O programa parte das duas formas de utilização que historicamente coexistem na casa. O piso superior deve manter-se como principal espaço destinado à família, aumentando a flexibilidade das áreas comuns de estar, refeição e cozinha. Deve também preservar os três quartos existentes e as duas instalações sanitárias e ainda responder à diversidade dos ocupantes, reforçando os espaços de convívio e aproveitando o sótão para utilizações temporárias e lugares de dormir quando a ocupação aumenta. A varanda e o terraço com acesso direto a este piso são espaços que remetem para o convívio familiar e para a relação com a envolvente e, por isso, é essencial preservá-los.

O piso térreo deve conservar a sua autonomia, destinando-se a acolher visitantes ou outro núcleo familiar, prevendo três quartos, duas instalações sanitárias e espaços mais amplos de estar e preparação de refeições. A independência entre os dois pisos constitui, assim, uma condição essencial da encomenda. A intervenção incide ainda sobre a melhoria dos espaços exteriores e a reorganização dos acessos, garantindo percursos independentes entre os diferentes pisos, a manutenção do acesso automóvel existente e áreas exteriores capazes de acolher momentos de refeição, convívio e apoio à habitação. O exterior assume, assim, uma função programática própria, como extensão dos espaços interiores e lugar de utilização conjunta.

Para além da alteração do programa habitacional, a encomenda integra a melhoria das condições de habitabilidade e de utilização da casa. Entre as necessidades a resolver encontram-se a reduzida iluminação do piso térreo, a atualização das infraestruturas, as exigências de conforto térmico e a manutenção dos materiais existentes.

A definição deste programa resulta do diálogo entre o cliente, a família e o arquiteto responsável pelo projeto e articula-se com o conhecimento produzido ao longo do processo de investigação. As visitas à casa e o levantamento métrico e fotográfico permitiram reconhecer as condições espaciais e construtivas existentes; as entrevistas e conversas com os membros da família permitiram compreender os modos de utilização e os valores associados aos diferentes espaços; e a investigação histórica e iconográfica enquadrou a casa no processo de transformação da Praia da Tocha. É a partir desta sobreposição que se estabelece o programa de reabilitação e se fundamentam as decisões desenvolvidas nos pontos seguintes.

O programa deixa, assim, de constituir apenas uma resposta às necessidades atuais, passando a incorporar as relações e valores reconhecidos ao longo do processo de investigação.

A encomenda constitui, assim, o ponto de partida para transformar diferentes formas de conhecimento sobre a casa num conjunto de necessidades programáticas e critérios de ação projetual. Cabe ao arquiteto interpretar e articular estas dimensões numa proposta coerente, na qual as necessidades atuais, as memórias familiares, a experiência anterior de intervenção e a cultura arquitetónica do cliente se cruzam com as características físicas da casa e as condições do lugar.

3.2. CONDICIONANTES E POTENCIALIDADES

A casa localiza-se num território de frente marítima, marcado pela instabilidade dos sistemas dunares e pela exposição direta ao oceano. Esta condição torna a Praia da Tocha particularmente sensível às consequências das alterações climáticas, nomeadamente ao aumento do nível do mar e à intensificação dos fenómenos extremos.

O sistema dunar encontra-se em constante transformação, sujeito à ação do vento e às variações climáticas, alterando continuamente a sua morfologia. No caso da casa em estudo, esta evolução teve um impacto direto na sua relação com a paisagem: se anteriormente existia uma ligação visual entre a habitação, a praia e o mar, atualmente essa relação encontra-se condicionada pelo aumento da altura das dunas, que passaram a funcionar como uma barreira física e visual. Esta alteração evidencia a natureza dinâmica do território e constitui simultaneamente uma condicionante e uma oportunidade de intervenção. O projeto de reabilitação procura responder-lhe através de uma solução que permita recuperar a relação visual com o mar.

A vulnerabilidade deste território encontra correspondência no seu enquadramento regulamentar. A análise dos instrumentos de gestão territorial disponibilizados pela Câmara Municipal de Cantanhede, nomeadamente o Plano de Urbanização da Praia da Tocha (PU), o Plano Diretor Municipal de Cantanhede (PDM) e o Programa da Orla Costeira Ovar-Marinha Grande (POC), complementada por reuniões com o arquiteto Hélder Marçal, responsável pela verificação do cumprimento destas normas, permitiu compreender os limites impostos à intervenção e identificar as possibilidades de transformação da casa.

De acordo com estes instrumentos, a habitação insere-se na *Faixa de Salvaguarda do Litoral Arenoso – Nível I* e na *Faixa de Salvaguarda ao Galgamento e Inundação Costeira – Nível I*, áreas classificadas como de elevado risco de erosão, galgamento e inundação [Fig. 68 e 69], sendo necessário respeitar medidas regulamentares aplicáveis a este território.

Nestas áreas não é permitida a construção de novos edifícios, sendo apenas autorizada *"a reconstrução, a ampliação e a alteração de edificações existentes, desde que tal não se traduza no aumento da sua altura, na criação de caves e de novas unidades funcionais, e não corresponda a um aumento total da área de construção superior a 25 m²"* (Município de Cantanhede, 2017, art. 5º). Acrescenta-se ainda que apenas são contabilizados como nova área habitável os espaços com pé-direito regulamentar[11] que não existam na situação inicial.

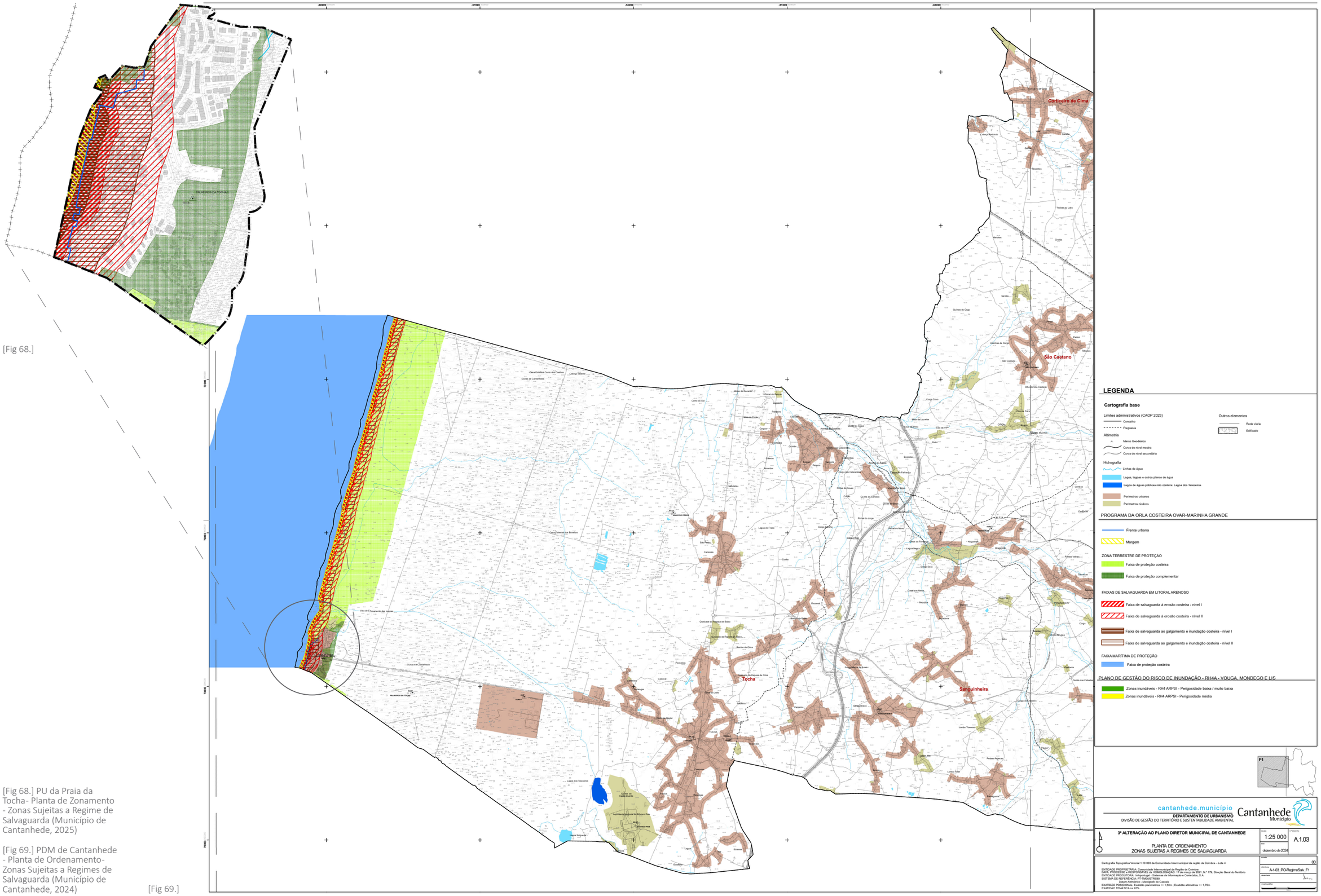
11. "A altura mínima, piso a piso, em edificações destinadas à habitação é de 2,70 m (27M), não podendo ser o pé-direito livre mínimo inferior a 2,40 m (24M)" (RGEU, 1951, art. 65º)

[Fig 68.]

[Fig 68.] PU da Praia da Tocha- Planta de Zonamento - Zonas Sujeitas a Regime de Salvaguarda (Município de Cantanhede, 2025)

[Fig 69.] PDM de Cantanhede - Planta de Ordenamento- Zonas Sujeitas a Regimes de Salvaguarda (Município de Cantanhede, 2024)

[Fig 69.]



[Fig 70.]



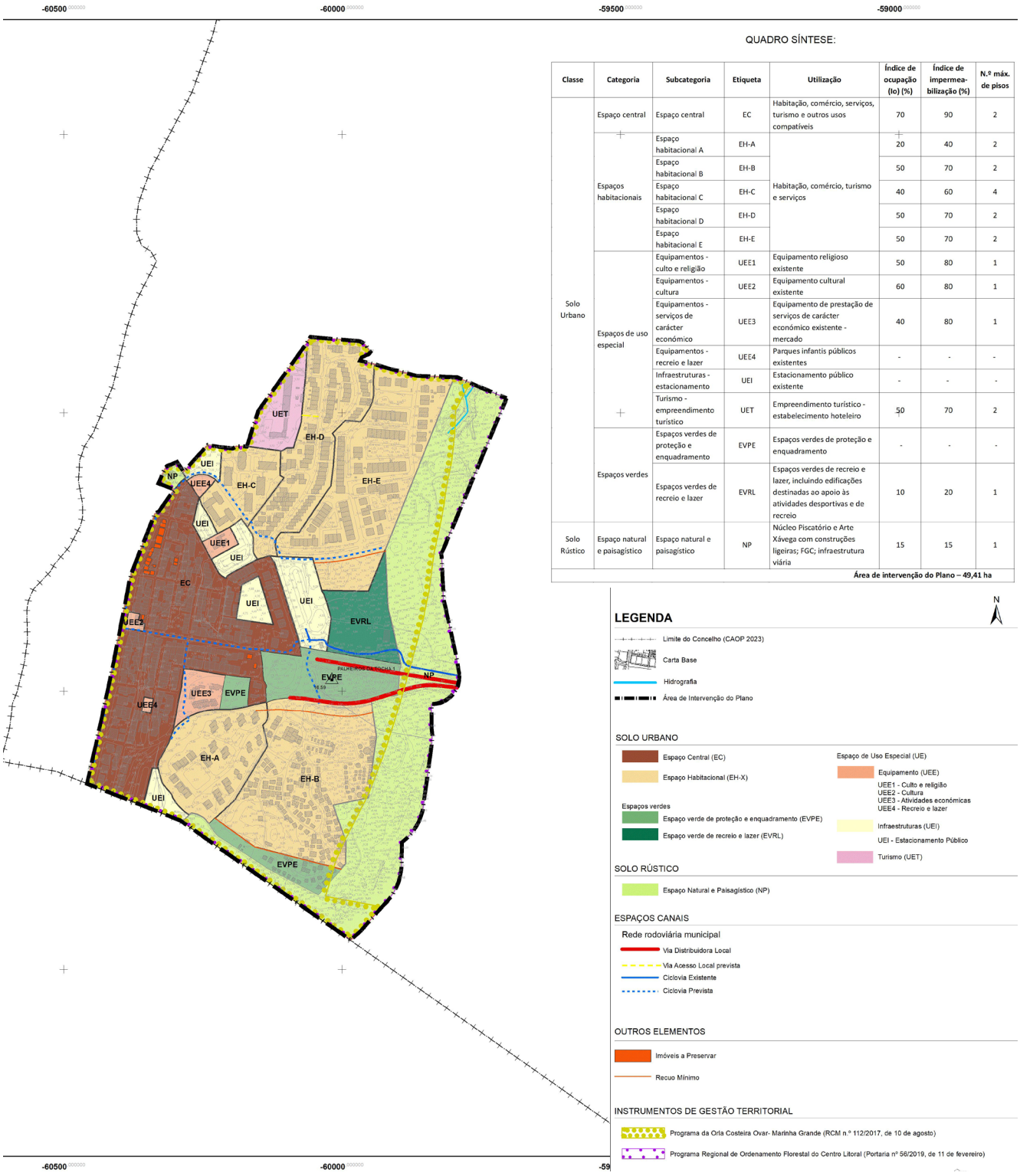
Nos espaços exteriores, é admissível a construção de anexos que assumam exclusivamente funções de apoio à habitação principal e que cumpram as disposições regulamentares do Plano de Urbanização. Estes elementos estão limitados a uma *"altura máxima de 3,20 m"* (Município de Cantanhede, 2026, art. 15º) *e a um único piso*, sendo ainda *"interdito o seu uso para fins habitacionais, comerciais ou de serviços"* (Município de Cantanhede, 2017, art. 15º).

Relativamente ao sótão, o Plano de Urbanização admite a sua utilização apenas em condições muito específicas. O regulamento estabelece que, *"na Avenida Dr. Silva Pereira, admite-se a utilização do sótão ou a cobertura total ou parcial do segundo piso com terraço acessível, desde que o edifício não ultrapasse a cércea e as características tipológicas da dominante local"* . Simultaneamente, determina que "*a utilização dos sótãos é limitada unicamente a arrumos"*, não podendo "*a linha de cumeeira exceder 3,0 m*" (Município de Cantanhede, 2017, art. 14º). Estas disposições impedem alterações significativas da cobertura e condicionam o aproveitamento deste espaço para novas funções, orientando a proposta para uma solução que respeita a volumetria.

No que diz respeito à alteração das fachadas, existem regras específicas que visam a preservação da identidade arquitetónica do lugar, em particular nas construções da Avenida Dr. Silva Pereira. O regulamento determina que as construções *"deverão salvaguardar os valores culturais arquitetónicos, urbanísticos e paisagísticos"*, atendendo ao *"enquadramento no conjunto e na estrutura urbana"* (Município de Cantanhede, 2017, art. 13º). Estabelece-se também que *"é obrigatório o uso de elementos de madeira nas fachadas dos edifícios a construir, reconstruir ou reabilitar, (...) contribuindo para incrementar a imagem característica dos Palheiros da Tocha"* (Município de Cantanhede, 2026, art. 13º), medidas que estruturam decisões no projeto.

Esta exigência regulamentar formaliza uma continuidade que já se verifica na prática. As medidas adotadas para preservar a arquitetura tradicional estão patentes na recuperação dos palheiros dos pescadores, dos quais ainda hoje é possível encontrar vestígios, alguns utilizados como apoio à atividade piscatória e muitos adaptados a novas funções, sobretudo como casas de veraneio, mantendo, em muitos casos, características essenciais da sua construção original, nomeadamente a leveza estrutural, a elevação em relação ao solo e a presença de estacas visíveis, que conferem ao conjunto uma imagem singular (ANDRADE, 2001). Paralelamente, novas construções reinterpretam esta linguagem, recorrendo frequentemente à madeira e a soluções formais inspiradas nos palheiros, procurando manter uma continuidade com a identidade local.

[Fig 70.] Montagem da planta de implantação da Praia da Tocha com uma fotografia aérea atual



QUADRO SÍNTESE:

Classe	Categoria	Subcategoria	Etiqueta	Utilização	Índice de ocupação (Io) (%)	Índice de impermea-bilização (%)	N.º máx. de pisos
Solo Urbano	Espaço central	Espaço central	EC	Habitação, comércio, serviços, turismo e outros usos compatíveis	70	90	2
	Espaços habitacionais	Espaço habitacional A	EH-A	Habitação, comércio, turismo e serviços	20	40	2
		Espaço habitacional B	EH-B		50	70	2
		Espaço habitacional C	EH-C		40	60	4
		Espaço habitacional D	EH-D		50	70	2
		Espaço habitacional E	EH-E		50	70	2
	Espaços de uso especial	Equipamentos - culto e religião	UEE1	Equipamento religioso existente	50	80	1
		Equipamentos - cultura	UEE2	Equipamento cultural existente	60	80	1
		Equipamentos - serviços de carácter económico	UEE3	Equipamento de prestação de serviços de carácter económico existente - mercado	40	80	1
		Equipamentos - recreio e lazer	UEE4	Parques infantis públicos existentes	-	-	-
		Infraestruturas - estacionamento	UEI	Estacionamento público existente	-	-	-
		Turismo - empreendimento turístico	UET	Empreendimento turístico - estabelecimento hoteleiro	50	70	2
	Espaços verdes	Espaços verdes de proteção e enquadramento	EVPE	Espaços verdes de proteção e enquadramento	-	-	-
		Espaços verdes de recreio e lazer	EVRL	Espaços verdes de recreio e lazer, incluindo edificações destinadas ao apoio às atividades desportivas e de recreio	10	20	1
Solo Rústico	Espaço natural e paisagístico	Espaço natural e paisagístico	NP	Núcleo Piscatório e Arte Xávega com construções ligeiras; FGC; infraestrutura viária	15	15	1
						Área de intervenção do Plano – 49,41 ha	

[Fig 71.] PU da Praia da Tocha- Planta de Zonamento - Classificação e Qualificação do Solo (Município de Cantanhede, 2025)

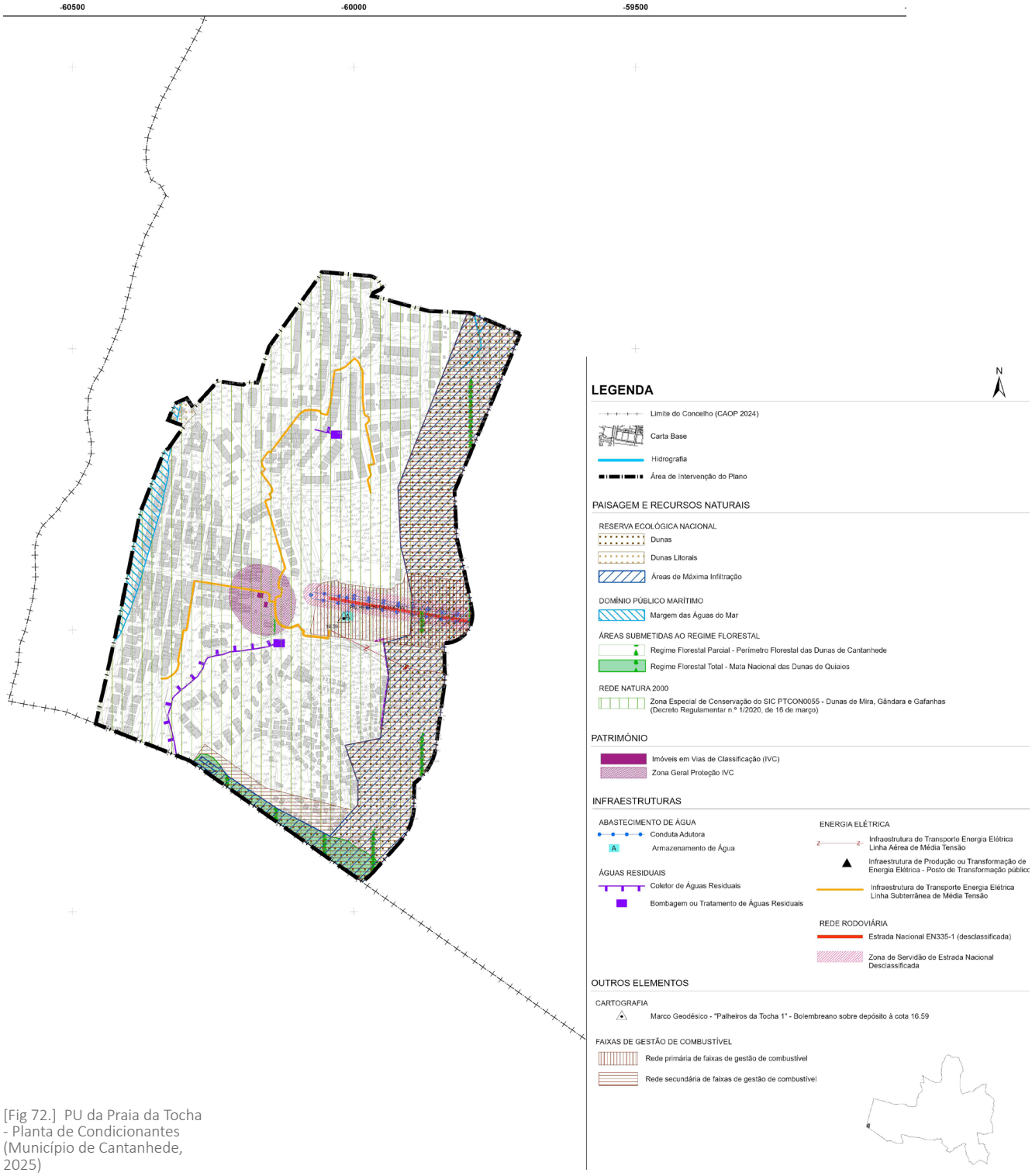
Esta disposição constitui, por isso, um critério direto para o projeto de reabilitação: a proposta assume a madeira como material de intervenção na fachada, mas não como elemento central, procurando ao mesmo tempo preservar a sua imagem existente, à qual a família reconhece um forte valor afetivo e simbólico.

Este conjunto de medidas reflete a necessidade de adaptação às alterações climáticas e procura limitar novas pressões construtivas num território particularmente exposto e ambientalmente sensível. Em vez de incentivar a expansão do edificado, o ordenamento privilegia a adaptação e a valorização das construções existentes, procurando reforçar a sua durabilidade, segurança e eficiência. Neste contexto, a reabilitação da casa constitui uma oportunidade para responder às necessidades atuais sem aumentar significativamente a ocupação do território nem criar novas áreas habitáveis, mantendo a construção existente como base da intervenção.

A análise da Planta de Zonamento - Classificação e Qualificação do Solo [Fig.71], permite verificar que a habitação se insere em Solo Urbano, na categoria de Espaço Central, destinada predominantemente a usos habitacionais, comerciais e de serviços compatíveis. Esta classificação estabelece parâmetros urbanísticos específicos, nomeadamente um índice máximo de ocupação de 70%, um índice máximo de impermeabilização de 90% e uma altura correspondente a dois pisos. Estas disposições constituem o enquadramento da intervenção na casa, definindo os limites da sua transformação e assegurando a compatibilidade com a estrutura urbana existente.

Paralelamente, a Planta de Condicionantes [Fig. 72], evidencia a inserção da Praia da Tocha num território marcado pela proximidade a sistemas naturais particularmente sensíveis. A presença da Rede Natura 2000, das áreas dunares e dos espaços sujeitos a regime florestal demonstra a relevância ecológica da envolvente e reforça a necessidade de compatibilizar as intervenções urbanas com a preservação dos valores ambientais que caracterizam este troço litoral. Embora estas condicionantes não incidam diretamente sobre a parcela da casa, constituem um enquadramento territorial.

Assim, as condicionantes regulamentares, ambientais e territoriais constituem o enquadramento fundamental da proposta. Longe de serem entendidas apenas como restrições, definem os limites dentro dos quais se desenvolve uma estratégia de reabilitação que procura conciliar a preservação da identidade da casa com a sua adaptação às exigências contemporâneas.



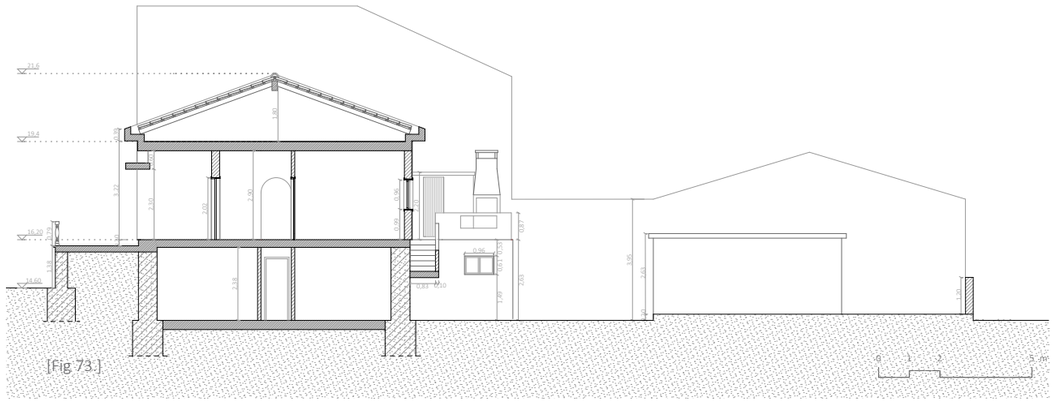
[Fig 72.] PU da Praia da Tocha - Planta de Condicionantes (Município de Cantanhede, 2025)

3.3. ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA CASA

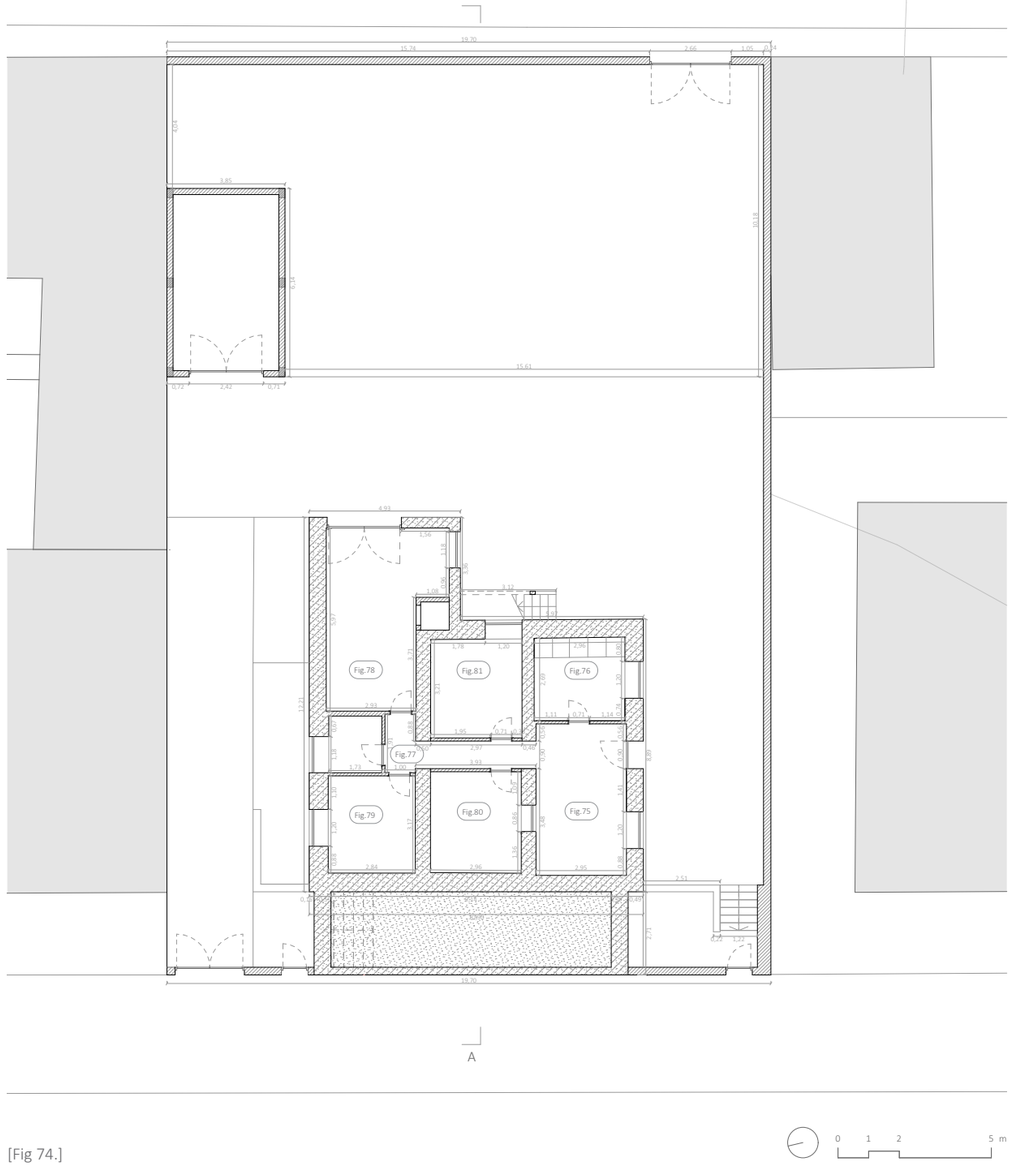
Após o conhecimento do lugar e da sua envolvente, torna-se necessário realizar um **diagnóstico** da casa. O conhecimento do objeto de estudo requer uma análise detalhada e um levantamento rigoroso, capazes de revelar a sua configuração física e construtiva. Neste sentido, a análise do estado de conservação da casa resultou de um processo contínuo de aproximação, desenvolvido através de sucessivas visitas ao local, onde o registo atento — por meio do desenho, da elaboração de plantas, cortes e alçados, de um levantamento fotográfico e da observação direta — permitiu construir uma leitura progressivamente mais informada. Foram necessárias várias visitas ao longo da investigação, uma vez que tanto o conhecimento do lugar como as memórias associadas iam alterando a forma de interpretar a casa. Só desta forma foi possível compreender o contexto de intervenção e construir uma leitura crítica da realidade, identificando potencialidades, fragilidades e os elementos a preservar ou a transformar.

O piso térreo apresenta uma organização simples e revela fragilidades espaciais. Com um pé-direito reduzido e iluminação natural limitada, estabelece uma relação introvertida com o exterior. A fachada poente encontra-se parcialmente enterrada devido ao desnível em relação à Avenida, eliminando a relação direta com o mar. Embora possua três frentes, a reduzida dimensão das aberturas compromete a entrada de luz, sobretudo nos quartos: num deles existe uma janela a norte, noutro uma janela a nascente e, num terceiro, não existe qualquer abertura para o exterior. Neste último, a iluminação chega apenas de forma indireta, através da sala, evidenciando limitações na organização interna. A sala de estar, que coincide com o espaço de entrada a sul, apresenta igualmente pouca luz, situação que se prolonga na cozinha, acessível diretamente a partir deste espaço. A distribuição faz-se por um corredor central estreito, que organiza o acesso aos três quartos, à casa de banho e a uma zona de arrumos. Este conjunto revela uma lógica funcional elementar e pouco qualificada, evidenciando potencial de reconfiguração.

Para além das condições espaciais, é também preciso ter em conta as condições de conservação porque, apesar de já ter sido alvo de uma intervenção de melhoria, nomeadamente ao nível dos pavimentos, pinturas, cozinha e instalação elétrica, revela algumas patologias. No compartimento de arrumos que se localiza sob o terraço nascente, o teto apresenta um estado degradado, com sinais evidentes de deterioração. No interior das paredes também se observam alguns sinais de desgaste, como fissuras e humidade. Estão ainda presentes alguns elementos da construção inicial que já não apresentam condições para um desempenho de conforto, como é o caso das janelas e das portas para o exterior.



[Fig 73.]



[Fig 74.]

LEGENDA:

- Betão
- Alvenaria de pedra
- Alvenaria de tijolo

[Fig 73.] Corte A de levantamento métrico | escala 1:200

[Fig 74.] Planta de levantamento métrico do piso térreo | escala 1:200

[Fig 75.] Fotografia da sala de estar do piso térreo

[Fig 76.] Fotografia da cozinha do piso térreo

[Fig 77.] Fotografia do corredor do piso térreo

[Fig 78.] Fotografia do espaço de arrumos do piso térreo

[Fig 79.] Fotografia do quarto a norte

[Fig 80.] Fotografia do quarto com a janela para a sala de estar

[Fig 81.] Fotografia do quarto a nascente

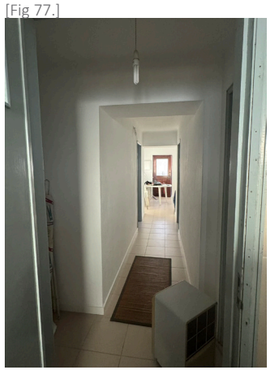
[Fig 75.]



[Fig 76.]



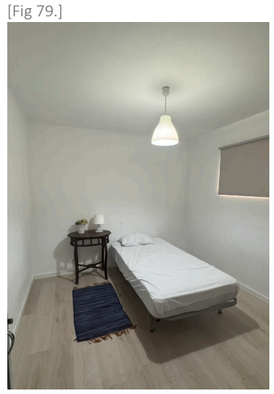
[Fig 77.]



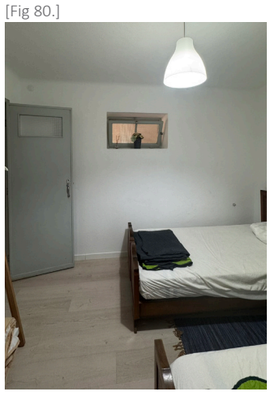
[Fig 78.]



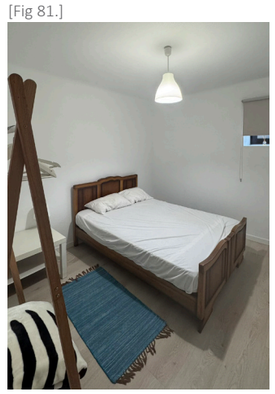
[Fig 79.]

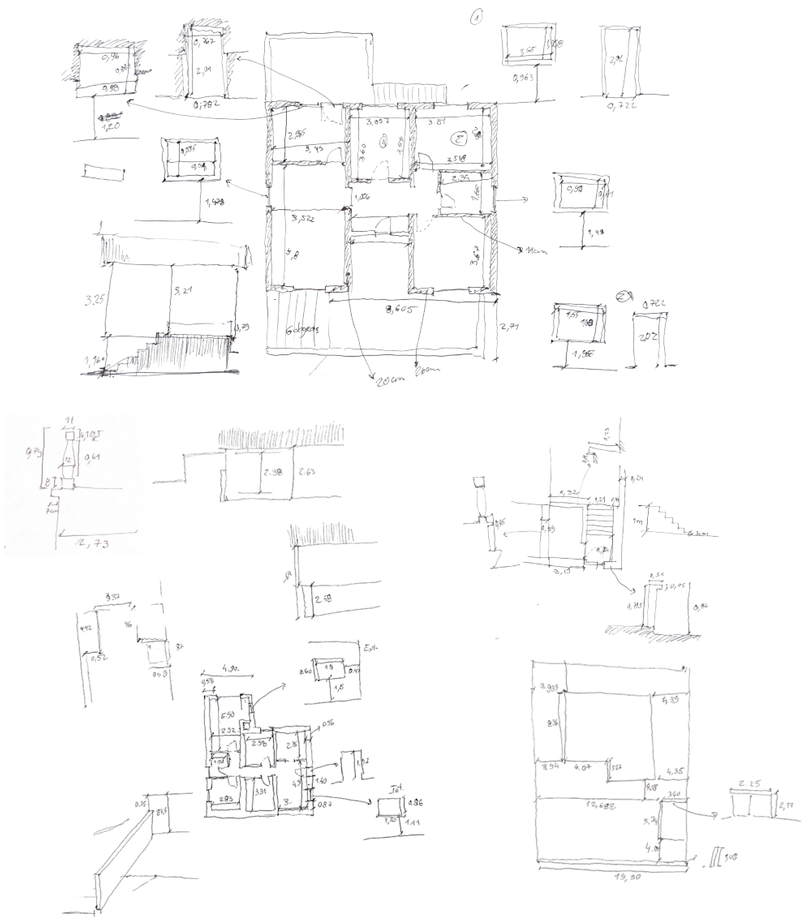


[Fig 80.]



[Fig 81.]





[Fig 82.]

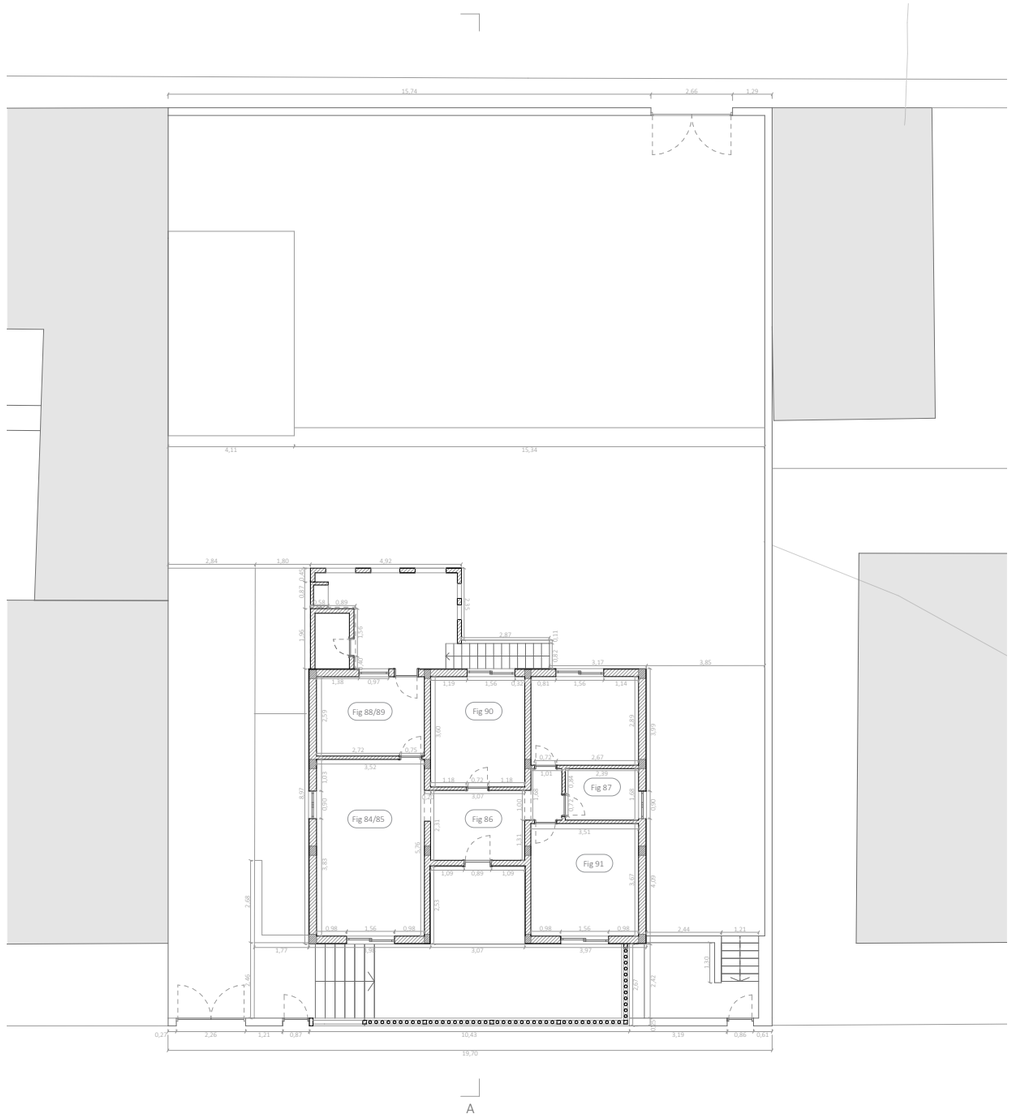
Em contraste, o piso superior estabelece uma relação mais direta e qualificada com o exterior, sobretudo através da varanda na fachada poente. A organização deste piso apresenta maior qualidade espacial, marcada pela relação com a luz e a paisagem. Mas, devido ao facto de nunca ter tido intervenções de manutenção, apresenta várias patologias e questões materiais a serem analisadas e melhoradas no projeto de reabilitação.

Ao nível das transformações interiores, o piso superior mantém uma maior proximidade com a configuração original. O pavimento da sala e do hall, que era em tacos de madeira, foi alterado por mosaico, enquanto os quartos, a cozinha e a casa de banho conservam os pavimentos e revestimentos originais. Mantêm-se também as portas e as janelas originais, estas com caixilhos de madeira e com vidro simples, apresentando-se, de modo geral, em bom estado de conservação. Apesar de a sua permanência constituir um elemento importante da identidade material da casa, o seu desempenho térmico e acústico revela limitações face às exigências atuais. As janelas são complementadas por estores exteriores, alguns dos quais apresentam sinais de degradação, comprometendo parcialmente a proteção solar e o desempenho dos vãos. O acesso ao sótão realiza-se através de um alçapão localizado no teto da sala, constituindo atualmente uma solução de acesso pontual e pouco integrada na organização espacial.

A sala e os quartos apresentam, contudo, sinais de humidade no interior das paredes, particularmente nas superfícies orientadas a poente, voltadas para o mar, e também com algumas fissuras. Na cozinha, observam-se igualmente sinais de humidade, sobretudo na zona da chaminé localizada a norte, e os armários com muitos sinais de desgaste. As portas exteriores constituem outro elemento que requer atenção, visto que apresentam um estado de conservação mais degradado e condições de segurança reduzidas. A partir de uma leitura espacial, percebe-se que a cozinha e as áreas de estar e de refeição revelam-se insuficientes para um maior número de utilizadores, por serem espaços muito compartimentados e com pouca relação espacial.

A casa de banho que foi construída posteriormente no terraço a nascente para dar resposta ao elevado número de ocupantes, apesar de ter respondido às necessidades dos habitantes num determinado momento, apresenta atualmente limitações funcionais e de desempenho, como o facto de o seu único acesso ser pelo exterior e apresentar poucas condições construtivas. Ainda no terraço, a churrasqueira existente que dava continuidade à cozinha, apresenta-se degradada e com necessidade de manutenção.

[Fig 82.] Esquissos de levantamento métrico



[Fig 83.]

LEGENDA:

Betão

Alvenaria de pedra

Alvenaria de tijolo

[Fig 83.]Planta de levantamento métrico do piso superior | escala 1:200

[Fig 84.] Fotografia da sala de estar e de jantar do piso superior

[Fig 85.] Fotografia da sala de estar do piso superior

[Fig 86.] Fotografia da zona de entrada do piso superior

[Fig 87.] Fotografia da casa de banho do piso superior

[Fig 88.] Fotografia da cozinha e do acesso ao terraço do piso superior

[Fig 89.] Fotografia da cozinha do piso superior

[Fig 90.] Fotografia do quarto junta à entrada do piso superior

[Fig 91.]Fotografia do quarto a poente do piso superior



[Fig 84.]



[Fig 85.]



[Fig 86.]



[Fig 87.]



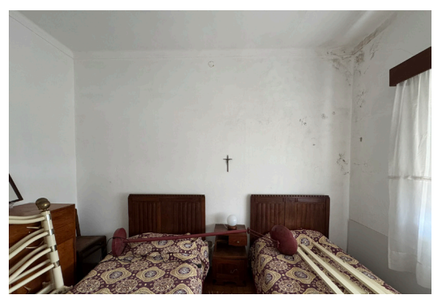
[Fig 88.]



[Fig 89.]



[Fig 90.]



[Fig 91.]

[Fig 92.]



[Fig 93.]



[Fig 94.]



[Fig 95.]



[Fig 96.]



A varanda, em termos estruturais, apresenta-se em boas condições de conservação, mas precisa de ser revista em termos de revestimentos e impermeabilização. A guarda de apoio apresenta uma grande fragilidade devido ao desgaste ao longo dos anos. Em termos de conforto carece de materiais mais aptos a longos períodos de convívio neste espaço.

O restante espaço exterior desenvolve-se em torno do volume principal e apresenta diferentes condições de uso e conservação. A norte, uma rampa permite o acesso automóvel à garagem, autónoma e recuada relativamente à casa. Esta garagem apresenta atualmente um estado de conservação bastante fragilizado, com necessidade de intervenção ao nível dos seus elementos construtivos. A sul, uma área predominantemente revestida a betonilha estabelece o acesso ao piso térreo, funcionando como espaço de circulação e distribuição entre a entrada da casa e o exterior. A nascente, o terreno mantém-se maioritariamente em areia, conservando a configuração associada à antiga “praia privada”. Atualmente, este espaço é menos utilizado, devido ao pouco conforto e ao desajuste às necessidades de hoje, embora mantenha um forte valor associado à memória da família.

As condições de exposição da casa constituem igualmente um fator determinante para o estado de conservação dos seus elementos exteriores. A proximidade do oceano sujeita as fachadas à ação continuada do vento e da chuva, contribuindo para o envelhecimento dos revestimentos. Esta condição é particularmente evidente na fachada norte, onde o revestimento exterior apresenta sinais de desgaste e erosão. O embasamento, revestido com reboco projetado, e o piso superior, revestido com argamassa com partículas de vidro, evidenciam a necessidade de manutenção e de avaliação das soluções de revestimento a adotar na reabilitação.

A construção existente é constituída por alvenaria de pedra e tijolo no piso térreo e por uma estrutura pontual em betão e alvenaria de tijolo no piso superior. Apesar da estrutura apresentar, de um modo geral, boas condições de manutenção, a ausência de isolamento limita o desempenho térmico do edifício. A cobertura tem uma estrutura em vigotas de betão de duas águas, revestida em telha e com beirais de betão com caleiras embutidas. Esta técnica permite proteger a cobertura das condições climatéricas e por isso, apresenta-se em bom estado de conservação, embora careça de manutenção e de melhoria das suas condições de isolamento.

A intervenção deverá, assim, conjugar a conservação dos elementos que apresentam capacidade de permanência com a atualização das soluções construtivas que condicionam atualmente o desempenho da casa.

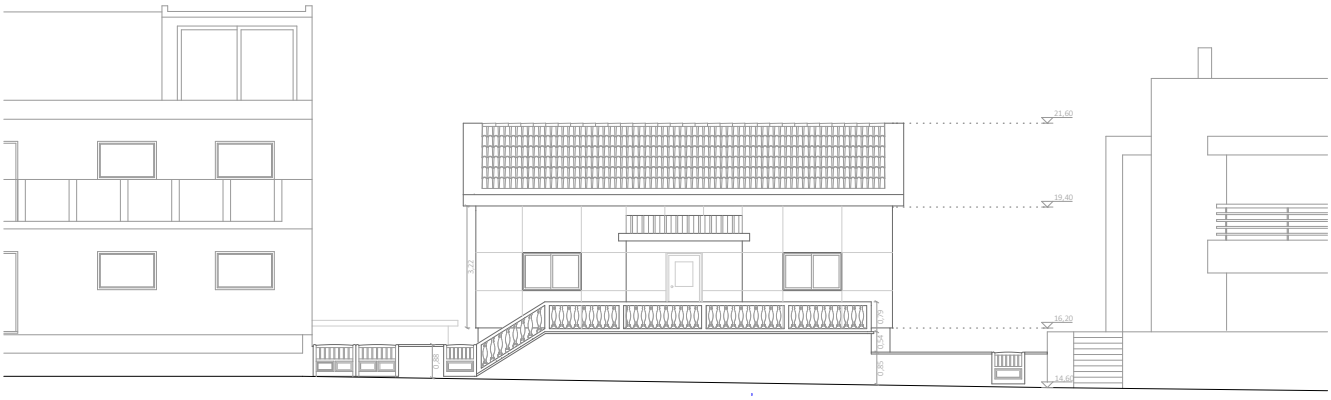
[Fig 92.] Fotografia do alçado poente

[Fig 93.] Fotografia do alçado norte e alçado poente

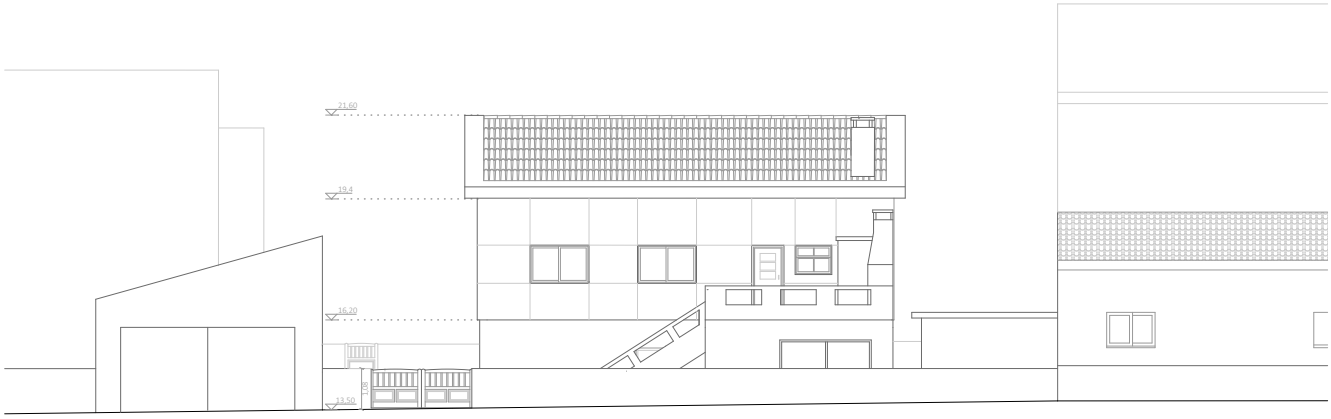
[Fig 94.] Fotografia do alçado sul

[Fig 95.] Fotografia do alçado nascente

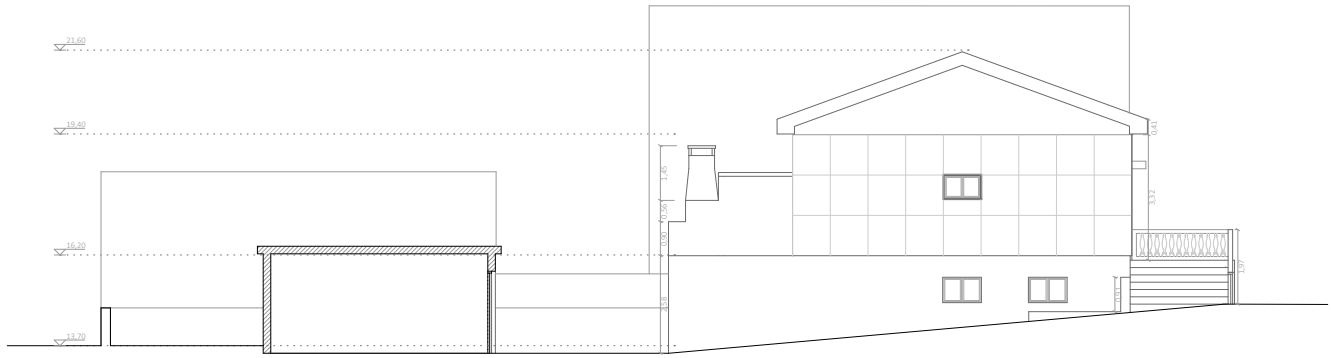
[Fig 96.] Fotografia do espaço exterior a nascente



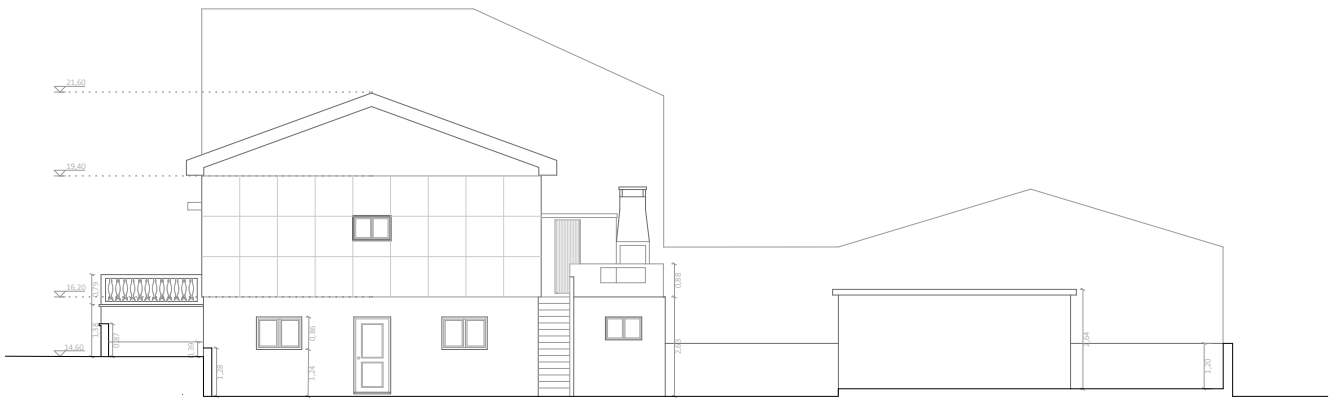
[Fig 97.] Desenho do alçado poente existente- correspondente à [Fig.92]



[Fig 98.] Desenho do alçado nascente existente- correspondente à [Fig.95]



[Fig 99.] Desenho do alçado norte existente- correspondente à [Fig.93]



[Fig 100.] Desenho do alçado sul existente- correspondente à [Fig.94]

3.4. CRITÉRIOS DE INTERVENÇÃO

Os **critérios de intervenção** resultam do cruzamento entre as diferentes leituras desenvolvidas ao longo da investigação. A análise histórica e iconográfica permitiu compreender a relação da casa com o processo de transformação da Praia da Tocha. As entrevistas e conversas com os membros da família permitiram reconhecer os modos de utilização, as formas de apropriação e os valores atribuídos aos diferentes espaços ao longo do tempo. O levantamento métrico, fotográfico e o diagnóstico do estado de conservação permitiram identificar as condições espaciais e construtivas atuais. A consulta dos processos camarários e dos instrumentos de planeamento estabeleceu, por sua vez, as condicionantes que enquadram a intervenção. O cruzamento destas informações permite distinguir aquilo que estrutura a identidade da casa, aquilo que requer transformação e aquilo que apresenta potencial de valorização.

A leitura histórica e territorial evidencia a relação entre a casa e as características específicas da Praia da Tocha. A proximidade do mar, a adaptação à topografia dunar, a ocupação sazonal e a articulação entre espaços interiores e exteriores integram a forma como a casa se relaciona com o lugar. Estes elementos constituem valores identificados na investigação e justificam um critério de valorização da relação com a envolvente sempre que possível, preservando as relações espaciais que favorecem a integração na envolvente e qualificando a organização espacial.

A relação visual e espacial com o mar apresenta uma importância particular na memória da casa. As entrevistas relatam a varanda como lugar de encontro, permanência e observação, associada à experiência da praia e do horizonte marítimo. A transformação da envolvente dunar alterou progressivamente esta relação, condicionando a presença visual do mar. O critério passa, assim, pela valorização da relação entre a casa e a paisagem marítima, reconhecendo o horizonte como parte da experiência espacial da habitação. A análise das condicionantes territoriais enquadra esta valorização nos limites definidos para a volumetria existente.

A investigação sobre os espaços exteriores revela igualmente o seu papel na vida da casa. As memórias familiares associam estes espaços a momentos de permanência, encontro e utilização sazonal, enquanto a análise da relação entre a implantação e a envolvente evidencia a sua importância na transição entre a habitação e a paisagem. O diagnóstico permite identificar as condições pouco qualificadas do exterior. Define-se, por isso, como critério a requalificação dos espaços exteriores enquanto extensão da habitação, reforçando a sua capacidade de suportar diferentes formas de permanência, sociabilidade e privacidade.

Origem da Leitura	Existente	Relação Espacial/Valor Arquitetónico	Condição Atual	Objetivo
Memória	Varanda como espaço de permanência, encontro e observação	Relação entre interior, exterior, avenida, praia e mar	Perda da relação visual com o mar	Preservar o papel espacial da varanda e reforçar a relação com a paisagem
Diagnóstico/ Memória	Logradouro amplo associado aos dois pisos	Prolongamento do espaço doméstico	Espaço exterior pouco estruturado e ausência de diferentes áreas de uso	Qualificar o exterior como suporte das atividades interiores
História/ Programa	Existência de dois pisos com utilização autónoma	Diversidade de modos de habitar e autonomia programática	Necessidade de maior autonomia exterior	Manter a utilização autónoma dos pisos e qualificar a autonomia do exterior
Programa	Garagem integrada no espaço exterior	Relação com o logradouro	Espaço Inutilizável	Qualificar o espaço e dar uma nova função
Diagnóstico/ Memória	Expressão dos alçados e materialidade existente	Identidade da casa	Degradação associada à exposição	Preservar a expressão e a identidade

[Fig 101.] Tabela explicativa do pensamento dos critérios de intervenção

As memórias relativas à sala e ao piso superior evidenciam uma utilização variável ao longo do tempo. A ampliação da sala para acolher diferentes níveis de ocupação demonstra uma capacidade de adaptação que integra a própria história da casa. O critério consiste na manutenção da capacidade de adaptação dos espaços e no aumento da sua flexibilidade, permitindo que a organização interior acompanhe diferentes formas e intensidades de utilização.

Ainda neste piso, o diagnóstico da conservação atual evidencia a necessidade de manutenção da estrutura existente, bem como as necessidades térmicas. Define-se, assim, uma adição de um sistema de isolamento e uma requalificação dos resvestimentos interiores e exteriores.

A memória do piso térreo remete à sua utilização como espaço de arrendamento, que demonstra a existência de uma autonomia relativamente ao piso superior. Esta condição constitui um valor funcional identificado pela investigação e estabelece como critério a preservação da autonomia programática deste piso.

No piso térreo, o diagnóstico das condições existentes evidenciam necessidades de qualificação espacial, funcional e construtiva da casa. A intervenção deverá, por isso, transformar os espaços que requerem atualização, considerando as exigências atuais de habitabilidade, como o desempenho térmico, as infraestruturas, a iluminação natural e a qualidade dos espaços.

A investigação permitiu também identificar potencialidades na configuração atual da casa. A análise da volumetria e da organização dos espaços mostra que existem relações espaciais com capacidade para responder às necessidades atuais. Estas características devem, por isso, ser valorizadas enquanto critério de intervenção. A análise dos espaços exteriores e das formas de utilização da casa ao longo do tempo reforçou igualmente a importância de ampliar as possibilidades de uso da habitação. Assim, a intervenção deverá valorizar as características espaciais existentes e a sua capacidade de acolher diferentes formas de utilização.

Deste modo, os critérios de intervenção resultam do cruzamento entre memória, contexto e diagnóstico. Organizam-se em três decisões: manter os elementos e relações que caracterizam a casa; transformar os espaços que requerem qualificação; e valorizar as características que permitem ampliar as possibilidades de uso. Estes critérios orientam a proposta de reabilitação e estabelecem a relação entre aquilo que a casa foi, aquilo que é e aquilo que poderá vir a ser.

Origem da Leitura	Existente	Relação Espacial/Valor Arquitetónico	Condição Atual	Objetivo
Memória	Piso superior utilizado pela família	Centro de encontro familiar	Crescimento do número de pessoas na família	Preservar a sua centralidade e aumentar a sua capacidade de adaptação
Memória/ Programa	Relação entre cozinha, sala e refeições	Espaços de uso coletivo	Organização atual compartimentada e circulação pouco fluida	Reforçar a articulação funcional e espacial entre os espaços
História/ Programa	Piso térreo utilizado para arrendamento	Autonomia programática e diversidade de formas de habitar	Necessidade de melhorar a qualidade espacial	Manter a autonomia e qualificar o espaço
Programa/ Diagnóstico	Sótão e cobertura	Potencial espacial da volumetria	Espaço inutilizável e inacessíveis	Explorar o potencial da volumetria para reforçar a relação com a paisagem
Diagnóstico	Materialidade existente e elementos construtivos originais	Identidade material e continuidade da casa	Desgaste, patologias e limitações de desempenho	Preservar a estrutura existente, e qualificar o desempenho térmico

[Fig 102.] Tabela explicativa do pensamento dos critérios de intervenção

3.5. PROJETO DE REABILITAÇÃO

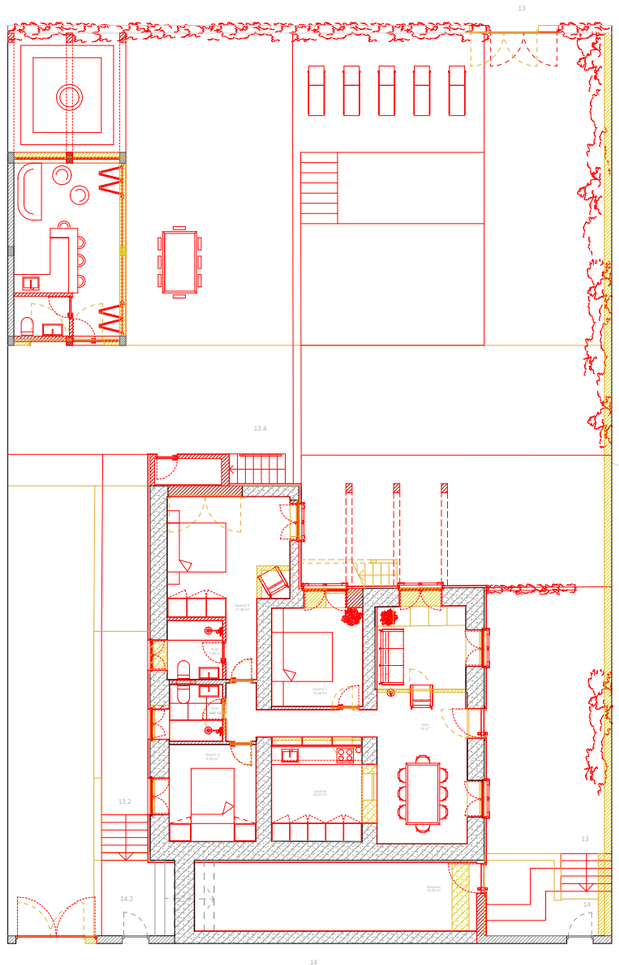
A partir de toda a investigação desenvolvida, o **projeto de reabilitação** estrutura-se a partir da memória construída da casa, articulando-a com as condicionantes identificadas, o diagnóstico do existente, as exigências regulamentares e as necessidades atuais de uso. A intervenção parte daquilo que existe e da forma como a casa foi vivida ao longo do tempo, reconhecendo as suas fragilidades, potencialidades e capacidade de adaptação.

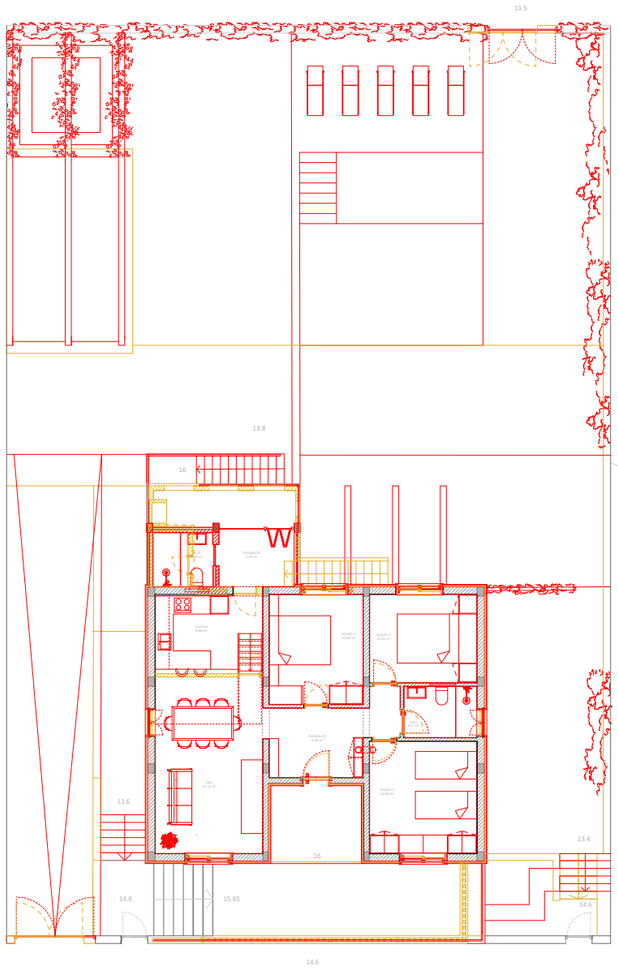
A intervenção rege-se pelos três critérios definidos a partir da investigação: manter, transformar e acrescentar. Manter corresponde aos elementos e relações que, pelo seu valor para a memória e identidade da casa e pelas suas condições atuais, devem permanecer. Transformar corresponde aos elementos que requerem alteração para responder às necessidades funcionais, construtivas e de habitabilidade. Acrescentar corresponde à introdução de novos elementos necessários para responder às atuais exigências de uso, conforto e funcionamento, estabelecendo uma relação de continuidade com a preexistência.

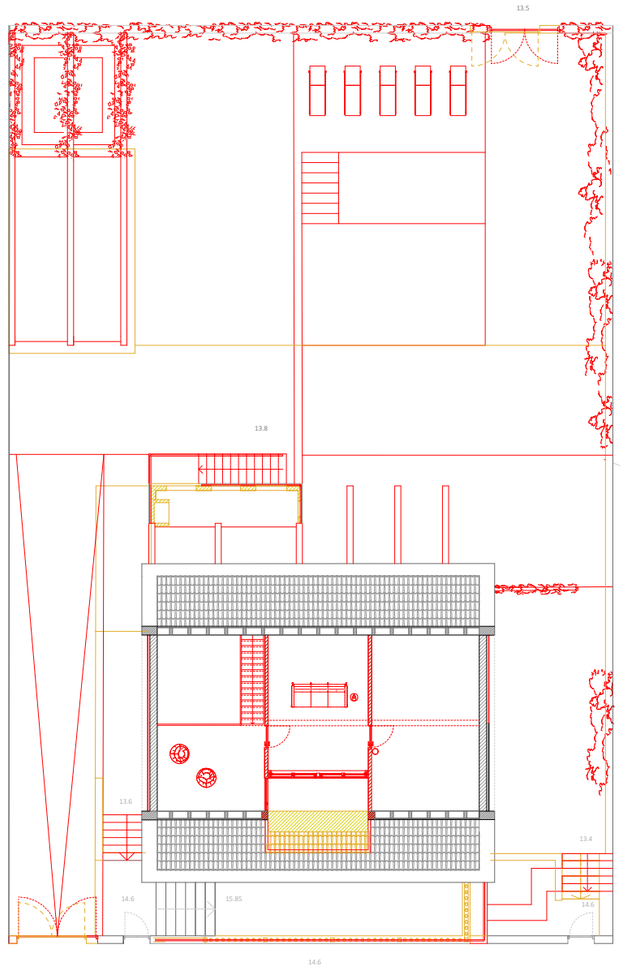
Na casa da Praia da Tocha, estes critérios orientam as decisões relativas à permanência, transformação e introdução de novos elementos. A intervenção parte dos valores identificados na memória familiar e no diagnóstico da casa, articulando-os com as necessidades atuais de uso e habitabilidade.

O projeto mantém a organização formal da casa em dois pisos autónomos e as funções associadas a cada um: o piso superior como centro de encontro familiar e o piso térreo destinado a arrendamento. Esta organização, presente na história da casa e consolidada pelo programa, constitui um elemento a preservar. A volumetria existente é igualmente mantida, em resposta às características da casa e às condicionantes regulamentares da zona de intervenção.

O diagnóstico do estado de conservação demonstra ainda a possibilidade de preservar a estrutura original, que apresenta métodos construtivos da década de 1960: no piso térreo constituída por alvenaria de pedra e tijolo; e no piso superior por betão e alvenaria de tijolo, sem a utilização de isolamento. Neste contexto, o projeto propõe a colocação do sistema ETICS sobre a estrutura original para ir ao encontro desta necessidade. A cobertura com uma estrutura em vigotas de betão de duas águas, revestida a telha também apresenta um bom estado de conservação, mas requer igualmente uma melhoria do isolamento, e por isso, integra-se um sistema com thermochip, retirando as telhas, é aplicado diretamente sobre as vigotas existentes. E desta forma, não retira espaço de pé direito no interior. Nos restantes espaços do piso superior é colocado um teto falso com gesso cartonado, para a passagem de infraestruturas e para a colocação de isolamento.







LEGENDA:

- Betão
- Alvenaria de pedra
- Alvenaria de tijolo

[Fig 103.] Planta vermelhos e amarelos piso térreo | escala 1:200

[Fig 104.] Planta vermelhos e amarelos piso superior | escala 1:200

[Fig 105.] Planta vermelhos e amarelos sótão | escala 1:200

[Fig 103.]

[Fig 104.]

[Fig 105.]

O EXTERIOR

A proposta procura preservar a identidade dos alçados, mantendo a expressão da argamassa verde que surge como um elemento importante nas memórias dos ocupantes. Devido aos sinais de desgaste, resultantes da exposição ao vento e à erosão, é necessário um redesenho da fachada segundo técnicas construtivas atuais: no piso superior, aplicação do sistema ETICS revestido com argamassa mineral com agregado aparente numa tonalidade verde que remeta à cor e imagem atual; e no piso térreo, também se opta pelo mesmo sistema mas revestido com reboco mineral de textura mais fina e pigmento em tons de areia. A relação da casa com a envolvente é reforçada através de um sistema de portadas em madeira, associado à materialidade dos palheiros e à tradição construtiva do lugar, respeitando assim a legislação local[12].

O espaço exterior apresenta maior potencial de transformação, dada a sua dimensão e a reduzida estruturação atual. A proposta procura reorganizá-lo através da definição de diferentes ambientes e usos, permitindo a ocupação simultânea por vários utilizadores. Através da criação de áreas exteriores de uso exclusivo e privado a cada um dos pisos garante-se uma maior autonomia entre os diferentes núcleos familiares: para o piso térreo, associa-se o lado sul, que se delimita em relação ao restante logradouro e transforma-se num espaço mais resguardado e privado de acesso próprio; associados ao piso superior mantêm-se os espaços exteriores existentes, a varanda a poente e o terraço a nascente, agora com a possibilidade de se fechar, permitindo adaptar a sua utilização. As escadas de betão que davam acesso a este terraço são agora deslocadas de forma a libertar a fachada a nascente do piso térreo para aberturas de luz. Sob as escadas cria-se um espaço de arrumos. A norte preserva-se o acesso automóvel, com espaço para os manter dentro do lote; acrescenta-se também um percurso pedonal direto da rua ao logradouro.

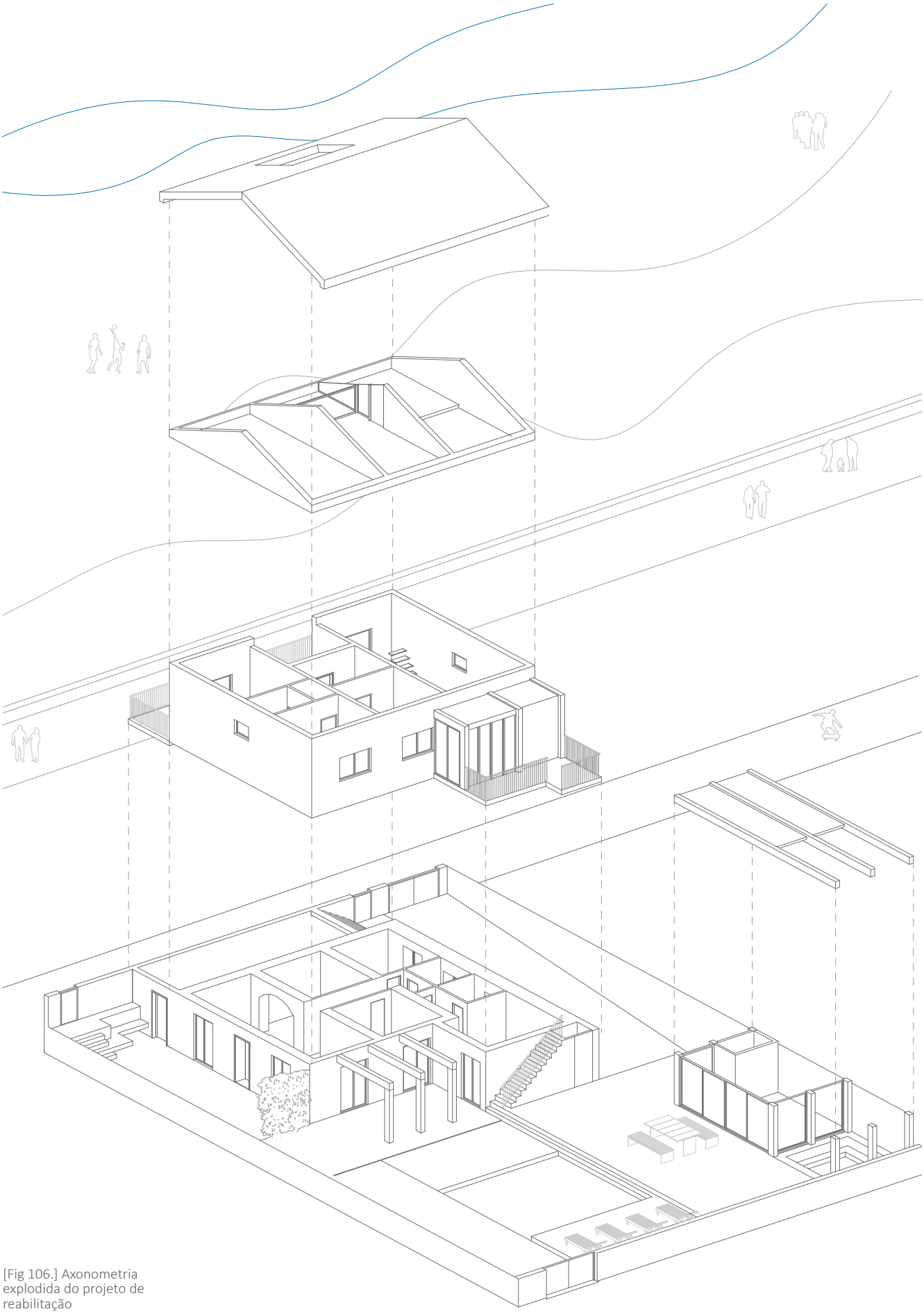
A área a nascente, de maior dimensão, assume um carácter comum e concentra os principais espaços de sociabilidade. A sua organização define diferentes ambientes coletivos: uma piscina[13], uma zona de refeições, uma área de estar com espreguiçadeiras e sofás e um espaço mais protegido por uma pérgula e vegetação, na qual a introdução de uma lareira exterior reforça a permanência e o conforto. Uma segunda pérgula, diretamente na fachada nascente, prolonga o espaço interior do rés-do-chão, criando um filtro de transição entre a casa e o jardim.

A garagem, que já se encontra muito degradada e sem utilização, é transformada num anexo de apoio ao exterior, respeitando as normas do PU da Praia da Tocha[14]. Este espaço aglomera uma zona de estar, uma zona para preparação de refeições e uma instalação sanitária, de forma a dar continuidade das atividades do interior para o exterior, valor passado pela memória da família.

12. "É obrigatório o uso de elementos de madeira nas fachadas dos edifícios a construir, reconstruir ou reabilitar, ou outros materiais que apresentem a mesma imagem, com exceção de revestimento cerâmico a imitar a madeira, contribuindo para incrementar a imagem característica dos Palheiros da Tocha." (Município de Cantanhede, 2026, art. 13º)

13. Numa conversa com o Arquiteto Hélder Marçal, arquiteto responsável pelos licenciamentos de obras da Câmara Municipal de Cantanhede, foi confirmada a possibilidade de construção de uma piscina privada no lote. Nos regulamentos de legislação local não há restrições a este respeito.

14. "A construção de edifícios anexos destinados ao uso complementar do edifício principal, no interior do lote ou parcela, só é permitida nas zonas classificadas como Espaço Central e Espaço Habitacional D, e deverá ter em consideração:
b) Ter um único piso e com uma altura máxima da edificação de 3,20 metros, no caso de coberturas horizontais" (Município de Cantanhede, 2026, art. 15º)



[Fig 106.] Axonometria explodida do projeto de reabilitação

O PISO TÉRREO

A proposta para o **piso térreo** parte da intenção de realizar alterações que visam melhorar o conforto, a iluminação e a qualidade espacial, mantendo a estrutura da casa. Para isso, respeita-se a morfologia existente e altera-se sobretudo a organização programática dos espaços de forma a tornar a distribuição mais clara e funcional, criando uma separação equilibrada entre os espaços de descanso e as áreas de utilização coletiva.

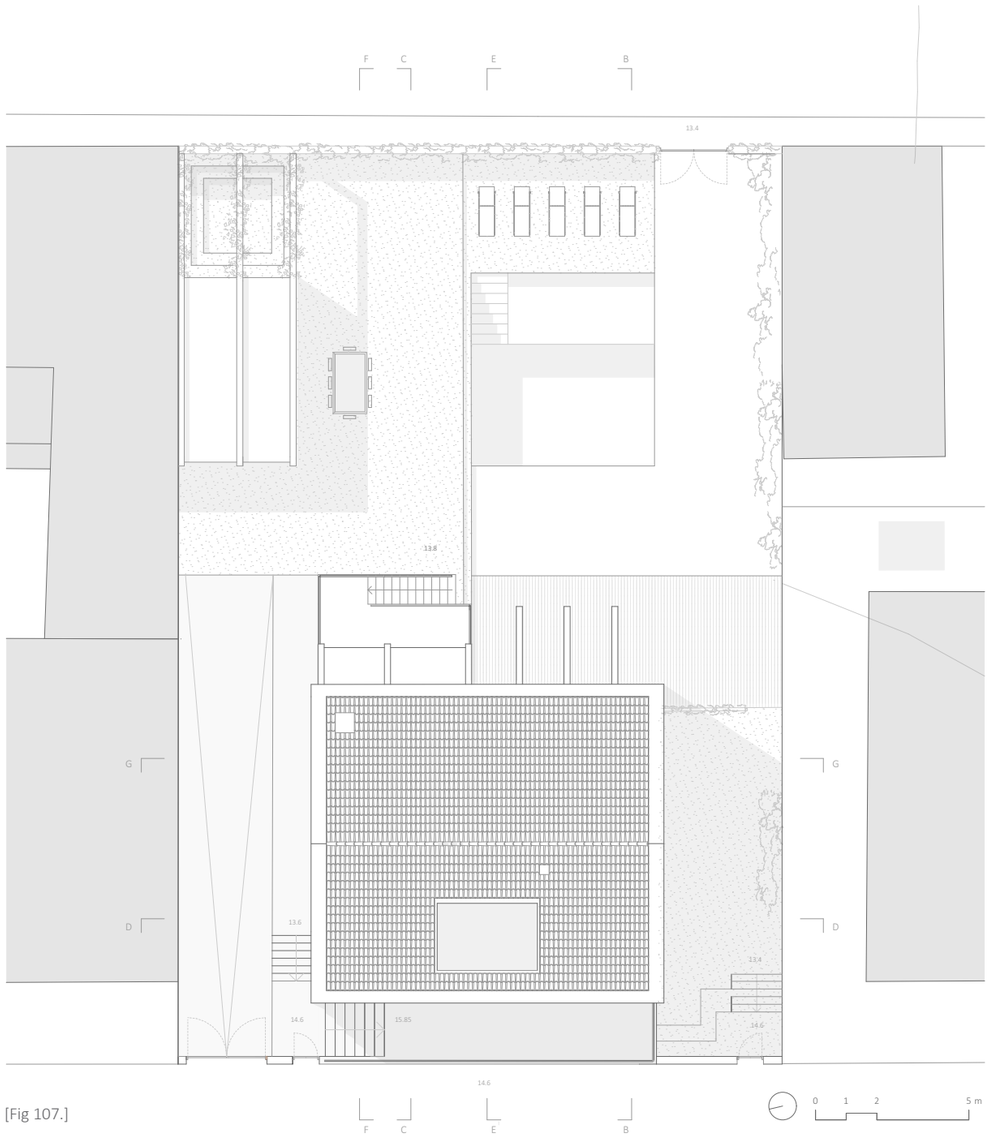
Esta reorganização inclui a deslocação de um dos quartos para a zona de arrumos a nascente, permitindo criar uma suite e colmatar a insuficiência de instalações sanitárias para esta tipologia. O quarto que atualmente não possui luz natural deixa de ter essa função, passando a acolher a cozinha, que agora se abre diretamente para a sala. Os outros dois quartos mantêm a sua disposição, beneficiando do aumento das aberturas para o exterior.

Ao colocar a cozinha nesta localização é necessário a abertura da parede diretamente para a sala. A impossibilidade de remover totalmente a parede, devido à estrutura em pedra, conduz à introdução de um arco, elemento replicado do piso superior, que cria uma zona mais resguardada dentro do espaço comum, mas que transmite a luz e ventilação natural necessária para o espaço. Para além desta demolição, é também demolida a parede, em alvenaria de tijolo, que separava a antiga cozinha da sala. A organização interna é, assim, simplificada transformando três compartimentos pequenos e escuros num único espaço. Procura-se reforçar a relação entre os utilizadores através de um espaço amplo e de circulação fluida entre a sala, a zona de refeições e a cozinha. A melhoria da iluminação natural é uma prioridade, assegurada através do aumento das aberturas existentes e da criação de novos vãos. Alguns destes vãos são prolongados até ao pavimento, reforçando a relação com o exterior e tornando mais fluida a passagem, quer para o espaço a sul associado a este piso, quer para a zona nascente do lote, destinada aos momentos de convívio coletivo, dando resposta ao critério de valorização da relação interior e exterior.

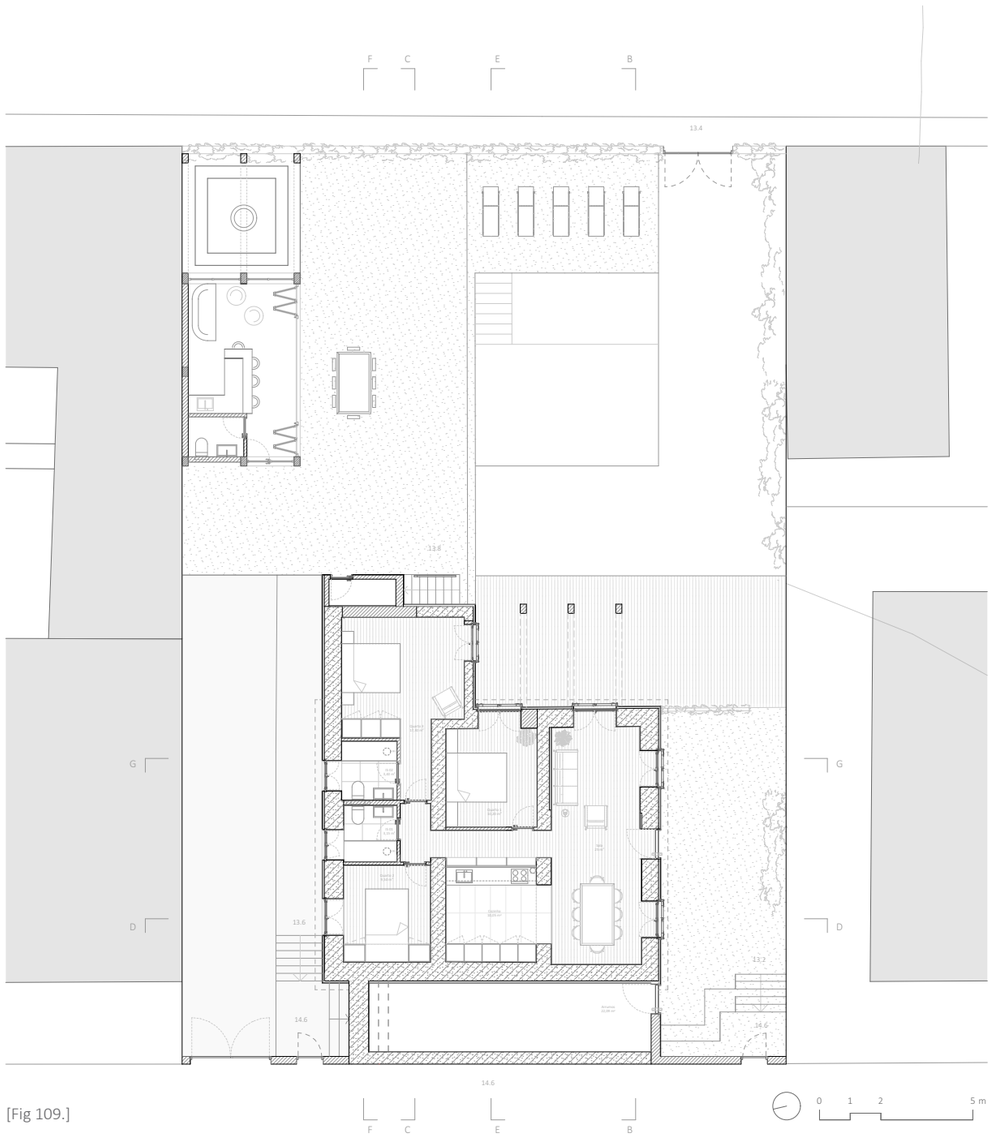
Na área sob a varanda, entre fundações, surge uma zona de arrumos, integrada na proposta como espaço de arrumos de apoio à casa. A área deste compartimento não conta como área de nova construção porque não tem a altura regulamentar[15].

A escolha dos materiais procura reforçar a atmosfera tranquila associada à casa de praia e à sua envolvente. Privilegiam-se cores sóbrias e claras, nas paredes e tetos após serem rebocados, o pavimento em madeira assume particular importância, tanto pela sua proximidade aos materiais tradicionalmente usados, como pela materialidade original da casa que foi removida.

15. "Para efeitos do cálculo da área total de construção, não são contabilizadas as seguintes áreas:
i) Caves cujo pé-direito livre não exceda os 2,40 m;
ii) Sótãos sem pé-direito regulamentar nos termos do Regulamento Geral das Edificações Urbanas ou de outra legislação aplicável;" (Município de Cantanhede, 2025, art. 5º)



[Fig 107.]



[Fig 109.]

LEGENDA:

- Betão
- Alvenaria de pedra
- Alvenaria de tijolo



[Fig 108.]



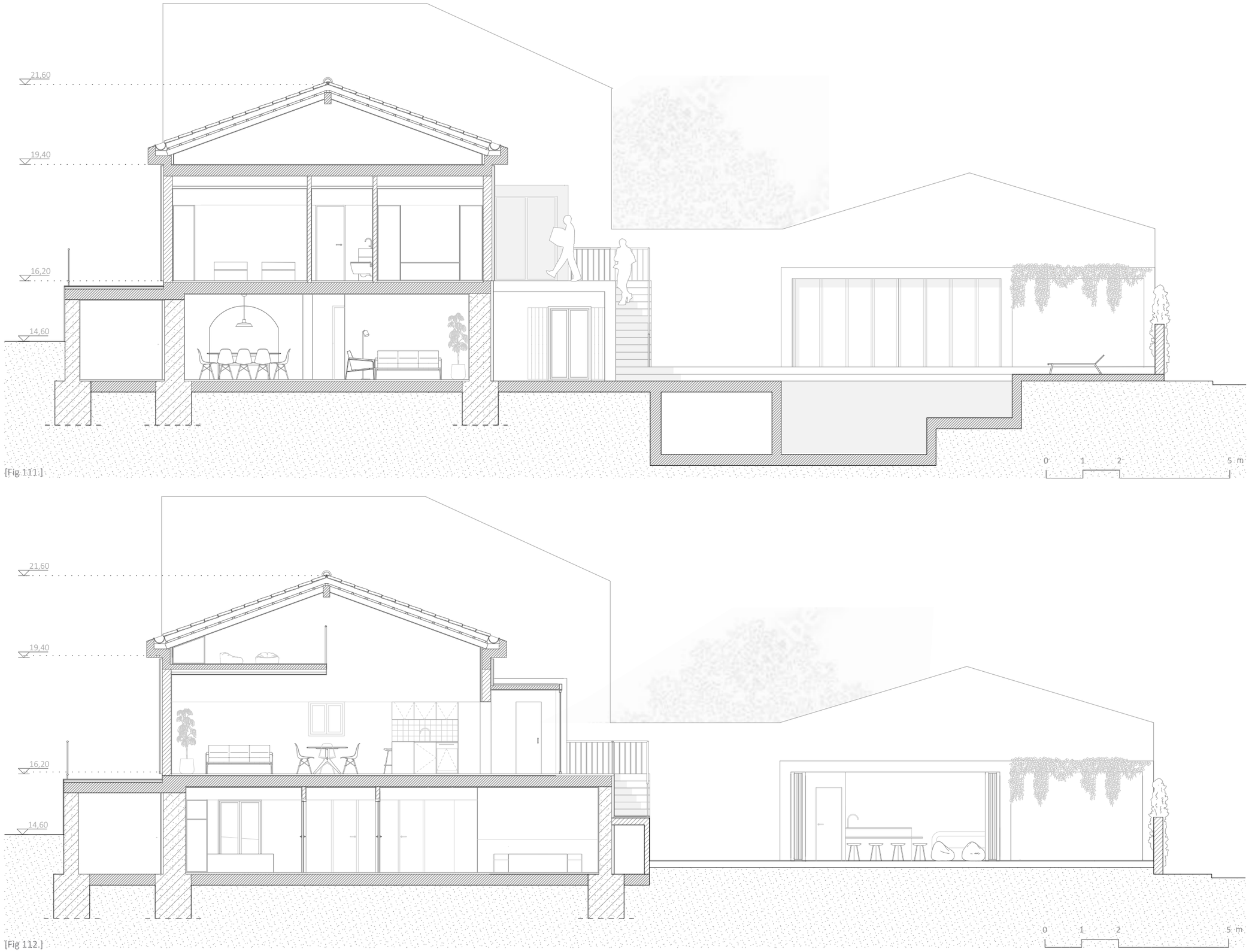
[Fig 110.]

[Fig 107.] Planta de cobertura | escala 1:200

[Fig 108.] Alçado poente | escala 1:200

[Fig 109.] Planta piso térreo | escala 1:200

[Fig 110.] Alçado nascente | escala 1:200



[Fig 111.]

[Fig 112.]

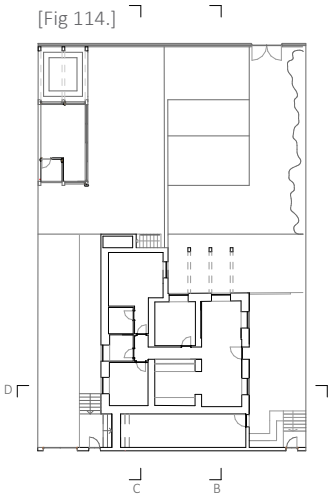
[Fig 111.] Corte longitudinal B | escala 1:100

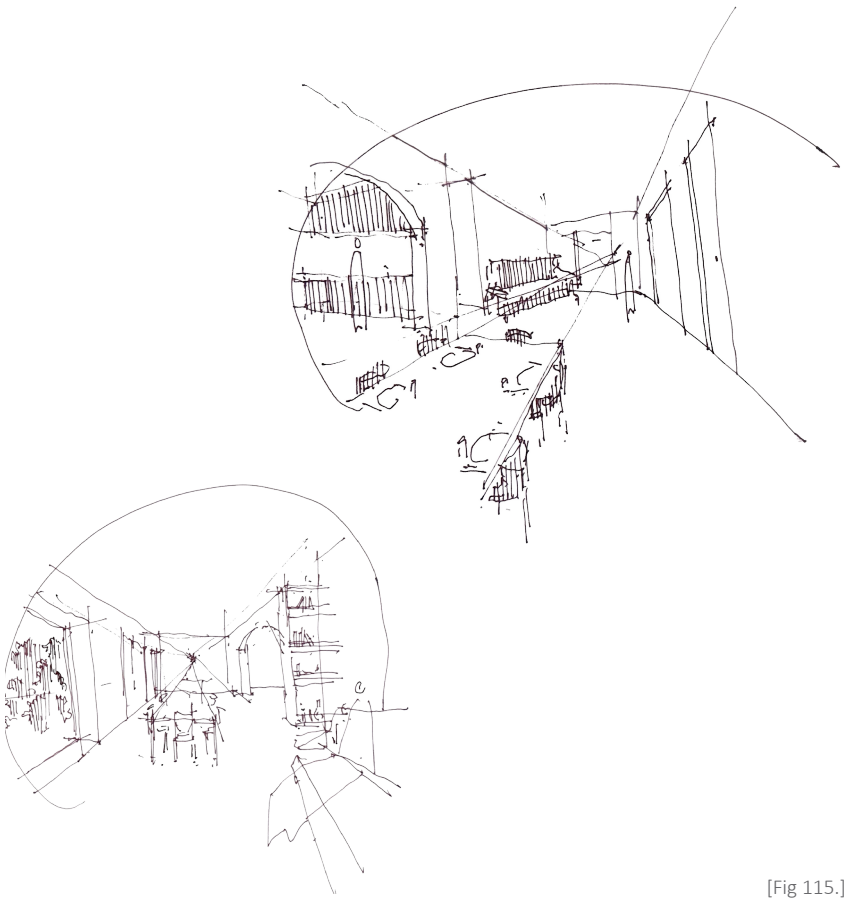
[Fig 112.] Corte longitudinal C | escala 1:100



[Fig 113.]

[Fig 114.]





[Fig 113.] Corte transversal D | escala 1:100

[Fig 114.] Esquema da planta com indicação dos cortes

[Fig 115.] Esquissos do interior do piso térreo

[Fig 115.]

O PISO SUPERIOR E SÓTÃO

No **piso superior**, mantém-se a organização geral do programa, introduzindo-se apenas algumas alterações e melhorias necessárias à sua utilização. Neste piso propõe-se uma pequena ampliação na zona nascente, permitindo integrar a atual casa de banho exterior no interior da habitação. A criação de um hall de ligação resolve a articulação entre os espaços e melhora a funcionalidade do piso, que atualmente dispõe apenas de uma casa de banho interior para uma tipologia de três quartos. Este aumento de área correspondente ao novo hall e à integração e legalização da casa de banho já existente, respeita os 25 m² de área de construção permitido nesta zona territorial[16].

A zona social é ampliada através da demolição da parede que separa a cozinha e a sala, reforçando a continuidade entre o lado poente, associado ao mar e aos momentos de maior convívio, e a nascente mais resguardado. Neste espaço privilegiado pela família para os convívios, remove-se parte da laje do teto, aumentando o pé-direito e revelando a cobertura de duas águas. Esta alteração permite ainda aproveitar a altura da cobertura para criar novas espacialidades e estabelecer uma ligação direta com o sótão[17].

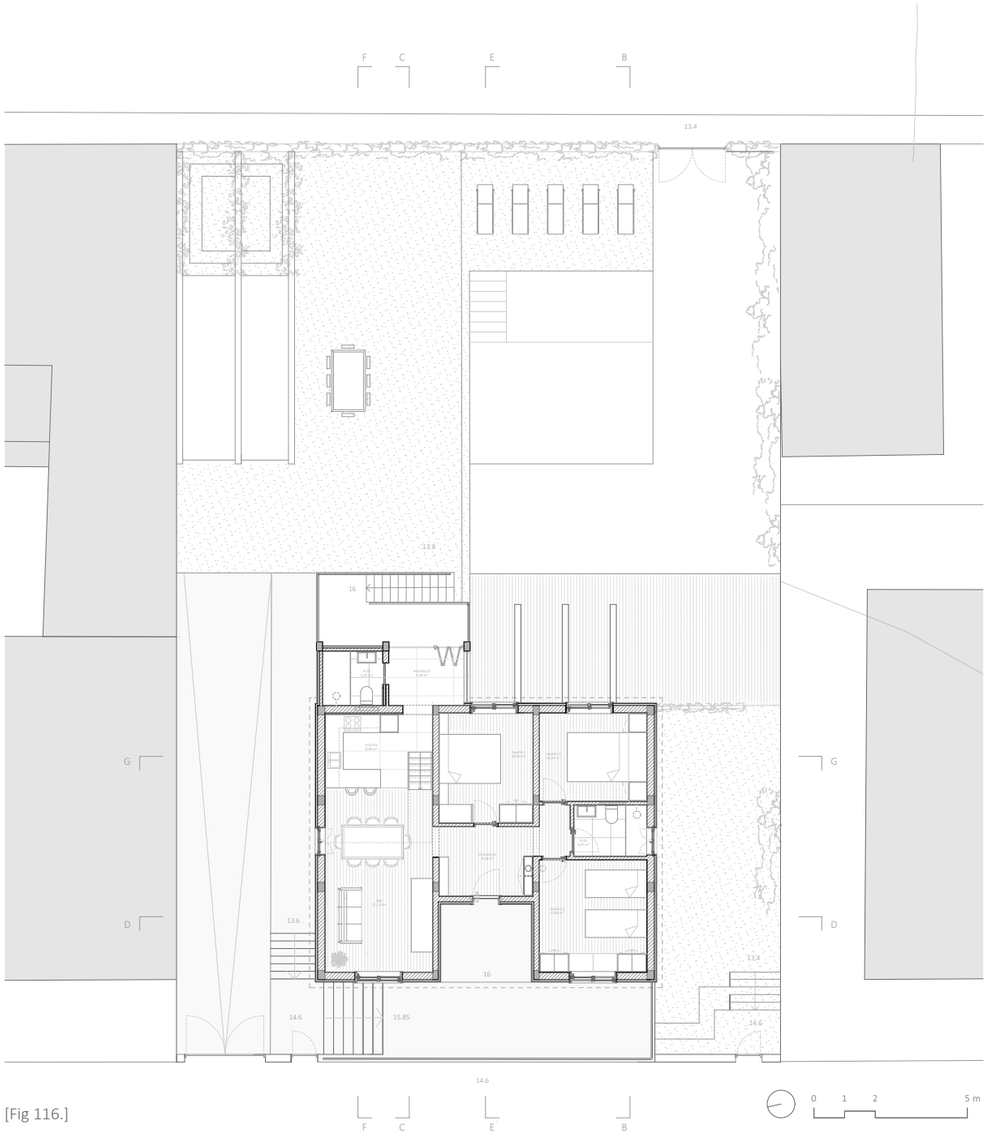
O aproveitamento do sótão surge como oportunidade para recuperar a ligação visual ao horizonte do mar, entretanto perdida. Este nível organiza-se em dois espaços de refúgio: uma mezanine aberta para a sala, que mantém a ligação visual entre os utilizadores dos diferentes níveis, e um acesso ao novo terraço na cobertura, que recupera a relação com a paisagem. Com um pé-direito reduzido e uma escala mais contida, o sótão assume assim um carácter distinto do restante da casa. A criação destes espaços abre a possibilidade de quartos improvisados quando há visitantes, respondendo ao critério de flexibilidade e adaptabilidade.

Na ala dos quartos, mantém-se a disposição existente e a lógica de ocupação dos quartos pelos diferentes utilizadores. São acrescentados espaços de arrumação e pequenas zonas de estar. As janelas mantêm a posição e dimensão atuais, sendo substituídas por soluções com melhor desempenho térmico, caixilharia de correr em madeira com vidros duplos. Na casa de banho, substitui-se a banheira e reorganiza-se o espaço de forma a melhorar a sua funcionalidade.

Tal como no piso térreo, a escolha dos materiais procura transmitir uma sensação de conforto e tranquilidade, recorrendo ao reboco das paredes e à presença da madeira no pavimento, reaproveitando o que ainda está em bom estado e adicionar novo nas zonas onde foi retirado. Nas casas de banho também se faz um novo revestimento com azulejo nas paredes e cerâmico no chão. Na cozinha opta-se por um pedra no chão que remate com a madeira da sala.

16. "Admite-se a reconstrução, a ampliação e a alteração de edificações existentes, desde que tal não se traduza no aumento da sua altura, na criação de caves e de novas unidades funcionais, e não corresponda a um aumento total da área de construção superior a 25 m2 e não constituam mais valias em situações de futura expropriação ou preferência de aquisição por parte do Estado." (Município de Cantanhede, 2026, art. 5º-G)

17. "Na Avenida Dr. Silva Pereira, admite-se a utilização do sótão ou a cobertura total ou parcial do segundo piso com terraço acessível, desde que o edifício não ultrapasse a cércea e as características tipológicas da dominante local." (Município de Cantanhede, 2017, art. 14º)



[Fig 116.]



[Fig 118.]

LEGENDA:

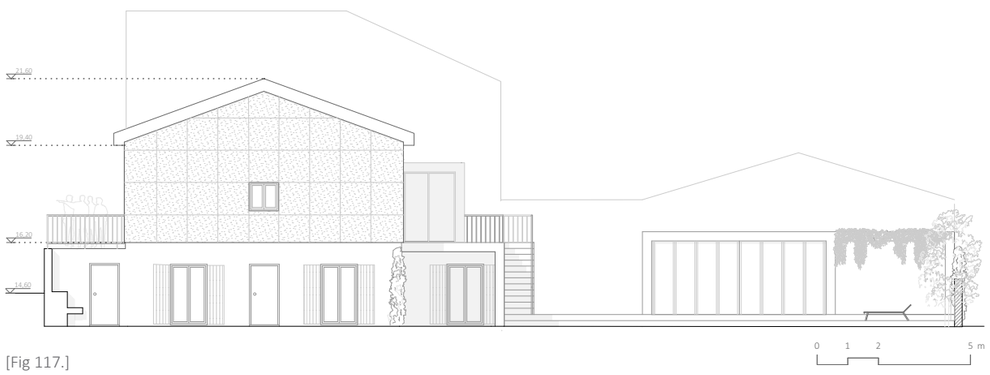
- Betão
- Alvenaria de pedra
- Alvenaria de tijolo

[Fig 116.] Planta do piso superior | escala 1:200

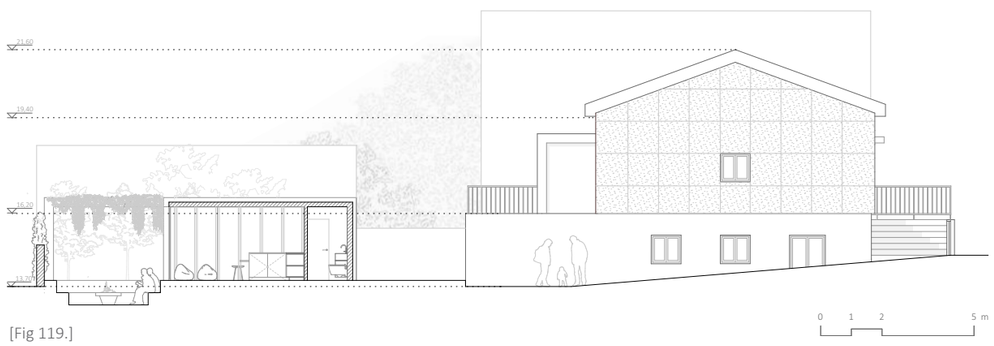
[Fig 117.] Alçado sul | escala 1:200

[Fig 118.] Planta sótão | escala 1:200

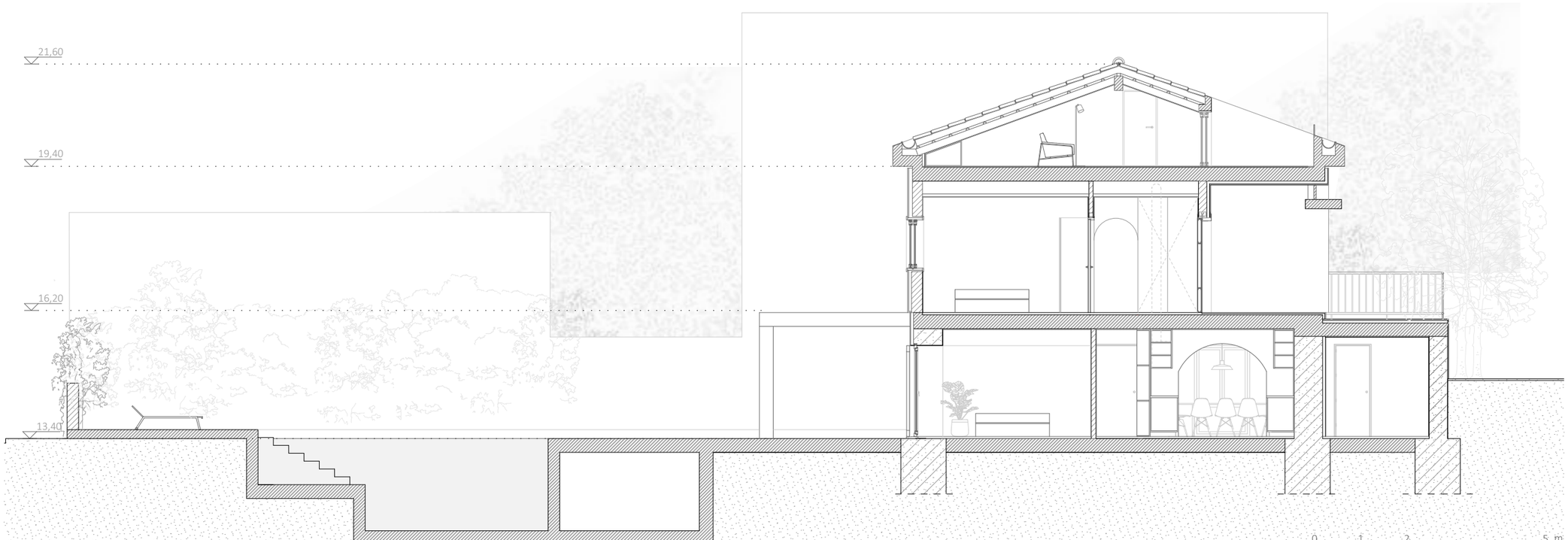
[Fig 119.] Alçado norte | escala 1:200



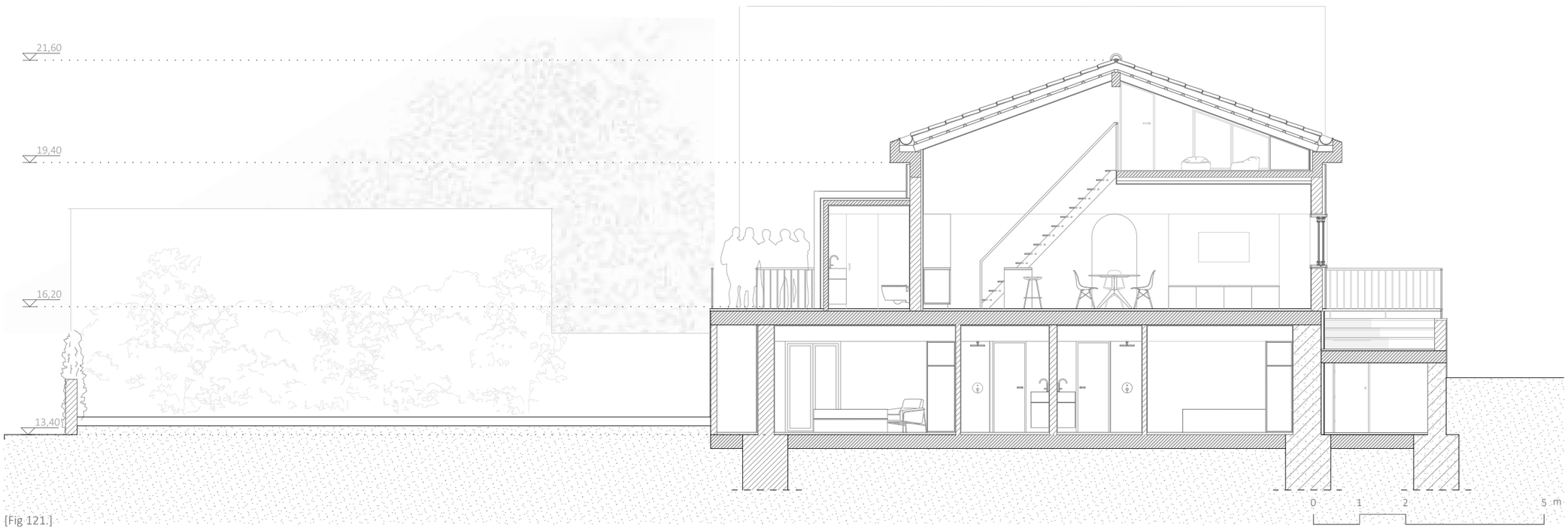
[Fig 117.]



[Fig 119.]



[Fig 120.]



[Fig 121.]

LEGENDA:

- Betão
- Alvenaria de pedra
- Alvenaria de tijolo

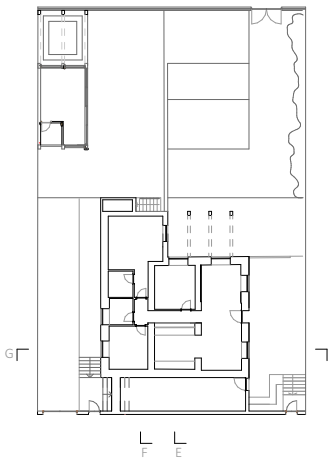
[Fig 120.] Corte Longitudinal E | escala 1:100

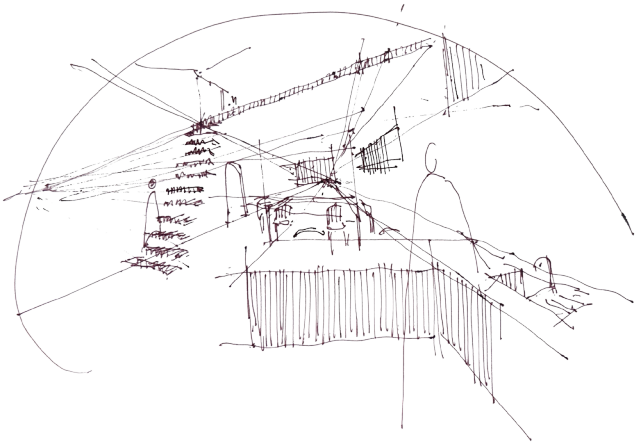
[Fig 121.] Corte Longitudinal F | escala 1:100

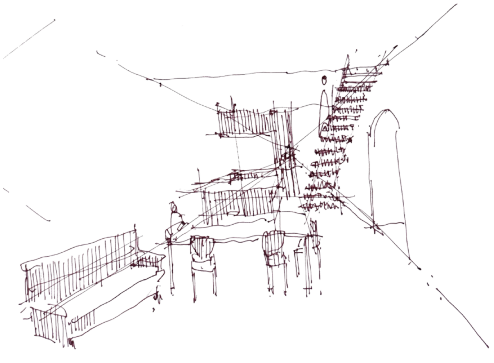


[Fig 122.]

[Fig 123.]





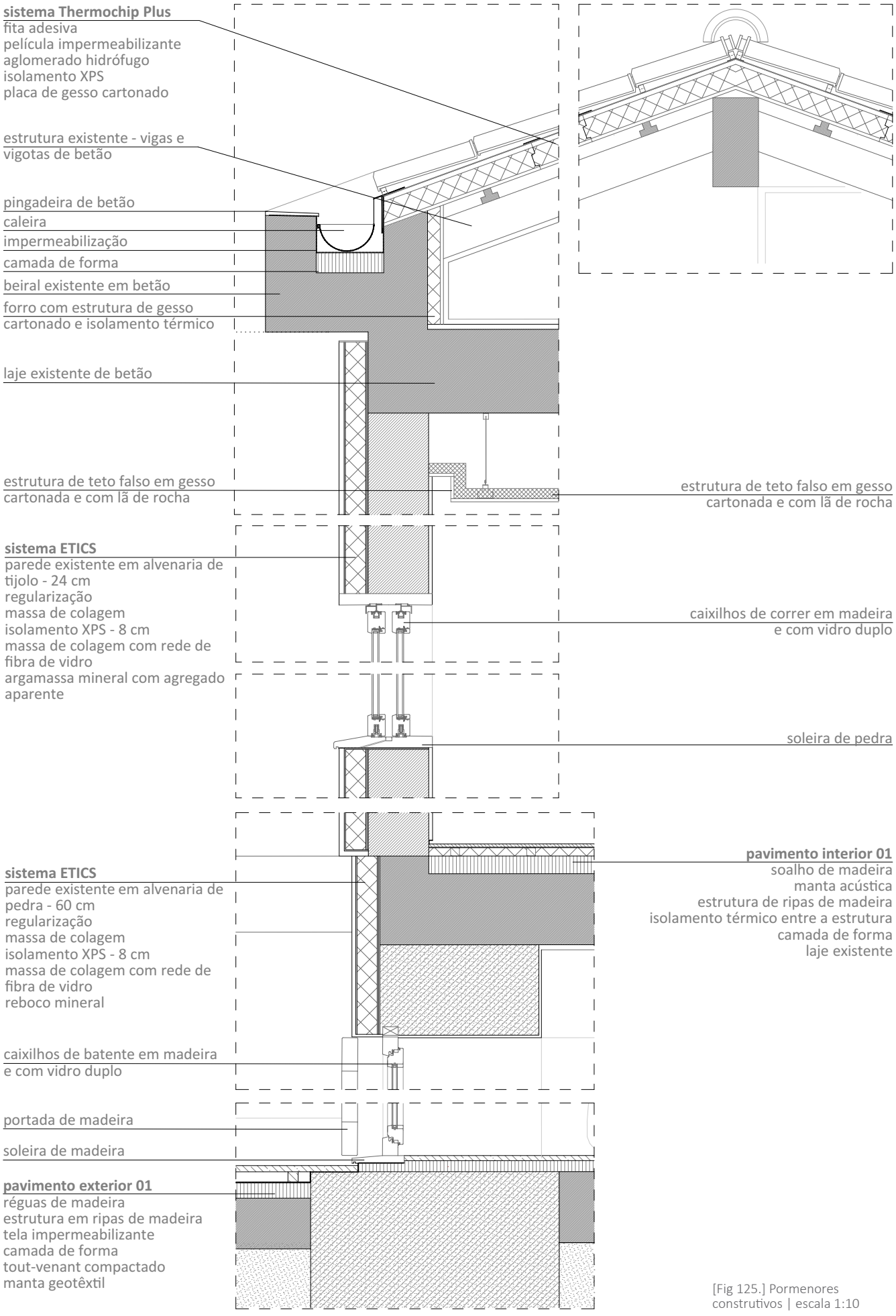


[Fig 124.]

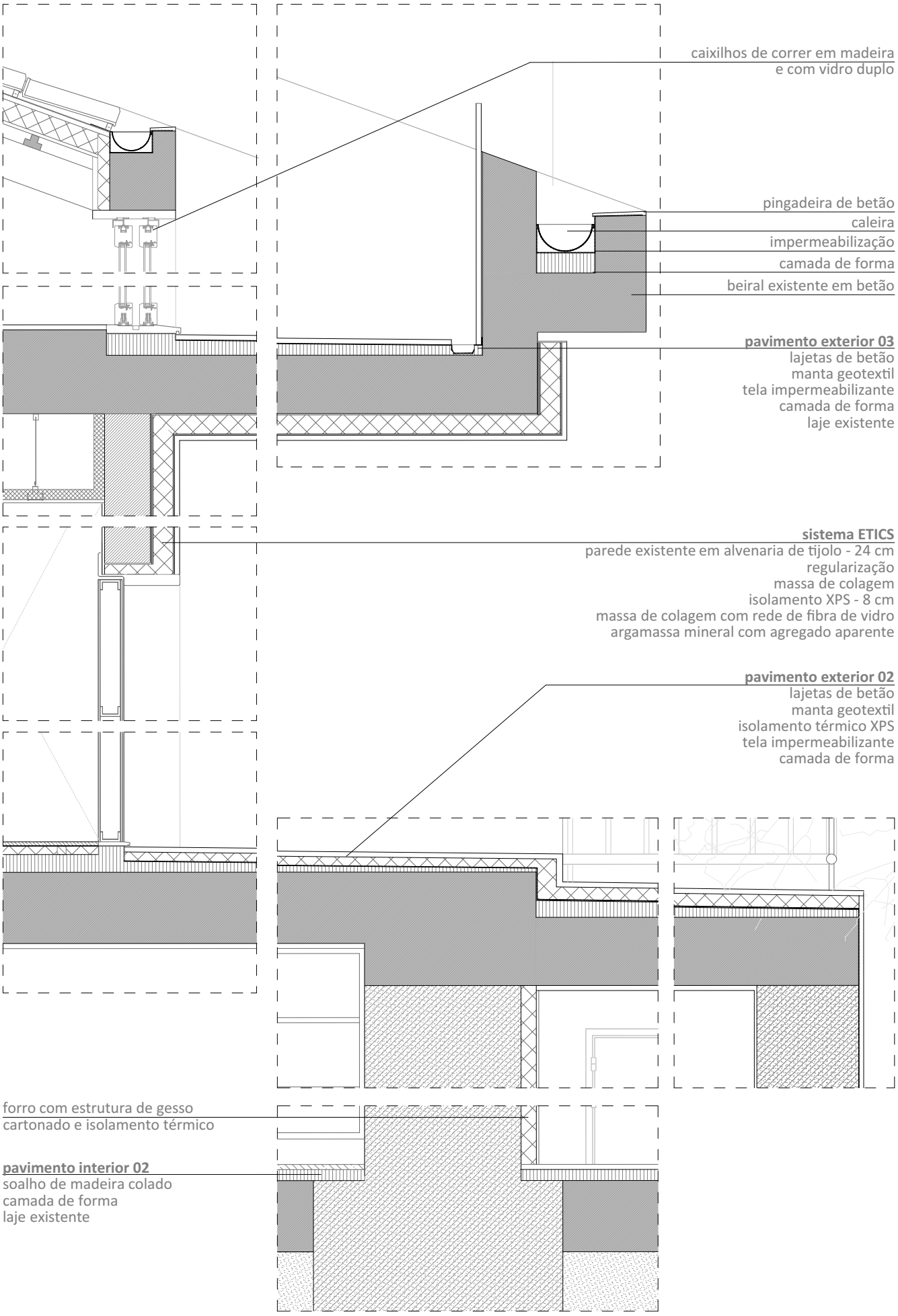
[Fig 122.] Corte Transversal G| escala 1:100

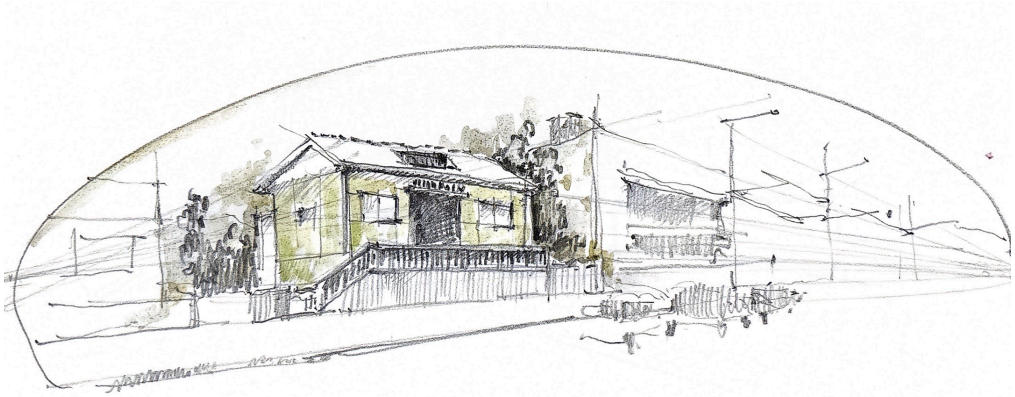
[Fig 123.] Esquema da planta a indicar os cortes

[Fig 124.] Esquissos do interior do piso superior

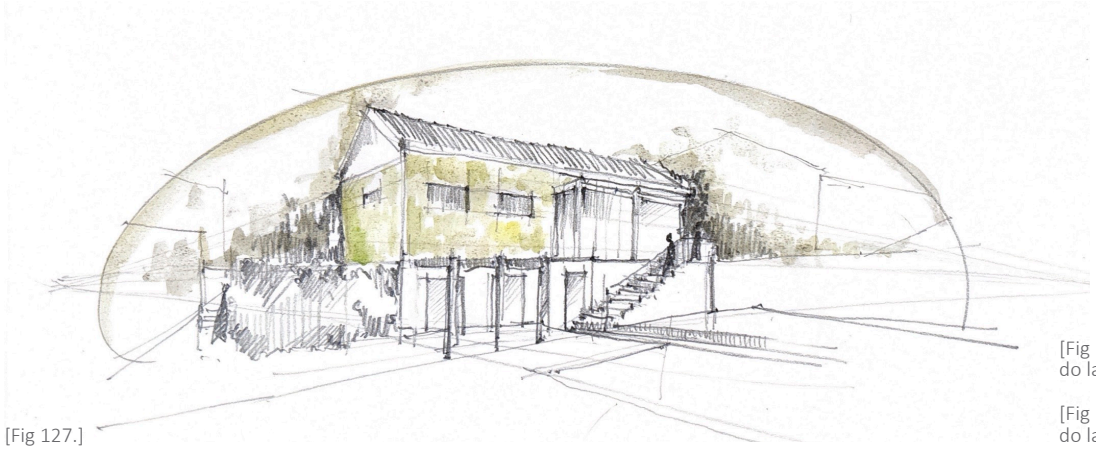


[Fig 125.] Pormenores construtivos | escala 1:10


caixilhos de correr em madeira
e com vidro duplo
pingadeira de betão
caleira
impermeabilização
camada de forma
beiral existente em betão
pavimento exterior 03
lajetas de betão
manta geotextil
tela impermeabilizante
camada de forma
laje existente
sistema ETICS
parede existente em alvenaria de tijolo - 24 cm
regularização
massa de colagem
isolamento XPS - 8 cm
massa de colagem com rede de fibra de vidro
argamassa mineral com agregado aparente
pavimento exterior 02
lajetas de betão
manta geotextil
isolamento térmico XPS
tela impermeabilizante
camada de forma
forro com estrutura de gesso
cartonado e isolamento térmico
pavimento interior 02
soalho de madeira colado
camada de forma
laje existente



[Fig 126.]



[Fig 127.]

[Fig 126.] Desenho do exterior do lado poente

[Fig 127.] Desenho do exterior do lado nascente

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação desenvolvida permitiu compreender de que modo a leitura do lugar e a memória da família puderam constituir matéria para um projeto de reabilitação. O seu contributo residiu na identificação de relações espaciais, usos e valores que, articulados com o diagnóstico do existente e com as condicionantes da intervenção, permitiram construir critérios de intervenção. A memória integrou-se, assim, no processo de projeto como instrumento de interpretação e de decisão.

Os testemunhos das três gerações permitiram reconhecer os espaços e as formas de habitar que adquiriram significado ao longo do tempo. A varanda era o lugar de permanência, observação e convívio; os espaços exteriores prolongavam as atividades domésticas; a praia participava da experiência quotidiana da casa; o piso superior concentrava a vivência familiar; e o piso térreo assumia uma condição autónoma, associada ao arrendamento e à adaptação a diferentes utilizadores. Estas experiências revelaram uma estrutura de valores espaciais e relacionais que orientou a compreensão do edifício enquanto lugar vivido.

A leitura da memória ganhou maior significado quando articulada com a leitura territorial. A proximidade do mar, a presença do sistema dunar e do pinhal, a tradição da Arte-Xávega e a transformação dos palheiros em casas de veraneio permitiram compreender a habitação no contexto de transformação da Praia da Tocha. A sua implantação paralela à frente marítima, a proximidade da praia, a presença da varanda, a elevação do piso superior e a relação entre os diferentes níveis do edifício revelaram formas de adaptação ao território e à sazonalidade do lugar. O diagnóstico acrescentou a esta leitura a dimensão material e construtiva, enquanto as condicionantes territoriais e regulamentares definiram o enquadramento contemporâneo da intervenção.

O cruzamento destas dimensões conferiu à memória uma função operativa no processo de projeto. Os relatos recolhidos orientaram a identificação de permanências e possibilidades de transformação. A importância atribuída à varanda sustentou a sua valorização enquanto espaço intermédio entre o interior e a paisagem. A utilização dos espaços exteriores informou a criação de diferentes ambientes de permanência. A centralidade do piso superior acompanhou a continuidade da sua organização, enquanto a utilização autónoma do piso térreo sustentou a manutenção da sua independência.

No piso térreo, a reorganização do programa estabeleceu uma relação mais fluida entre cozinha, sala e zona de refeições, acompanhada pelo aumento das aberturas e pela valorização da entrada de luz natural. No piso superior, a organização existente permaneceu como referência e foi complementada por uma maior flexibilidade de

utilização. A utilização do sótão introduziu novas possibilidades de permanência através da criação de uma mezanine e de um espaço mais resguardado, enquanto o terraço acessível recuperou a relação visual com o horizonte marítimo. Estas operações reforçaram a articulação entre os diferentes momentos de permanência e a presença da paisagem na experiência da habitação.

A relação entre interior e exterior constituiu uma linha de continuidade transversal à proposta. A reorganização dos espaços exteriores, a criação de diferentes lugares de permanência, o aumento das aberturas e a valorização das vistas sobre a envolvente intensificaram uma característica já presente na experiência familiar. A materialidade acompanhou esta estratégia através da preservação da expressão dos alçados e da introdução da madeira, estabelecendo uma continuidade entre a identidade existente, a memória familiar e a cultura associada ao lugar.

As decisões desenvolvidas ao longo do projeto resultaram, assim, da articulação entre diferentes formas de conhecimento. A memória permitiu reconhecer aquilo que possuía significado na experiência da casa; a leitura do território enquadrou esses valores na identidade da Praia da Tocha; o diagnóstico revelou as condições concretas do edifício; e as exigências contemporâneas determinaram as adaptações necessárias à sua utilização futura. Deste cruzamento resultaram critérios que orientaram aquilo que deveria permanecer, ser transformado, reforçado ou acrescentado.

A investigação demonstrou que a memória pôde assumir uma função operativa na arquitetura quando as experiências dos habitantes foram interpretadas espacialmente e cruzadas com as restantes dimensões da investigação. A passagem da recordação para o reconhecimento de valores, para critérios e para decisões arquitetónicas integrou a dimensão temporal da casa no processo de reabilitação.

A casa revelou-se como um lugar construído por sucessivas camadas de tempo: a construção inicial, as adaptações das diferentes gerações, os usos consolidados e as necessidades de cada período. A proposta acrescentou uma nova camada a esta sequência, prolongando a sua utilização para o futuro.

A proposta constituiu uma possibilidade de continuidade para a casa da Praia da Tocha, resultante da articulação entre memória familiar, leitura do território e conhecimento do edifício. A arquitetura transformou esse conhecimento em decisões concretas, mantendo viva a relação entre a **Casa**, a **Praia da Tocha**, a **Terra** e o **Mar**.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Afonso, J., Martins, F., & Meneses, C. (2004). Arquitetura popular em Portugal (4.ª ed., Vol. 2). Ordem dos Arquitetos. (Obra original publicada em 1961–1962).

Agência Portuguesa do Ambiente. (2026, 3 de setembro). Programa da Orla Costeira Ovar–Marinha Grande. https://apambiente.pt/agua/programa-da-orla-costeira-ovar-marinha-grande

Andrade, A. (2001). Praia da Tocha: Palheiros da Tocha: Litoral Gandarês. Associação de Moradores da Praia da Tocha.

Augé, M. (2001). As formas do esquecimento. (E. Sampaio, Trad.). Íman Edições.

Baeza, A. C. (2010). Un arquitecto es una casa. Mairea Libros.

Brandão, R. (2009). Praia de Mira: Os pescadores. Centro de Estudos do Mar e das Navegações – CEMAR. (Obra original publicada em 1923)

Brito, R. S. de. (2009). Palheiros de Mira. Centro de Estudos do Mar e das Navegações – CEMAR. (Obra original publicada em 1960)

Cação, I. (2006). Crónicas gandaresas. Associação de Moradores da Praia da Tocha.

Câmara Municipal de Cantanhede. (1963). Processo n.º 693/63 [Documento de arquivo]. Arquivo Municipal de Cantanhede.

Câmara Municipal de Cantanhede. (1966). Processo n.º 600/66 [Documento de arquivo]. Arquivo Municipal de Cantanhede.

Correia, G. (2015). Casa Sande e Castro 1954: House in Cascais. Ruy Jervis D'Athouguia. AMAG Editorial.

Cortesão, J. (2009). Mira: A batalha das dunas. Centro de Estudos do Mar e das Navegações – CEMAR. (Obra original publicada em 1959-1960)

Durão, P. H. (2010). La máscara del tiempo. In Unidad Docente Alberto Campo Baeza, Un arquitecto es una casa (pp. 36–38). Mairea Libros.

Electra (N.º 8). (2019–2020). Fundação EDP.

Expresso. (2010, 31 de outubro). Laureado Prémio Pessoa 1998 – Eduardo Souto de Moura. https://expresso.pt/premio-pessoa/laureados/2010-10-31-Laureado-Premio-Pessoa-1998---Eduardo-Souto-de-Moura

Fundación DOCOMOMO Ibérico. (s.d.). Casa Ruben A. https://docomomoiberico.com/pt-pt/edificios/casa-ruben-a/

Fundación DOCOMOMO Ibérico. (s.d.). Casa Alves Costa. https://docomomoiberico.com/pt-pt/edificios/casa-alves-costa/

Grassi, G. (2003). Arquitectura: Lengua muerta y otros escritos. Serbal.

Município de Cantanhede. (2017). Alteração por adaptação do Plano de Urbanização da Praia da Tocha ao Programa da Orla Costeira Ovar–Marinha Grande: Aviso n.º 14825/2017. Diário da República.

Município de Cantanhede. (2025). 3.ª alteração à 1.ª revisão do Plano Diretor Municipal de Cantanhede: Aviso n.º 3764/2025/2. Diário da República.

Município de Cantanhede. (2026). 1.ª alteração à 1.ª revisão do Plano de Urbanização da Praia da Tocha: Aviso n.º 8753/2026/2. Diário da República.

Município de Cantanhede. (s.d.). SIGMC Explorer. Recuperado em 28 de setembro de 2026, de https://sig.cm-cantanhede.pt/explorer/#

Município de Cantanhede. (2023, 17 de fevereiro). Praia da Tocha. https://www.cm-cantanhede.pt/mcsite/pagina/148/Praia-da-Tocha

Município de Cantanhede. (2022, 30 de março). Documentário da Arte Xávega "por detrás das redes" [Vídeo]. YouTube. https://youtu.be/xNlcVpz9Z0c

Nora, P. (1993). Entre memória e história: A problemática dos lugares (Y. A. Khoury, Trad.). Projeto História, (10), 7–28. (Obra original publicada em 1984)

OFHouses. (s.d.). 549. Fernando Távora: Dr. Fernando Ribeiro da Silva. https://ofhouses.com/post/173757312232/549-fernando-t%C3%A1vora-dr-fernando-ribeiro-da

Oliveira, E. V., & Galhano, F. (1964). Palheiros do litoral central português. Centro de Estudos de Etnologia Peninsular

Oliveira, E. V., & Galhano, F. (1992). Arquitectura tradicional portuguesa. Publicações Dom Quixote.

Ordem dos Arquitetos. (2006). IAPXX: Inquérito à arquitetura do século XX em Portugal. Ordem dos Arquitetos.

Pallasmaa, J. (2012). La mano que piensa: Sabiduría existencial y corporal en la arquitectura (M. G. Soler, Trad.). Gustavo Gili.

Peixoto, R. (1990). Etnografia portuguesa: Obra etnográfica completa. Publicações Dom Quixote.

Porto Editora. (s.d.). Colmo. In Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa. Recuperado em 28 de setembro de 2026, de https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/colmo

Portugal. Ministério das Obras Públicas. (1951). Regulamento Geral das Edificações Urbanas (Decreto-Lei n.º 38 382, de 7 de agosto). Diário do Governo, 1.ª série, n.º 166.

Presidência do Conselho de Ministros. (2017). Programa da Orla Costeira Ovar–Marinha Grande: Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2017, de 10 de agosto. Diário da República, 1.ª série, n.º 155.

Revisitar Fernando Távora. (s.d.). Casa de férias em Ofir (1957–58). https://revisitavora.wordpress.com/casa-de-ferias-de-ofir/

Rossi, A. (1998). Autobiografía científica (J. J. Lahuerta, Trad.; 2.ª ed.). Gustavo Gili. (Obra original publicada em 1981).

Rybczynski, W. (1997). La casa: Historia de una idea. Editorial Nerea.

Santiago, A., & Graça, M. (2021). Património cultural e natural da Freguesia da Tocha: Praias da Tocha e Palheirão. Município de Cantanhede.

Siza Vieira, Á. (2018). Imaginar a evidência. Edições 70.

Távora, F. (1947). O problema da casa portuguesa. Manuel João Leal.

Távora, F. (2015). Da organização do espaço. FAUP Publicações. (Obra original publicada em 1962)

Tostões, A. (1997). Os verdes anos na arquitetura portuguesa dos anos 50 (2.ª ed.). FAUP Publicações.

CRÉDITOS DAS IMAGENS

[Fig. 1] Mapa: autoria própria.

[Fig. 2] Carta topográfica: Serviço Cartográfico do Exército (1970), Carta militar de Portugal, folha 217: Tocha.

[Fig. 3] Fotografia: Biblioteca Central de Marinha (1951).

[Fig. 4] Fotografia: Andrade, A. (2001), Praia da Tocha: Palheiros da Tocha: Litoral Gandarês, p. 25.

[Fig. 5] Fotografia: Brandão, R. (2009), Praia de Mira: Os pescadores, p. 11.

[Fig. 6] Fotografia: Brandão, R. (2009), Praia de Mira: Os pescadores, p. 10.

[Fig. 7] Fotografia: Andrade, A. (2001), Praia da Tocha: Palheiros da Tocha: Litoral Gandarês, p. 31.

[Figs. 8–12] Fotografia: Câmara Municipal de Cantanhede (s.d.).

[Fig. 13] Fotografia: Andrade, A. (2001), Praia da Tocha: Palheiros da Tocha: Litoral Gandarês, p. 38.

[Fig. 14] Fotografia: Câmara Municipal da Figueira da Foz (s.d.).

[Figs. 15–16] Fotografia: Fundación DOCOMOMO Ibérico (s.d.), Casa Ruben A.

[Figs. 17–18] Fotografia: Correia, G. (2015), Casa Sande e Castro 1954: House in Cascais. Ruy Jervis D'Athouguia.

[Fig. 19] Fotografia: OFHouses (s.d.), 549. Fernando Távora: Dr. Fernando Ribeiro da Silva.

[Fig. 20] Fotografia: Revisitar Fernando Távora (s.d.), Casa de férias em Ofir (1957–58).

[Fig. 21] Fotografia: Andrade, A. (2001), Praia da Tocha: Palheiros da Tocha: Litoral Gandarês, p. 37.

[Figs. 22–24] Fotografia: Câmara Municipal de Cantanhede (s.d.).

[Fig. 25] Documento de arquivo: Câmara Municipal de Cantanhede (1963), Processo n.º 693/63.

[Fig. 26] Esquema: autoria própria.

[Figs. 27–29] Desenho rigoroso: elaborado pela autora com base em Câmara Municipal de Cantanhede (1963), Processo n.º 693/63, e Câmara Municipal de Cantanhede (1966), Processo n.º 600/66.

[Fig. 30] Documento de arquivo: Câmara Municipal de Cantanhede (1966), Processo n.º 600/66.

[Fig. 31] Esquema: autoria própria.

[Figs. 32–33] Desenho rigoroso: elaborado pela autora sobre planta do Processo n.º 600/66, Câmara Municipal de Cantanhede (1966).

[Fig. 34] Linha cronológica: autoria própria.

[Figs. 35–36] Fotografia: Rui Fonseca (s.d.).

[Fig. 37] Fotografia: Câmara Municipal de Cantanhede (1969).

[Figs. 38–63] Fotografia: família Roque (1967–2020).

[Figs. 64–67] Desenho rigoroso: Manuel Traveira (2015).

[Fig. 68] Planta: Município de Cantanhede (2025), 1.ª alteração à 1.ª revisão do Plano de Urbanização da Praia da Tocha: Planta de zonamento — zonas sujeitas a regime de salvaguarda.

[Fig. 69] Planta: Município de Cantanhede (2024), 3.ª alteração à 1.ª revisão do Plano Diretor Municipal de Cantanhede: Planta de ordenamento — zonas sujeitas a regimes de salvaguarda.

[Fig. 70] Montagem: autoria própria.

[Fig. 71] Planta: Município de Cantanhede (2025), 1.ª alteração à 1.ª revisão do Plano de Urbanização da Praia da Tocha: Planta de zonamento — classificação e qualificação do solo.

[Fig. 72] Planta: Município de Cantanhede (2025), 1.ª alteração à 1.ª revisão do Plano de Urbanização da Praia da Tocha: Planta de condicionantes.

[Figs. 73–74] Desenho rigoroso: autoria própria.

[Figs. 75–81] Fotografia: autora (2025–2026).

[Fig. 82] Desenho: autoria própria.

[Fig. 83] Desenho rigoroso: autoria própria.

[Figs. 84–96] Fotografia: autora (2025–2026).

[Figs. 97–100] Desenho rigoroso: autoria própria.

[Figs. 101–102] Tabela: autoria própria.

[Figs. 103–105] Desenho rigoroso: autoria própria.

[Fig. 106] Axonometria: autoria própria.

[Figs. 107–113] Desenho rigoroso: autoria própria.

[Fig. 114] Esquema: autoria própria.

[Fig. 115] Desenho: autoria própria.

[Figs. 116–122] Desenho rigoroso: autoria própria.

[Fig. 123] Esquema: autoria própria.

[Figs. 125] Desenho rigoroso: autoria própria.

[Figs. 124/126–127] Desenhos: autoria própria.

TEMPOS, TERRA E MAR
A Memória como Matéria de Projeto na Reabilitação de uma Casa de Veraneio na Praia da Tocha

Carolina Fernandes Silva

FACULDADE DE ARQUITETURA